

JOSÉ LUIZ CUÇO

**FORMAS DE INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM
SOCIEDADES RURAIS DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2012

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

C963f
2012

Cuco, José Luiz, 1963-

Formas de inserção da pessoa com deficiência em sociedades rurais da zona da mata mineira / José Luiz Cuco. – Viçosa, MG, 2012.

xvi, 192f. : il. (algumas color.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Ana Louise de Carvalho Fuíza

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 173-179

1. Deficientes - Emprego. 2. Educação inclusiva.
3. Integração social. 4. Qualificações profissionais.
5. Agricultura - Sociedades, etc. 6. Estrutura social.
7. Mercado de trabalho. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural. II. Título.

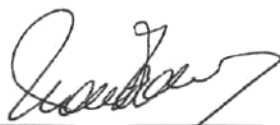
CDD 22. ed. 331.59

JOSÉ LUIZ CUCO

**FORMAS DE INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM
SOCIEDADES RURAIS DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

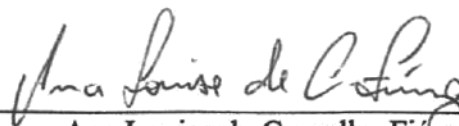
APROVADA: 06 de dezembro de 2012.



Nora Beatriz Presno Amodeo



Denise Barbosa de Castro Friedrich



Ana Louise de Carvalho Fiuza
(Orientadora)

Dedico esta dissertação às pessoas com deficiência com quem convivi e que aprendi a respeitar e admirar. O brilho em seus olhos ao narrar seus pequenos feitos como se fossem grandes vitórias me fez refletir e admirá-las ainda mais. Elas me ensinaram a ter paciência e a ser humilde diante da vontade de Deus.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado bastante força e fé nesta travessia e por ele ter colocado no meu caminho pessoas corajosas com os desafios, firmes nas convicções, honestas, dedicadas e acolhedoras, que caminharam junto comigo, contribuindo para a realização desta pesquisa.

À Universidade Federal de Viçosa e ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e a todos os docentes do Programa, pelas valiosas contribuições que deram para a educação e a pesquisa no Brasil acreditando neste Programa de Mestrado. Agradeço aos Professores José Norberto Muniz, Sheila Maria Doula, France Maria Gontijo Coelho e Ana Louise de Carvalho Fiúza, com os quais tive o prazer de conviver e compartilhar conhecimentos.

Agradeço à Professora e Orientadora Ana Louise de Carvalho Fiúza, pela sua dedicação, comprometimento, firmeza e honestidade, não só comigo, mas com todos os mestrandos; à Professora Neide Maria de Almeida Pinto e à Professora Sheila Maria Doula, pelas contribuições que foram importantes para este trabalho desde a apresentação do projeto.

Agradeço a todos os profissionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais que se empenharam para que este Programa de Mestrado se realizasse: Professores Mário Sérgio, Paulo Rogério, Carlos Miranda, Beth.

Agradeço aos colegas do Mestrado Inter-Institucional (MINTER) turma 2010, pelos inesquecíveis momentos que passamos juntos. Ao Júlio, por estarmos mais próximos em muitos momentos difíceis, como nas disciplinas de Métodos Quantitativos em Ciências Sociais, e nos tornarmos amigos. Ressalto suas valiosas contribuições nesta minha pesquisa.

Agradeço aos Diretores, Professores, Profissionais, Funcionários, Educandos e Familiares das APAEs de Viçosa, Visconde do Rio Branco e Ubá, pela atenção e dedicação com o meu trabalho de pesquisa, colocando-se todos à disposição para contribuir com ele.

Agradeço ao grupo de pesquisa GERAR, que contribuiu para o meu crescimento acadêmico.

Agradeço a gentileza dos funcionários do Hotel C.E.E.

Agradeço à equipe da Secretaria da Pós-Graduação – Carminha, Anízia, Romildo e Helena –, que sempre estiveram prontos a nos ajudar, trabalhando com dedicação ao mesmo tempo em que são acolhedores.

Agradeço à CAPES, que deu todo apoio a este projeto e ainda pelo apoio que tem dado à educação e à pesquisa no Brasil.

Agradeço à Professora Denise Barbosa de Castro Friedrich, da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelas valiosas contribuições referentes a esta pesquisa.

À Anastázia, mais recente amiga, por sua leitura atenta e as relevantes contribuições que deu para o brilhantismo e sucesso desta pesquisa.

Agradeço ao meu pai Antonio Cuco (1918-2008) e à minha mãe Ermelinda Zangirolani Cuco, que me mostraram o caminho do trabalho, da dedicação e da honestidade, e aos meus onze irmãos: Alcides, Maria Delícia, Tereza, Vera, Antonio Geraldo, Olívia, Holanda, Olinda, Arlete, Vilma e Valter, que torceram por mim neste percurso acadêmico.

E, por fim, mas não por último, faço um agradecimento especial à minha mulher Regina, que foi muito importante nesta travessia, com quem partilhei cada passo desta jornada, alternando momentos de aflição e de alegrias. Aos meus filhos Pedro e Nando, agradeço por compreenderem as minhas ausências mesmo quando estive presente.

Um forte abraço a todos!

“O que me preocupa ainda é sobretudo a harmonia entre os homens, aquela constante afabilidade, o respeito e a confiança mútua que devem existir entre todos aqueles que convivem, construindo o presente e o futuro.”

Helena Antipoff

“Homem algum é uma ilha completa em si mesma, todo homem é um fragmento do continente, uma parte do oceano, ou seja, para se chegar à completude é preciso a presença de todos os seres humanos; o homem não consegue viver isoladamente, uma vez que depende dos outros. Todos os homens devem receber tratamento igualitário, sem distinção em razão de qualquer característica física ou psíquica, pelo simples fato de ser humano.”

John Donne

BIOGRAFIA

José Luiz Cuco, filho de Antonio Cuco e de Ermelinda Zangirolani Cuco, nasceu em Leopoldina-MG em 21 de julho de 1963. Coursou o Ensino Fundamental no Grupo Escolar Augusto dos Anjos, no Colégio Estadual Professor Emílio Ramos Pinto e parte do estudo na Escola Estadual Botelho Reis, em Leopoldina. Coursou o Ensino Médio na Escola Estadual Sebastião Patrus, em Juiz de Fora. Coursou o Curso Técnico em Mecânica no Colégio Técnico Universitário (CTU) da Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduou-se em Pedagogia no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES) e Coursou Especialização em Mídia e Deficiência pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Em agosto de 2010, ingressou no Programa Interinstitucional de Mestrado em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (Minter), obtendo o título de mestre em dezembro de 2012.

Em sua trajetória profissional, trabalhou em Indústrias Metalúrgicas como Serralheiro, Soldador e como Técnico em Mecânica. Na área da Saúde, trabalhou como Auxiliar de Saúde em Psiquiatria na Casa de Saúde Dr. Aragão Villar, em Juiz de Fora. Na área de Educação é atualmente professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Juiz de Fora, sucessor do Colégio Técnico Universitário (UFJF).

O seu interesse pela causa da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e de sua inserção no mundo do trabalho foi em decorrência de sua vivência pessoal e profissional, trabalhando com e para essas pessoas. Ele percebeu, ao longo dessa convivência, que as pessoas com deficiência demonstravam possuir, além de suas limitações, capacidades e habilidades que, estando compatíveis com os ambientes de trabalho, poderiam levá-las a exercer qualquer função, serem participativas e merecedoras, como qualquer pessoa, de serem felizes.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	IX
LISTA DE QUADROS	XI
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XII
RESUMO	XIII
ABSTRACT	XV
1 INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2 - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA.....	10
2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL.....	31
CAPÍTULO 3 - FORMAS DE INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES RURAIS E URBANAS.....	37
3.1 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO, DAS SOCIEDADES PRÉ-CAPITALISTAS ÀS CAPITALISTAS	37
3.2 AS RELAÇÕES SOCIAIS FACE AO TEMPO “DA NATUREZA” E DO “RELÓGIO”	43
3.3 AS FORMAS DE SOCIABILIDADE NAS SOCIEDADES TRADICIONAIS E MODERNAS	49
3.4 AS FORMAS DE SOCIABILIDADE NO MUNDO RURAL BRASILEIRO	53
CAPÍTULO 4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	60
4.1 A PESQUISA DE CAMPO	62
4.2 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA	67
4.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA: FONTE, COLETA DOS DADOS	68
CAPÍTULO 5 - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE RURAL DA ZONA DA MATA MINEIRA	73
5.1 O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS ONDE ESTÃO INSERIDAS AS APAES E A REALIDADE DAS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES	73
5.1.1 Viçosa - MG.....	73
5.1.2 Visconde do Rio Branco - MG.....	76
5.1.3 Ubá - MG.....	77
5.2 A REALIDADE DAS INSTITUIÇÕES ESTUDADAS	79
5.2.1 A APAE de Viçosa	81
5.2.2 APAE de Visconde do Rio Branco	82
5.2.3 A APAE de Ubá	83

5.3 A REALIDADE SOCIOECONÔMICA DOS ATENDIDOS DAS APAES RURAIS	84
5.4 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A SUA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	88
CAPÍTULO 6 - A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DAS APAES RURAIS.....	131
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173
9 ANEXOS	180

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização Viçosa e sua microrregião.	74
Figura 2 – Localização Visconde do Rio Branco na microrregião de Ubá – MG.	76
Figura 3 – Localização do município de Ubá na microrregião de Ubá – MG.	78
Foto 1 – Sede da APAE Rural de Viçosa.....	82
Foto 2 – Sede da APAE Rural de Visconde do Rio Branco	83
Foto 3 – Sede da APAE Rural de Ubá	84
Foto 4 – Confraternização de Natal na APAE Rural de Viçosa	89
Foto 5- Festa Juliana na APAE de Viçosa	89
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Viçosa	89
Foto 6 – Festa Julina na APAE de Ubá.....	90
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá.....	90
Foto 7 – 1º Encontro Internacional de Capoeira, em Ubá.....	91
Fonte: http://www.uba.apaebrasil.org.br	91
Foto 8 – Educandos da APAE Rural de Ubá realizando Educação Física.....	92
Foto 9 – Horticultura na APAE Rural de Viçosa.....	94
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Viçosa	94
Foto 10 – Horticultura na APAE Rural de Visconde do Rio Branco	94
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Visconde do Rio Branco	94
Foto 11 – Horticultura na APAE Rural de Ubá	94
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá.....	94
Foto 12 – Oficina de Artes e Artesanato da APAE Rural de Visconde do Rio Branco	95
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Visconde do Rio Branco	95
Foto 13 – Oficina de Artes e Artesanato da APAE Rural de Ubá	95
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá.....	95
Foto 14 – Educandos da APAE Rural de Viçosa na sala de informática do CVT Viçosa.....	97
Fonte: www.facebook.com/pages/APAE-Viçosa/342173335855266	97
Foto 15 – Sala de Informática da APAE de Visconde do Rio Branco.....	97

Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Visconde do Rio Branco	97
Foto 16 – Sala de informática da APAE Rural de Ubá.....	98
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá.....	98
Foto 17 – Curso de Cozinha e Culinária da APAE Rural de Ubá.....	98
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá.....	98
Foto 18 – Foto da Oficina de Kit ferramentas da APAE de Ubá.....	103
Foto 19 – Oficina Montagem de Kits da APAE de Ubá.....	104
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá.....	104
Foto 20 – Oficina de Pregador da APAE de Ubá.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Renda familiar: educandos das APAEs Rurais de Viçosa, Visconde do Rio Branco e Ubá.....	87
Quadro 2 - Frequência por dias da semana dos educandos nas APAEs Rurais pesquisadas.....	87
Quadro 3– Colocação seletiva: Formação para o Trabalho - Empresas	99
Quadro 4 – Faixa de idade das Mães e Responsáveis.....	109
Quadro 5 – Distribuição das Pessoas com deficiência no mercado de trabalho em 2011.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	- Benefício de Prestação Continuada
CENESP	- Centro Nacional de Educação Especial
CORDE	- Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
FEAPES	- Federação Estadual das APAEs
FENAPAES	- Federação Nacional da APAEs
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTERSIND	- Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
OEA	- Organização dos Estados Americanos
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONU	- Organização das Nações Unidas
SIT	- Secretaria de Inspeção do Trabalho
SNPD	- Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
SPSS	- Statistical Package for Social Sciences
UFV	- Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

CUCO, José Luiz, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2012. **Formas de inserção da pessoa com deficiência em sociedades rurais da zona da mata mineira.** Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Coorientadora: Neide Maria de Almeida Pinto.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as formas de sociabilidade e as possibilidades de inserção na sociedade rural dos educandos com deficiência intelectual e múltipla que frequentavam as APAEs Rurais de Viçosa, Visconde do Rio Branco e Ubá, três municípios da Zona da Mata, no estado de Minas Gerais, na região sudeste do Brasil. Partiu-se, neste estudo, da hipótese de que a inserção da pessoa com deficiência na sociedade rural se daria para além do espaço doméstico em decorrência do meio rural se constituir em um espaço de sociabilidade no qual a produtividade e a competitividade não se notariam como na cidade. Assim, buscou-se, nesta dissertação analisar como se estabeleciam as redes de sociabilidade e as possibilidades de inserção das pessoas com deficiência em sociedades rurais. O interesse por conhecer e analisar o campo de possibilidades com o qual as pessoas deficientes contavam para o estabelecimento de sua interação na sociedade rural surgiu em função da existência de uma expressiva porcentagem de deficientes no meio rural, os quais têm sido pouco retratados ao largo dos estudos realizados, quase sempre, nas cidades. Buscou-se analisar, ainda, as possibilidades de autonomia e independência do educando com deficiência formado nas APAEs Rurais para enfrentar os desafios da vida e do trabalho. As APAEs Rurais foram escolhidas por oferecerem serviço de formação para o trabalho junto às pessoas com deficiência visando a sua inclusão social. A pesquisa de campo foi realizada por meio de um *survey* aplicando questionário com perguntas semiestruturadas, com questões abertas e fechadas, aos 159 educandos com deficiência intelectual, matriculados nas três APAEs Rurais pesquisadas. As principais variáveis observadas foram a escolaridade do educando e de seus pais; profissão dos pais; renda familiar; tipo de deficiência; cursos realizados e atividades produtivas, entre outras. Os profissionais que atuavam nessas instituições contribuíram com este estudo respondendo sobre os cursos ofertados e se estavam compatíveis para qualificar os alunos para atender às

exigências do mercado de trabalho. Nas empresas que empregavam os alunos das APAEs estudadas, o pesquisador fez entrevistas para saber das empresas a percepção que tinham sobre os deficientes que empregam, oportunidade em que entrevistou os trabalhadores que se qualificaram nos cursos oferecidos nas APAEs estudadas. Na pesquisa de campo, também foram entrevistadas as famílias dos educandos deficientes que residiam na zona rural. Em termos de conclusões gerais percebeu-se que o deficiente no meio rural tinha maior amplitude de participação social do que na cidade. Segundo os relatos dos pais dos deficientes, estes eram vistos na sociedade rural como diferentes, mas a diferença entre os rurais era vista como algo da vida, como normal, assim, os deficientes tinham uma vida mais participativa, integrada, sem restrições, mais solta. No entanto, a pesquisa de campo no meio rural foi importante, também, para se perceberem outros aspectos sociais em relação às pessoas com deficiência e ainda com relação às que cuidam da pessoa com deficiência, no que diz respeito à precariedade dos serviços básicos de saúde e de transporte prestados a essa população.

ABSTRACT

CUCO, José Luiz, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December of 2012. **Conditions of social integration of disabled people in rural societies at the Zona da Mata region, Minas Gerais, Brazil.** Adviser: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Co-adviser: Neide Maria de Almeida Pinto.

This research aimed to examine ways of sociability and the possibilities of integration into society of students from rural areas with intellectual and multiple disabilities attending the Rural APAEs in the municipalities of Viçosa, Visconde do Rio Branco and Ubá, in the *Zona da Mata* region, in the state of Minas Gerais, in southeastern Brazil. This study started with the hypothesis that the insertion of the disabled person in rural society would happen beyond the domestic space as a result of the countryside to constitute a space of sociability in which productivity and competitiveness would be not as noticed as in the city. Thus, we sought in this dissertation to examine how networks of sociability are established and the possibilities of integrating people with disabilities in rural societies. The interest in knowing and analyzing the range of possibilities with which disabled people counted for the establishment of their interaction in rural society arose due to the existence of a significant proportion of disabled people in rural areas, which have been poorly portrayed in academic studies, mostly conducted in the cities. We sought yet to examine the possibilities of autonomy and independence of the student with disabilities who attended Rural APAEs facing the challenges of life and work. The Rural APAEs were chosen because they offer training for work services for people with disabilities aiming social inclusion. The field research was conducted through a semi-structured survey questionnaire with open and closed questions, which was applied to the 159 students with intellectual disabilities enrolled in the three Rural APAEs surveyed. The main variables analyzed were the educational level of the student and his parents, occupation of parents, family income, type of disability; courses taken and productive activities, among others. The staff working in these institutions contributed to this study answered about the courses offered and whether they were compatible to qualify students to meet the demands of the labor market.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as formas de sociabilidade e as possibilidades de inserção na sociedade rural dos educandos com deficiência intelectual e múltipla que frequentavam as APAEs Rurais de Viçosa, Visconde do Rio Branco e Ubá, três municípios da Zona da Mata, no estado de Minas Gerais, na região sudeste do Brasil. Partiu-se, neste estudo, da hipótese de que a inserção da pessoa com deficiência na sociedade rural se daria para além do espaço doméstico em decorrência do meio rural se constituir em um espaço de sociabilidade no qual a produtividade e a competitividade não se notariam como na cidade.

Assim, buscou-se, nesta dissertação analisar como se estabeleciam as redes de sociabilidade e as possibilidades de inserção das pessoas com deficiência em sociedades rurais. O interesse por conhecer e analisar o campo de possibilidades com o qual as pessoas com deficiência contavam para o estabelecimento de sua interação na sociedade rural surgiu em função da existência de uma expressiva porcentagem de deficientes no meio rural, os quais têm sido pouco retratados ao longo dos estudos realizados, quase sempre, nas cidades. Buscou-se analisar, ainda, as possibilidades de autonomia e independência do educando com deficiência formado nas APAEs Rurais para enfrentar os desafios da vida e do trabalho.

As APAEs Rurais foram escolhidas por terem como vocação educar, preparar para o trabalho e profissionalizar as pessoas com deficiência visando à inclusão social, de forma que elas possam alcançar, conforme Melero (2002), *qualificação suficiente para gerenciarem a própria vida* com obtenção de renda por intermédio do trabalho. Justifica-se este estudo ao considerar que o campo, hoje, constitui-se em um espaço social que apresenta diferentes oportunidades de trabalho em decorrência da intensa dinamização das relações entre o campo e a cidade. Daí, conhecer a forma como as pessoas com deficiência vêm se inserindo neste contexto pode favorecer a geração de ações voltadas para a ampliação do seu envolvimento social.

O interesse por conhecer e analisar o campo de possibilidades com a qual essas pessoas contavam para o estabelecimento de sua interação na sociedade rural surgiu em função da existência de uma expressiva porcentagem de

deficientes no meio rural que passam ao largo dos estudos realizados nas cidades. Se observarmos o número de pessoas com deficiência no Brasil – segundo o IBGE (2003), eram 19,8 milhões na cidade e 4,8 milhões no campo –, podemos entender a importância das pesquisas nesta área.

No que se refere ao conceito de deficiência, o Decreto nº 3.956/01 da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência estabeleceu que a deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. Quanto ao tipo de deficiência, são consideradas pessoas com deficiência aquelas que possuem deficiência física; deficiência auditiva; deficiência visual; deficiência mental; deficiências múltiplas. Para efeito desta pesquisa, também são considerados os conceitos das pessoas com deficiência definidos no decreto 5296/04¹. Para designar o conceito das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, público preferencial assistido pelas instituições pesquisadas, a deficiência intelectual se refere ao funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho. A deficiência múltipla se refere à associação de duas ou mais deficiências com mobilidade reduzida, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. Assim, na perspectiva deste trabalho, essas “limitações” não são consideradas como sendo determinantes para as formas de sociabilidade estabelecidas pelo indivíduo, mas, antes, considera-se o ambiente como um fator determinante para as formas de sociabilidade

¹ Em síntese, este Decreto regulamenta as Leis nº 10.048/ 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. (ANEXO E)

estabelecidas pela pessoa, seja no âmbito do mundo do trabalho ou na vida social de uma forma mais ampla.

Pesquisando sobre o modo de vida, a educação e a profissionalização da pessoa com deficiência no meio rural no Brasil, constatou-se que, na década de 1940, a psicóloga e educadora Helena Antipoff manifestava preocupação com a educação das crianças e jovens com deficiência que viviam nesse meio. Antipoff considerava o meio rural como o lugar ideal para educar e profissionalizar a pessoa com deficiência, pelo amplo espaço disponível no campo, pela sua beleza natural e pela forma peculiar como as pessoas do campo se relacionavam, mantendo maior contato e proximidade entre si. Os estudos realizados por Antipoff no Brasil no âmbito da Psicologia deram origem ao Instituto Pestalozzi e à Fazenda do Rosário em Ibirité-MG, que estabeleceram novas formas de trabalhar com as crianças marginalizadas. Nos relatos da autora, a pobreza no campo se acentuou com o êxodo rural, que ganhou proporções crescentes a partir da década de 1960, com a industrialização dos centros urbanos do sudeste brasileiro e a implementação da mecanização agrícola, poupadora de mão de obra. Na década de 1990, no entanto, este fluxo migratório começa a apresentar sinais diferenciados, com o crescimento da população dos municípios rurais e com o crescimento de atividades não agrícolas no campo. Com isso, muitos estudos têm apontado o estreitamento das relações entre campo e cidade, evidenciando que a sociedade rural está cada vez mais conectada com o mundo globalizado e afetada pelas mudanças econômicas e culturais presentes na contemporaneidade. Essas mudanças estruturais, no entanto, não incidem sobre o espaço e sobre as várias realidades que nele se configuram da mesma forma. Nesse sentido, esta pesquisa buscou perceber como a pessoa com deficiência, foco das preocupações por inclusão social de inúmeras políticas públicas urbanas, encontra-se inserida nas sociedades rurais.

Contudo, motivações de ordem pessoal também estiveram presentes na realização deste estudo. Dentre as experiências vivenciadas na minha vida pessoal e profissional, percebi primeiramente os exemplos familiares, vendo, na oficina dos fundos de minha casa, meu pai, marceneiro, fazendo muleta para pessoas com deficiência e bengalas para idosos; e minha mãe, de origem rural, exercendo a função social de parteira e cuidadora das pessoas. Mais tarde, nas empresas de

metalurgia nas quais iniciei a minha profissionalização, confeccionávamos artefatos para deficientes, como corrimões, e fazíamos adaptações em cadeira de rodas. Da experiência como auxiliar de saúde em um hospital psiquiátrico, atendendo todo tipo de paciente e vivenciando todos os tipos de deficiência e as dificuldades enfrentadas pelas pessoas, cresceu em mim o interesse por conhecer e analisar o campo de possibilidades com o qual o deficiente contava para o estabelecimento de sua sociabilidade. Dessa forma, a partir do convívio familiar e profissional, foi que se constituiu em mim a proximidade com este objeto de estudo.

O número de deficientes no Brasil, segundo o IBGE (2010), está em torno de 46 milhões de pessoas, portanto, 24% de todos os cidadãos brasileiros. Segundo Almeida (2011), as pessoas com deficiência severa, que apresentavam um ou mais tipos de deficiência, compreendiam 12,7 milhões de deficientes em 2010, correspondendo a 6,7% da população. A deficiência visual severa, em 2010, atingia 3,5% da população, sendo, de acordo com o IBGE 2010, a de maior incidência. A deficiência motora grave atingia 2,3% da população; a deficiência auditiva severa, 1,1%; e a deficiência mental, 1,4%. Vale ressaltar que estão ocorrendo algumas controvérsias em relação aos dados do IBGE 2010, por este ter sido realizado através de amostragem da população e não por número real como gostariam as entidades e organizações que representam os deficientes. Estas alegam que, com mais precisão nos dados sobre a deficiência no Brasil, a sociedade brasileira teria um imenso ganho social com a aplicação correta dos recursos públicos. Segundo Xavier (2011), a formulação das perguntas realizadas pelo IBGE pode ter influenciado no resultado da pesquisa, aumentando as porcentagens. Esta pesquisadora cita a pergunta feita em 2000 pelo IBGE: *“Como você avalia a sua capacidade de enxergar?”*. Já em 2010, a pergunta mudou para *“Você tem alguma dificuldade para enxergar?”*. Outro dado que merece destaque se refere ao envelhecimento da população brasileira, o qual pode ter trazido impactos no aumento de deficiências (XAVIER, 2011).

Devido à escassez de exploração nesse campo de estudo envolvendo a pessoa com deficiência e à percepção de sua sociabilidade na sociedade rural, objetivou-se problematizar essa questão analisando as possibilidades de participação social e produtiva da pessoa com deficiência na sociedade rural na

atualidade. Assim, o ponto de partida se constituía na hipótese de que, em uma sociedade ruralizada, impera não o mercado de trabalho, mas sim o mundo do trabalho, caracterizado pela presença da *bricolage* e de práticas que não são marcadas pela busca da precisão, o que possibilitaria ao deficiente a realização de atividades produtivas em um âmbito mais amplo que em sociedades rurais mais urbanizadas e diversificadas socioeconomicamente. Levantou-se ainda a hipótese de que os valores culturais presentes no campo, diferentes dos que vigoram na cidade, indicavam que seriam também diferenciados para as pessoas com deficiência.

Em relação ao procedimento metodológico da nossa pesquisa, a pesquisa de campo iniciou-se com a fase exploratória, sendo realizadas visitas nas três APAEs Rurais para se obterem as informações relevantes para este estudo e se conhecerem as características do segmento populacional pesquisado. Em seguida, foi realizada, por meio de um *survey*, a aplicação de um questionário com perguntas semiestruturadas, composto de questões abertas e fechadas, com o objetivo de obter dados sobre o perfil socioeconômico dos 159 educandos com necessidades educativas especiais matriculados nas três APAEs Rurais pesquisadas dos municípios de Viçosa, Visconde do Rio Branco e Ubá. Os dados obtidos com a aplicação dos questionários foram processados no *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) para que se fizesse a elaboração das análises descritivas. Na pesquisa de campo, foram entrevistadas as famílias dos educandos deficientes que residiam na zona rural para buscar informações que visavam dar sustentação a esta pesquisa, possibilitando fazermos uma análise comparativa de como se estabeleciam as redes de sociabilidades e inclusão dos deficientes nas sociedades rurais e urbanas dos municípios pesquisados.

Esta pesquisa foi devidamente autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa, que delibera as resoluções da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). Nesses termos, obedeceu-se a todos os trâmites legais para realização desta pesquisa, de acordo com a autorização sob o parecer nº 021/2012/CEPH (ANEXO A).

O desenvolvimento desta dissertação está estruturado em quatro capítulos. No primeiro deles, capítulo 2, apresenta-se a forma como a pessoa com

deficiência foi percebida ao longo do tempo, buscando analisar a respeito dos fatores que levaram ao seu processo de exclusão desde as antigas civilizações, com práticas e conceitos segregativos, abandono e extermínio. Os estudos levantados identificaram que, nas civilizações sedentarizadas, permitiam-se atitudes de aceitação, apoio e assimilação, partindo por considerar que esse período marca o início da existência do misticismo em relação às pessoas com deficiência. Na Idade Média, ressalta-se a censura moral à prática do extermínio e a expansão da institucionalização. A medicina evoluiu e a demência e a amênia não foram mais atribuídas às concepções tradicionais místicas e aos dogmas teológicos, passando a serem tratadas como problema de saúde mental. A Revolução Industrial, voltada exclusivamente para o produtivismo, acentuou a concepção da deficiência, surgindo um modelo educacional voltado para treinar as pessoas com deficiência para realizarem tarefas específicas e repetitivas.

Os ideais de igualdade para todos só se consolidaram, pelo menos no campo da legislação, a partir do Século XVII pela Revolução Liberal Francesa, o que confere, no campo educacional, a ampliação das oportunidades para todos. Os direitos vieram evoluindo para as liberdades e proteções individuais e contra o abuso do poder político, a garantia do direito de ir e vir, o de livre expressão e a afirmação de que todos somos iguais perante a lei.

Na tentativa de amenizar as críticas que se fundamentavam sobre a inclusão social das pessoas com deficiência a partir da Segunda Guerra Mundial nos países ocidentais, surge o movimento pela integração, baseando-se no modelo de normalização, em que essas pessoas seriam ajudadas a atingir padrões de vida próximos das condições normais. No Brasil, a integração passa a ser anunciada no início da década de 1970 para contrapor o modelo de institucionalização, visando enquadrar a pessoa com deficiência na vida cotidiana e até mesmo inseri-la no mercado de trabalho.

Atualmente, vive-se o conceito de inclusão social e de diversidade em todos os setores sociais, o qual não se relaciona apenas a modalidades de deficiência, mas abrange todos os desfavorecidos da sociedade, aqueles que estão na fronteira do sistema. Dessa forma, o movimento que apoia a diversidade não defende somente uma modificação na estrutura das instituições, mas, mais que isso, pleiteia uma mudança profunda no *ideológico-político* das organizações de

gestão administrativa, nas percepções psicológicas, na predominância dos sistemas educativos e nas relações interativas e comunicacionais entre as pessoas em todos os espaços sociais.

No capítulo 3, buscamos estabelecer a compreensão sobre a possibilidade de participação da pessoa com deficiência na sociedade rural, reconhecendo as particularidades desta sociedade no que se refere às formas como se constroem as interações sociais e as relações de trabalho em relação à sociedade urbana, o que torna diferenciada a inclusão da pessoa com deficiência nessas duas sociedades.

Dessa forma, essa seção do estudo se dedica a analisar as transformações no mundo do trabalho ocorridas desde a passagem da sociedade pré-capitalista até a sociedade capitalista e, também, analisa como os processos produtivos e os costumes burgueses passaram a atuar sobre os indivíduos, num período marcado pela ambiguidade do desenvolvimento tecnológico e impulsos produtivistas com a vulnerabilidade de massa e a desestruturação social, vindo a se constituir em uma grave questão social da sociedade salarial. Nesse sentido, Castel (1998) contribui para esse entendimento ao traçar as instabilidades e as incertezas que o trabalho assumiu ao gerar uma *questão social* na sociedade francesa na década de 1970, ao mesmo tempo e nas mesmas condições em que atingia o perfil socioeconômico de todas as sociedades, numa perspectiva mundializada. Para explicar essas questões sociais, Castel (1998) analisa seu surgimento na passagem do trabalho artesanal para o fabril, quando o trabalhador passou a ser regido pelo regime do contrato, resultando em precarização das condições de trabalho.

A divisão social do trabalho na sociedade capitalista separou de vez o que era comum nas produções domésticas: a produção manual do saber fazer. Não era mais necessário que a pessoa aprendesse todas as etapas da produção, mas apenas que soubesse a parte que lhe cabia no processo produtivo. Para caracterizar o tecido social de uma sociedade tradicional, é preciso compreender que essa sociedade guarda inúmeras peculiaridades em relação à sociedade moderna, que se afirma através da preponderância da objetividade e do individual acima da subjetividade e dos valores institucionais presentes na forma societária tradicional.

Na sociedade tradicional, as relações sociais estavam apoiadas no contato pessoal entre os indivíduos e na preponderância da família, que se estruturava como um todo completo e coeso que moldava a identidade do sujeito. No Brasil, a

questão da ruralidade tem apontado para o fato de que o meio rural hoje não pode ser percebido essencialmente como agrícola; assim, com a dinamização das relações entre campo e cidade, os produtores e trabalhadores rurais estão deixando de ser simplesmente plantadores e colhedores de alimentos, passando também a oferecer serviços solicitados pelos citadinos na procura por contato mais próximo com a natureza e com os ambientes mais tranquilos e tradicionais. A atividade na agricultura passa a ser sentida de outra forma, sendo complemento de renda e de satisfação, pois volta-se para o consumo dos próprios familiares e dos hóspedes e passa a representar um bem de consumo e um ambiente tradicional que agrada o turista.

No capítulo 4, apresentam-se os procedimentos metodológicos, que são comentados nessa mesma seção. No capítulo 5, realizam-se as análises dos dados colhidos da amostragem dos educandos com deficiência matriculados nas instituições pesquisadas, a fim de se obter o perfil socioeconômico de seus familiares. Com as análises, foi possível identificar o tipo de deficiência, a escolaridade desses educandos e de seus pais, profissão dos pais e renda familiar, entre outras informações; e os tipos de atividades que são realizadas nas instituições pesquisadas com fins terapêuticos, além dos cursos que têm possibilitado a colocação dos alunos, tanto no trabalho protegido quanto no mercado de trabalho formal, nas empresas parceiras. Quanto às cidades onde se situam as APAEs Rurais, a pesquisa propôs demonstrar o perfil socioeconômico delas, objetivando refletir sobre o campo de possibilidades de inserção pelo trabalho para as pessoas com deficiência. Ainda nesse capítulo, apresenta-se a análise das entrevistas realizadas com os familiares dos educandos que moram no meio rural, a fim de se perceberem as redes de sociabilidades e de inserção no mundo do trabalho da pessoa com deficiência na sociedade rural.

No capítulo 6, apresenta-se a contribuição das empresas parceiras para esta pesquisa, respondendo ao questionário sobre a participação dos alunos com deficiência contratados, formados nas instituições pesquisadas. As pessoas com deficiência contratadas também relataram nas entrevistas os efeitos positivos em suas vidas pelo fato de estarem inseridas no mundo do trabalho e falaram sobre a importância de sua formação no processo de inserção. A participação dos familiares das pessoas com deficiência que estão trabalhando nas empresas foi

relevante para orientar esta pesquisa na busca de se perceber a formação das redes de sociabilidades que o trabalho proporciona a essas pessoas no contexto geral da inclusão social.

Ao final deste estudo, sem a intenção de concluí-lo, apresentam-se as considerações finais com o objetivo de descrever os dados obtidos sobre as formas de sociabilidade da pessoa com deficiência nos diversos ambientes sociais e as possibilidades de sua inserção no mundo do trabalho, principalmente nas sociedades rurais. Ainda nessa seção, este estudo sugere novas abordagens para a temática voltada para o conceito de inclusão da pessoa com deficiência no meio rural.

CAPÍTULO 2 - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Ao voltarmos no tempo para observarmos a forma como o deficiente foi percebido ao longo da história, notamos que nas antigas civilizações era comum a prática da eliminação daqueles que nasciam ou se tornavam deficientes. A eliminação da pessoa com deficiência estava vinculada à sobrevivência do grupo, devido a ser extremamente baixa a quantidade de alimentos que cada indivíduo produzia.

“Mesmo em tribos contemporâneas, como acontece no sudoeste de Vitória, muitas vezes não se encontra qualquer instrumento de produção além de uma grosseira acha de pedra. Apenas com tais recursos, é perfeitamente compreensível que a tribo despenda todas as horas de cada dia só para substituir o que foi consumido no dia anterior. Se o estágio de desenvolvimento de uma sociedade deve ser avaliado pelo domínio que ela conseguiu pela natureza, é evidente que o nível das comunidades primitivas não poderia ser mais baixo. Escrava da natureza, a comunidade persistia, mas não progredia.” (PONCE, 1985, p.17)

Pelo fato de a pessoa com deficiência não ter como acompanhar o ritmo dos demais indivíduos na busca pelo seu alimento, o grupo legitimava a prática do extermínio ou do abandono.

“Devido às dificuldades existentes nesse período, para que cada pessoa pudesse sobreviver era indispensável que cada um estivesse em condições de produzir seus meios de vida e auxiliar os demais membros do grupo a fazer o mesmo e, ainda, ser capaz de se livrar dos perigos impostos pela natureza.” (CARVALHO; 2009, p.25)

Uma pessoa que não estivesse enquadrada no padrão do grupo era considerada um empecilho e representava perigo para a reprodução do grupo. O indivíduo com algum tipo de deficiência “não seria um bom caçador, não poderia ir ao campo de batalha, não seria digno de uma esposa, nem de gerar bons guerreiros” (FIGUEIRA, 2010, p.1).

O atendimento dispensado às pessoas com deficiência estava relacionado à forma de organização social de cada época, devendo-se considerar para este entendimento que os meios de produção e a organização social influenciavam nas

práticas sociais em torno dos fenômenos e das coisas do meio, incluindo aí também a deficiência. No entanto, as práticas de abandono, de segregação e de extermínio não cessaram com a sedentarização do homem. Na sociedade greco-romana, toda criança da classe dominante que nascia era examinada por uma comissão de anciãos e, quando considerada normal e com saúde, era entregue aos pais para que cuidassem dela até os sete anos. Se a criança nascesse com deficiência, sendo considerada feia e disforme, os anciãos autorizados pelo Estado, e em conformidade com a preservação da linhagem das famílias dominantes, levavam a criança a um local conhecido como “*apothetai*” (depósito), um abismo nas montanhas *Taygetos*, próximo a Esparta, onde a criança deficiente era jogada para morrer. A argumentação dos anciãos era a de que, se ela vivesse, não seria bom para a criança, pois não estava formada para ser robusta, com saúde para toda a vida.

Em Roma, segundo Silva (1986), as crianças defeituosas eram deixadas em cestos adornados com flores às margens do Rio Tigre, à própria sorte. Segundo este autor,

“[...] os escravos ou as pessoas empobrecidas que viviam de esmolas ficavam na espreita e atentos para eventualmente se apossarem dessas crianças, criando-as para mais tarde servirem como meio de exploração do compadecido e por vezes muito culpado coração romano, obtendo esmolas volumosas.” (SILVA, 1986, p.130)

Segundo Silva (1986), nos escritos de importantes filósofos da antiguidade constam recomendações para o extermínio e o abandono de pessoas com deficiência, por apresentarem anormalidades. Este autor cita que Platão (428-384 a.C.) fez declaração para que a república fosse perfeita; os que possuíssem o corpo malformado, era para deixá-los morrer; e, quanto às crianças acometidas por doenças e que apresentassem qualquer deformidade, convinha levá-las para um lugar *desconhecido e secreto*. “A ‘*exposição*’ dava-se em local onde a criança podia ser encontrada. No entanto, o chamado ‘*abandono*’ correspondia a deixar à própria sorte para morrer” (SILVA, 2003 p.123).

“Assim, na famosa república idealizada por Platão, só os bem formados de corpo e de espírito é que teriam qualquer papel. A criança ou adulto deficientes estariam, nessa hipotética realidade, fadados a morrer. Em seu conceito, e em suas próprias palavras, “estabelecerás em nossa república uma medicina e uma

jurisprudência, como acabamos de dizer, que se limitem ao cuidado dos que receberam da natureza corpo são e alma formosa." (SILVA, 1986, p.124)

Este autor ainda descreve que Aristóteles (384-322 a.C.) opinou quanto ao destino da pessoa com deficiência ao declarar: "[...] quanto a saber quais as crianças que se deve abandonar ou educar, deve haver uma lei que proíba alimentar toda criança disforme" (ARISTÓTELES citado por SILVA, 1986, p. 124).

Cícero (106 a.C.-43 a.C.), em sua obra "De Legibus", faz referência ao extermínio de crianças deficientes previsto na Lei das Doze Tábuas: "*Lei III - O pai imediatamente matará o filho monstruoso e contrário à forma do gênero humano que lhe tenha nascido há pouco*" (CÍCERO citado por SILVA, 1986, p. 128). Segundo Vieira (2006), na lei romana se estabeleciam os direitos dos recém-nascidos e em quais condições esses direitos seriam assegurados ou até mesmo negados. As condições de negação ocorriam na ausência de vitalidade e em decorrência deste ser depreciar a forma idealizada de ser humano. Os recém-nascidos antes do sétimo mês de gestação e os que nasciam com aparência monstruosa tinham o direito à vida negado. (VIEIRA, 2006)

Também Sêneca (4 a.C.-65 d.C), um notável advogado e escritor do Império Romano, expressou, sobre a eliminação de crianças com deficiência, que os homens em determinadas circunstâncias precisam assumir atitudes decisivas e enfrentá-las com naturalidade, ao descrever "[...] *matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos, afogamo-los; não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis*" (SÊNECA citado por SILVA, 1986, p. 128 e 129).

Embora com a existência de extermínio e de abandono da pessoa com deficiência na antiguidade greco-romana, célebres pessoas importantes sobreviveram, conforme Cícero citado por Silva (1986) descreve: o poeta Homero, acometido pela cegueira, autor de famosas obras como "Íliada" e "Odisseia" e o filósofo Demócrito (470 a.C.-360 a. C.), que se tornou cego, tinha o mérito de ser físico e filósofo da antiguidade. Eis a menção de Cícero sobre Demócrito: "[...] *Pode-se ser feliz sem distinguir a verdade das cores, mas não poderá sê-lo sem dominar ideias verdadeiras*" (CÍCERO citado por SILVA, 1986, p.103).

Em Roma, segundo Pessotti (1984), destacaram-se muitos imperadores que eram deficientes, dentre eles: Caio Júlio César, Ápio Cláudio, Cláudio I e Nero. Ilustrando, o imperador Caio Julio César (102 a.C.-44 a.C) era epilético, e quem sofresse deste mal, conforme a crença da época, tinha ligação com os Deuses. Segundo Silva (1986),

“Certamente um dos romanos mais importantes que a Historia registrou, Caio Júlio César não era o tipo atlético, alto e sem problemas que muitos imaginam ao analisar seus feitos. Além de magro e de estatura medíocre, sempre esteve sujeito a fortes dores de cabeça e segundo muitos historiadores, sofria do famoso ‘mal divino’, ou seja, de epilepsia.” (SILVA, 1986, p.133)

Ressalta-se que esse imperador provocou, à frente de seu império, o sofrimento de muitas pessoas ao torná-las deficientes com suas práticas de mutilações, segundo seu próprio relato. Segundo Mitton citado por Silva (1986),

“[...] a mutilação do nariz e das orelhas foi muito utilizada como castigo ou como vingança contra inimigos capturados pelas legiões romanas, nos tempos de guerra. Caio Júlio César [...] confessa em sua obra ‘De Bello Gallico’ que aplicava essa pena em seus soldados nos casos de faltas muito graves contra a disciplina militar ou de deserções.” (MITTON citado por SILVA, 1986 p.132)

Mas, certamente, a deficiência desses ilustres (imperadores, escritores, filósofos e físicos) era ignorada pela sociedade devido ao poder que essas pessoas exerciam, ao reconhecimento da relevância que suas obras alcançaram, e ainda, levando em consideração as condições de classes sociais.

Depreende-se que na antiguidade greco-romana a pessoa com deficiência, quando não era exterminada, salvo nas condições apontadas acima, era desprezada. Na Grécia, por exemplo, o culto à beleza e à perfeição do corpo eram essenciais para que a pessoa participasse da sociedade. Além disso, as pessoas com deficiência eram consideradas possuidoras de forças demoníacas e poderes sobrenaturais, principalmente os deficientes mentais.

Existem relatos de maus tratos imputados aos escravos que, quando não os levava à morte, tornavam-nos inservíveis. De acordo com Carvalho (2009),

“Embora não esteja explicitado que os ‘escravos inservíveis’ fossem aqueles que possuísem alguma deficiência, certamente estavam enquadrados nessa condição os que, ao longo de sua vida, viessem a adquirir graves problemas físicos, sensoriais e mentais, isto porque os escravos só se tornavam rentáveis ao seu proprietário à medida que obtinham, com o trabalho, uma produção acima daquilo que necessitavam consumir para continuarem vivos, ou seja, produzir um excedente para contribuir com o financiamento da superestrutura que se fazia necessária nas relações de produção escravista.” (CARVALHO, 2009, p.34)

De acordo com esse autor, o excedente dificilmente seria obtido por alguém que estivesse com uma grave deficiência que o limitasse ou lhe impedisse os movimentos e que o impedisse de executar tarefas; assim, a melhor solução para um dono de escravo era a de abandoná-lo.

Dessa forma, na antiguidade, segundo Silva (1986), as pessoas com deficiência, em decorrência da sua anormalidade física, sem pernas, sem braços, gigantes ou anões, homens de três olhos e hermafroditas, passaram a ser vendidas e compradas, a ter valor de mercado em Roma, pois se apresentavam em espetáculos nos circos romanos e em bordéis em atividades simples e humilhantes. Espetáculos em circo, filmes, novelas, encenações, como conhecemos na atualidade, eram comuns desde o início da história da humanidade.(SILVA, 1986)

Quanto ao tratamento oferecido a essas pessoas, segundo Silva (1986), foi a partir do Império Bizantino que passaram a surgir instituições para acolher as pessoas com deficiência que conseguiam se livrar do extermínio e resistir ao abandono, para tratamento específicos em "*lares para deficientes ('paramonaria');* *lares para pessoas cegas ('tuflokomeia');* *instituições para pessoas com doenças incuráveis ('arginoreia');* *e também organizações para pessoas muito pobres e para mendigos ('ptocheia')*" (SILVA, 1986, p. 126-7).

O termo institucionalização surge da prática vinda da Antiguidade em manter segregadas em instituições as pessoas com deficiência, os doentes e idosos, isolando-os da sociedade. Essa forma de cuidar - segregando - foi sendo disseminada e aperfeiçoada no sistema produtivo do feudalismo, mas de acordo com Carvalho (2009) foi intensificada no sistema capitalista para manter segregadas as pessoas com deficiência, especialmente as oriundas das classes trabalhadoras. (CARVALHO, 2009)

Na Idade Média, houve uma nova percepção das condições das pessoas com deficiência. Nesse período, a sociedade passou a ser estruturada em feudos, conservando as atividades econômicas da agricultura, pecuária e o artesanato. A organização sócio-política passou a ser constituída por uma nova configuração composta pela nobreza, clero e servos. Estes últimos, os servos camponeses, segundo Ermakova e Rátnikov (1986) citados por Carvalho (2009), “dependiam pessoalmente do seu senhor e eram obrigados a trabalhar para ele. Diferentemente do escravo, o camponês servo não era propriedade completa do senhor feudal. [...] o camponês servo possuía alguma propriedade” (CARVALHO, 2009, p.38).

Nesse sentido, o modo de produção feudal, se confrontado com o sistema escravista, faz supor que os resultados e desenvolvimento da produção eram melhores, o que despertava o interesse dos servos camponeses pelo trabalho que faziam. Nesse modo de produção integrado à propriedade familiar, na qual se estabelecia uma unidade básica de produção; e ainda filiadas à comunidade que apoiava os camponeses servos, houve uma nova percepção das condições das pessoas com deficiência. Segundo Carvalho (2009),

“Apesar dessas condições desfavoráveis, a eliminação física das pessoas com deficiência não parece ter sido uma prática generalizada no modo de produção feudal. Nessa sociedade, ao contrário do escravismo, mesmo dentre os setores explorados da população, existiam condições presentes na materialidade que favoreciam a sobrevivência daqueles que nasciam com algum tipo de deficiência.” (CARVALHO, 2009, p. 41)

Ainda para este autor, essas condições aconteciam devido a três fatores fundamentais que se manifestavam naquela constituição social, sendo o primeiro referente ao fato de o servo possuir uma porção de terra que desfrutava junto da família. De acordo com Wood (2003) citado por Carvalho (2009, p.41), essa terra se constituía a unidade básica de produção. Nessa unidade de produção, o servo produzia para sustentar a si próprio e sua família e destinava parte dessa produção, como de direito, ao senhor feudal.

O segundo fato, segundo Carvalho (2009), está relacionado ao poder que o servo tinha, dentro de certos limites, de manter o controle da família e, principalmente, de organizar o seu modo de produzir e de impor o seu próprio

ritmo de trabalho. Wood (2003) descreve ainda que *"o camponês pré-capitalista que retinha a posse dos meios de produção geralmente mantinha o controle da produção, tanto individual quanto coletivamente, por meio da comunidade aldeã"*. (WOOD citado por CARVALHO, 2009, p. 41)

Conforme este autor, o terceiro fato parte do princípio segundo o qual, mediante as condições apresentadas anteriormente, tornar-se-ia possível o emprego da força de trabalho de algumas pessoas com deficiência.

Como vimos, as condições de integração das pessoas com deficiência na propriedade familiar e sua filiação na comunidade de origem serviram para romper com o extermínio delas. No entanto, o que se percebe é que nem todas as pessoas marginalizadas tiveram a mesma sorte de participar desses meios produtivos com o seu próprio esforço. Assim, as pessoas marginalizadas que não se encaixavam em suas comunidades primárias tiveram tratamentos diferenciados, sendo levadas para instituições, mais aperfeiçoadas nesse período.

Contudo, segundo Aranha (2003, p.11), “em função da disseminação das ideias cristãs, o diferente não produtivo (deficiente) adquiriu, nesse momento histórico, ‘status’ humano, já que passou a ser considerado também possuidor de uma alma. Em sendo assim, não mais se fazia aceitável sua exterminação”. Os cuidados com as pessoas com deficiência passaram a ser, prioritariamente, de responsabilidade da família e da Igreja. (ARANHA, 2003)

A Igreja Católica, como uma instituição bem estruturada, como norma desde o Século VI estimulou a criação de hospitais e asilos para recolher as pessoas empobrecidas, os doentes e as pessoas com deficiência para cuidar delas e manter uma direção de abrangência de seus movimentos, fixando-se em um território. Dessa forma, segundo Carvalho (2009),

“Mais do que por uma questão de humanidade, a assistência oferecida às pessoas com deficiência visava, fundamentalmente, evitar o aparecimento de outros embaraços e incômodos para a sociedade. Nos primeiros séculos da Idade Média, essas instituições eram mantidas basicamente pela Igreja Católica. Para elas eram enviados os doentes e os idosos.” (CARVALHO, 2009, p. 42)

Sendo assim, a Igreja Católica mantinha as instituições que serviram para amparar as pessoas que não tinham como se manter devido à gravidade de suas condições ou deficiência. Pessotti (1984) relata sobre o tratamento que a Igreja

Católica dava a essas pessoas dependentes de seus cuidados, ao enunciar que “o deficiente tem que ser mantido e cuidado. A rejeição se transforma na ambiguidade proteção-segregação ou, em nível teológico, no dilema caridade-castigo” (PESSOTTI, 1984, p.7).

Pessotti (1984) considera que a forma de a Igreja Católica resolver os problemas das pessoas com deficiência e carentes era, de certa forma, curiosa. Para um segmento clérigo que se identificava pela orientação sócio-cultural, suavizar o castigo segregando essas pessoas e utilizando-se de método do desconforto significava uma maneira de a Igreja exercer a caridade, pois o asilo assegurava sua sobrevivência com alimento e teto. Porém, o teto ampara, mas as paredes não revelam o incômodo e as pessoas inúteis. No sentido do outro segmento clerical da cultura cristã, o castigo é visto como caridade, pois sua alma estará salva dos domínios do demônio, além do que a sociedade pode estar se livrando das condutas vergonhosas e contrárias aos preceitos sociais acometido pelas pessoas com deficiência.

Contudo, nem todas as pessoas com deficiência foram recolhidas nas instituições, o que, segundo Silva (1986), ocorreu por estas serem insuficientes para atender a todas as pessoas marginalizadas. Portanto, viam-se muitos deficientes físicos - como exemplo, corcundas e anões - como bobos, alegrando a corte ou vivendo nelas em razão das superstições da época e, segundo este autor, servindo como anteparo, como se essas pessoas tivessem poderes sobrenaturais que livrassem as famílias dos efeitos das maldições, pragas e doenças. (SILVA, 1986)

Ainda assim, muitas pessoas marginalizadas eram vistas, conforme Silva (1986) e Pessotti (1984), perambulando pelas estradas, encruzilhadas e ruas da cidade, mendigando, e eram em grande quantidade pessoas vitimadas por mutilações provocadas por trabalhos, guerras e pelas práticas de crimes, como punição.

Para Pessotti (1984), a inquisição e a reforma protestante estabeleceram duas maneiras de compreensão da deficiência que, naquela época, alternava-se em função das ideias teológicas de pecado e de castigo. A deficiência foi caracterizada como um fenômeno metafísico e espiritual imputado às pessoas que a possuíam por desígnios divinos ou demoníacos. Portanto, ressalta-se que, além

do abandono e da mendicância, as pessoas com deficiência, no período em que permaneceu o modo de produção feudal, foram consideradas como hereges e punidas pela Igreja Católica com sua eliminação pela Santa Inquisição. Dessa forma, segundo Carvalho (2009),

“Essas punições podiam ocorrer com a queima da pessoa viva, a castração e a morte por apedrejamento ou açoite. Os sintomas de alguns tipos de deficiências, tais como ‘mental leve ou moderada’ e ‘baixa visão’, podiam ser provas de que as pessoas que as possuíam haviam praticado atos de heresia. O fato de, na tradição judaico-cristã, a causa das deficiências quase sempre ser atribuída a representações do mal e do castigo de Deus, respaldava suas condenações.” (CARVALHO, 2009, 45)

A Santa Inquisição foi regulamentada pelo *Directorium Inquisitorium*, escrito por um dos maiores inquisidores, Nicolau Emérico. Segundo Pessotti (1984), nesses documentos expressavam-se os procedimentos para justificar as acusações:

“O *Directorium* de Emérico recomenda ao inquisidor que não se iluda quando o acusado ‘responde a uma pergunta por uma admiração’. É também indício de culpa ‘responder a algo que não se lhe pergunta ou não responder àquilo sobre o que é interrogado’ e ainda ‘mudar de discurso’. Adverte ainda Emérico: ‘Uma outra manha utilizada pelos hereges é fazerem-se de tolos’. Após aconselhar vários ardis para forçar a confissão do acusado, o *Directorium* declara: ‘E desta forma ou o acusado há de confessar ou há de dar diversas respostas diversas. Se der respostas diferentes, é o bastante para o conduzir à tortura ... a fim de lhe poder tirar da boca toda a verdade’. Para que não se incorra em injustiça, o ‘*Directorium*’ prudentemente adverte que os ‘nigromantes’ podem conhecer-se pelos sinais seguintes: têm a vista torta, por causa das visões, aparições e conversas com os espíritos maus...” (PESSOTTI, 1984 p.9)

É oportuno ressaltar que até mesmo a Igreja Católica coibia que pessoas com deficiência ingressassem em seus quadros eclesiásticos, e os seguidores da religião que se tornassem deficientes no decorrer de sua carreira eram afastados de exercer as funções do sacerdócio. Consta em muitos relatos que esse procedimento foi seguido pela Igreja Católica por toda a Idade Média.

No final da Idade Média, o misticismo passou a ser negado devido às transformações e inovações que passaram a acontecer nos Séculos XVI e XVII. Consta na literatura que as descobertas de novos territórios no final da primeira

metade do primeiro milênio foram decisivas para que ocorresse elevado mercado de produtos manufaturados e que permitiram a acumulação de capital. Nessa direção, o desenvolvimento da ciência e, a partir dela, da tecnologia foi ampliando as condições para que o homem pudesse dominar a natureza. Diante dessas condições, o homem foi se desvencilhando dos dogmas do teocentrismo ao questioná-los, e passa a ter sentido o antropocentrismo. Segundo Aranha (2003),

“O início da Revolução Burguesa, no final do Século XV, caracterizou-se por uma evolução de idéias, mudando o modo clerical de se ver o homem e a sociedade. Trouxe em seu bojo a mudança no sistema de produção, com a derrubada das monarquias, a queda da hegemonia da Igreja Católica e uma nova forma de produção, representada pelo capitalismo mercantil. Iniciou-se, então, a formação dos Estados Modernos, caracterizados por uma nova divisão social do trabalho, iniciando o processo de estabelecimento de contratos de trabalho entre os donos dos meios de produção e os operários, que passaram a vender sua força de trabalho.” (ARANHA, 2003, p.11)

Segundo Aranha (2003), a partir da mudança nos processos produtivos, as pessoas com deficiência passaram a ser formalmente pronunciadas como improdutivas e considerava-se que elas sobrecarregavam a sociedade no seu sustento e permanência. Conforme a autora, na contingência de cuidar das pessoas com deficiência, utilizava-se da alquimia e da magia.

No campo da ciência, essas transformações ocorridas na sociedade e de forma mundializada, passaram a ser fundamentais em relação aos cuidados com a pessoa com deficiência na forma como elas passaram a ser percebidas, principalmente, as acometidas pelos distúrbios mentais. Segundo Pessotti (2004), a medicina evoluiu no campo da deficiência mental a partir dos estudos de Paracelso (1493-1541) e Cardano (1501-1576), na medida em que a demência e a amênia não foram mais atribuídas às concepções tradicionais místicas e aos dogmas da Teologia, passando a serem tratadas como problema de saúde mental. Segundo Paracelso citado por Pessotti (1984),

“É nela que, ao que parece, pela primeira vez uma autoridade medicina, reconhecida por numerosas universidades, considera médico um problema que até então fora teológico e moral. A visão de Paracelso é ainda supersticiosa mas não teológica. O louco e o idiota já não são perversas criaturas tomadas pelo diabo e dignas de tortura e fogueira por sua impiedade ou obscenidade: são doentes ou vítimas de

forças sobre-humanas cósmicas ou não, e dignos de tratamento e complacências.” (PARACELSO citado por PESSOTTI, 1984, p.15)

Enfatizando a descrição de Paracelso citado por Pessotti (1984), isto significou para as pessoas com deficiência que elas não mais seriam consideradas hereges e punidas nos moldes da Santa Inquisição. No entanto, segundo Aranha (2003), a institucionalização que já se praticava expandiu-se. A institucionalização retira as pessoas que apresentam problemas físicos e distúrbios mentais do seio de suas famílias e comunidade para mantê-las segregadas em entidades localizadas longe dos seus familiares e de toda a sociedade. De acordo com Aranha (2003),

“Começaram a surgir os primeiros hospitais psiquiátricos, como locais para confinar, mais do que para tratar, os pacientes que fossem considerados doentes, que estivessem incomodando a sociedade, ou ambos. A mudança na concepção de deficiência (de um fenômeno metafísico para um fenômeno biológico) aliada à prática do acolhimento e confinamento de pessoas diferentes, pela Igreja e pela família, instituiu as bases do primeiro paradigma que passou, gradativamente, a caracterizar formalmente as relações das sociedades ocidentais com o segmento populacional constituído pelas pessoas com deficiência: o paradigma da Institucionalização.” (ARANHA, 2003, p.11)

É de se verificar que o modo de produção capitalista se fortalecia cada vez mais com o passar dos séculos pela necessidade de buscar novos meios para se produzir, havendo nesse sentido mais investimento nas ciências, resultando em novas tecnologias, até se concretizar o surgimento da Revolução Industrial. A sociedade, antes da Revolução, já se considerava pré-capitalista, marcada pelo poder econômico e político dominado pela nobreza e pela Igreja Católica em toda a trajetória do feudalismo. Depois, passa então a ser controlada por uma nova classe que surge, a burguesia. Com a Igreja enfraquecida, surgem oportunidades e as condições para que as pessoas e a sociedade num aspecto geral passem a se ver numa nova realidade de mundo.

E o homem nesse novo mundo, conforme Carvalho (2009) descreve, torna-se virtuoso na medida em que conquista independência e controle econômico. A ciência e a tecnologia são motivadas a impulsionar o modelo produtivo. Com a máquina a vapor sendo incorporada ao processo produtivo, o operário se transformou em extensão da máquina, passando esta a ditar o seu ritmo. Dessa

forma, foi possível estabelecer a produção em grande escala ao sistema fabril e, em decorrência desse processo, intensificou-se a divisão social do trabalho.

Em contrapartida, é relevante destacar, em relação à pessoa com deficiência nesse momento da história, que a máquina imprimiu um ritmo acelerado no processo produtivo e as extensas horas de trabalho fadigavam os operários, dentre eles crianças e jovens que se tornaram pessoas doentes e deficientes em função dessa condição indigna e degradante de trabalho e dos inúmeros registros de acidentes de trabalho que sofreram. Essas pessoas passaram a ter sua aptidão e potencial produtivo reduzido, tornando-se inválidas e inúteis para atender às necessidades do processo produtivo. Rocha citado por Carvalho (2009) faz referência a um relatório que denuncia essas condições:

“Em 1837, o próprio Villermé, estudando as condições dos dez departamentos mais industrializados, constatará que, dentre dez mil jovens alistados, a inacreditável porcentagem de inválidos e deformados é de 89,8%, ou seja, mesmo entre os sobreviventes da indústria, nove em cada dez estavam definitivamente deformados por ela. Os números da destruição industrial da juventude francesa caem um pouco nos anos seguintes, mas continuam alarmantes. Os alistados recusados por deficiência física em várias regiões francesas passam de 60% no início dos anos 40. O relatório nacional sobre o estado físico dos rapazes alistados em 1866 revela que, simplesmente, um terço da população de jovens franceses tem que ser reformada (recusada para o serviço militar) por incapacidade física: raquíticos, mutilados, reumáticos, corcundas e mancos são algumas das categorias nas quais se enquadram a juventude que a espoliação fabril e sua miséria degradaram.” (ROCHA citado por Carvalho, 2009, p.67)

Nesse contexto, a improdutividade continuou sendo evidenciada de forma negativa, integrando o processo de avaliação social dos indivíduos. *“Passou-se a ver os indivíduos como essencialmente diferentes, legitimando-se, assim, as noções de desigualdade e os valores de dominação e do direito de privilégios aos produtivos e mantenedores do sistema”* (ARANHA, 2003, p.12).

Nesse mesmo período, segundo Oliveira (2004), o pensador John Looke considerava o motivo de os indivíduos serem incapazes de exercer a cidadania, não o atribuindo à privação da inteligência, mas à falta de tomada de decisão pela razão, por si mesmo, sem precisar da tutela do outro. Looke defendia a existência de concepções de ordem natural numa perspectiva que reconhecia a existência de um estado de natureza sobre a razão da liberdade. Oliveira (2004) descreve que

Kant entende que a liberdade, sendo um exercício do arbítrio, é determinada pelas normas que se regem pela razão.

De acordo com Oliveira (2004), na reflexão de Looke a igualdade de direitos pressupõe a liberdade que é procedente da inteligência e do livre arbítrio do indivíduo, pelo qual ele detém a razão para gerir seus próprios atos e agir de acordo com sua vontade. Este autor descreve que Looke valoriza o indivíduo que pensa racionalmente; e em Kant, exercer a cidadania pressupõe possuir *autonomia, liberdade e razão*. Nesse contexto, a pessoa com deficiência mental, ao necessitar de tutela, é subjugada como incapaz e excluída da sociedade.

Contudo, permaneceu concomitante a todo esse processo evolutivo a visão abstrata de homem, representada pela filosofia da essência dando início ao questionamento do problema da individualidade e do desenvolvimento do homem. De acordo com Aranha (2003), nos Séculos XVII e XVIII intensificou-se a interpretação das modalidades de deficiência enquanto *“fenômeno, especialmente nas áreas médica e educacional, encaminhando uma grande diversidade de atitudes sociais: desde a institucionalização em conventos e hospícios, até o ensino especial segregado”* (ARANHA, 2003, p.12).

A Revolução Industrial, com seu propósito exclusivamente econômico, acentuou a concepção de deficiência e influenciou na exigência de um modelo educativo para atender em massa os trabalhadores. Para o segmento considerado incapaz para o trabalho e a aprendizagem de acordo com as normas escolares, surge um modelo pedagógico com uma visão mais voltada para treinar as pessoas com deficiência para realizarem tarefas específicas e repetitivas, portanto, seguindo a lógica do sistema capitalista de que viver é produzir e produzir é ter lucro.

Analisando as pessoas com deficiência no âmbito educacional, segundo os relatos da história, no Século XVI inicia-se a preocupação com a educação dessas pessoas, priorizando as deficiências de surdez, e ganha destaque Jerônimo Cardano, que se apresenta como inventor de um código para que os surdos aprendessem a ler e escrever, influenciados, conforme Silva (1984), por um monge beneditino chamado Pedro Ponce (1520–1584), como consta na história, o primeiro a se dedicar à educação dessa modalidade de deficiência, sem, no

entanto, deixar registrado o método que empregava para obter sucesso nos resultados.

Também o médico Frances Laurent Joubert (1529–1582) afirmava que toda criança teria habilidades, mesmo as nascidas com problema de surdez e as pessoas que se tornassem deficientes ao longo da vida. Segundo Mullett citado por Silva (1986), Joubert explicava que os educadores que se dedicassem a essas crianças teriam que atuar de forma paciente e cuidadosa, pois a criança aprenderia a se comunicar em seu ambiente social mesmo sendo surda, da mesma forma que qualquer outra pessoa aprende uma língua estrangeira. Joubert recomendava que o educador começasse a apresentar para a criança palavras simples e curtas, destacando a expressão facial. Desse modo a criança com audição comprometida se comunicaria sem ouvir, se o processo de aprendizagem fosse feito de forma paciente.

Outros ilustres educadores, como cita Silva (1986), foram o espanhol Bonet e o inglês Bulwer. Silva descreve que Bonet afirmava que, entre os seis e oito anos de idade, era a melhor fase de idade para a criança com deficiência auditiva aprender a falar; e que um dos motivos que impediam a pessoa de se expressar oralmente bem era devido à surdez e o outro, Bonet atribui a defeito na língua. Quanto a Bulwer, este afirmava que a pessoa com deficiência auditiva poderia se comunicar e ser entendida pela observação atenta de uma outra pessoa aos movimentos dos seus lábios. Com isso, Bulwer comprova que as crianças acometidas pela surdez aprendem ouvindo o som das palavras e interpretando a linguagem.

Ainda sobre a educação das pessoas com deficiência, embora os relatos se refiram ao seu início no Século XVI, há também relatos que remontam ao Século XV, como o comentado por Rodolfo Agrícola, ao qual dizia ter conhecido uma pessoa com deficiência auditiva que teria aprendido a ler e escrever. Quirós e Gueller relatam o caso de *“Bartolo, que ainda no Século XIV, deixou registrado o fato [...] de que um surdo poderia ter leitura de lábios”* (QUIRÓS; GUELLER citados por SILVEIRA BUENO, 1993, p.60).

Carvalho (2009) destaca que os avanços científicos a partir do Século XVI possibilitaram que a educação começasse a ser compreendida com uma nova fundamentação teórica. O mesmo ocorreu com a educação das pessoas cegas nos

Séculos XVI e XVII. Segundo Silveira Bueno (1993), há indícios na literatura de que elas eram desassistidas e desprezadas. Levando-se em consideração que grande parte da população europeia apresentava deficiência, esta realidade se confirma.

Entretanto, há relatos de que algumas pessoas com deficiência visual receberam educação e alcançaram a aprendizagem que, de certa forma, possibilitasse sua integração na sociedade. De acordo com Carvalho (2009), a educação do surdo e do cego era privilégio das pessoas com deficiência das classe burguesa e da nobreza.

Silveira Bueno (2003) relata que as pessoas com deficiência que viviam nos asilos conseguiam se destacar, mesmo com a limitação de sua deficiência, quando esta não as impediavam de manter o contato social, que possibilitava absorver aprendizagem de conhecimentos exercitados oralmente, menos o desenvolvimento da escrita. Com todas as dificuldades que marcaram as pessoas com deficiência nesse período, especialmente as da classe mais empobrecidas, algumas pessoas pertencentes à classe burguesa e à nobreza se sobressaíram. Silva (1984) destaca o compositor Antonio de Cabezón, cego desde a infância, que viveu na Espanha no Século XVI e era compositor de música de órgão. Cabezón superou todas as dificuldades e em 1521 passou a estudar em Palencia e aos 26 anos, devido ao seu domínio musical, foi designado organista e clavicordista da Rainha Isabel da Espanha.

Segundo Silveira Bueno (1993), o surgimento das primeiras instituições especializadas em educação teve uma correlação com o *ideal liberal* de ampliação das oportunidades educacionais para todos. Nesse sentido, a igualdade de oportunidade para todos só se tornou na realidade “dirigida às pessoas a partir do Século XVIII, por causa da revolução liberal francesa, que até então o direito nada mais era do que a manifestação da vontade do rei, do imperador, do estado, da igreja. O direito não servia à população, o direito subjugava” (FONSECA, 2011 p.1).

“E hoje nós estamos em um impasse porque os direitos humanos vieram evoluindo, no Século XVIII construíram-se as liberdades individuais, a proteção do indivíduo contra o abuso do poder político, o direito de ir e vir, de livre expressão, todos são iguais

perante a lei, direito de votar, enfim, porque todos esses direitos estavam realmente ali para o indivíduo. O que infelizmente ocorre é que essa evolução do direito sempre encontra novos desafios, que embora se proclamasse a universalidade da declaração universal dos direitos do cidadão em 1778, a lei se tornou detentora de prerrogativas exclusivas de poucos. [...] determinou a maioria desses direitos em relação a maior parte da população francesa, onde uma mulher, Constance, reivindicou que a declaração universal dos direitos do homem também se chamasse "da mulher", no acirramento das sanções. Quando houve a crise da revolução francesa, ela foi também guilhotinada por fazer essa proposta. Se esses direitos, inicialmente protegessem o indivíduo contra o abuso do poder político, da nobreza que preferia um estado democrático, se tornaram ineptos porque a burguesia rapidamente se apropriou deles." (FONSECA, 2011, p.1)

Na história da educação institucional das pessoas com deficiência na maioria dos países da Europa Ocidental e das Américas, o modelo de educação seguiu uma mesma trajetória de procedimentos. Como são inexistentes essas evidências de educação para as pessoas com deficiência de forma mais ampla, entre os Séculos V e XVII, entende-se que era marcada pela desconsideração, quando os deficientes eram ignorados, abandonados e exterminados. No período entre o fim do Século XVIII e início do Século XX, as políticas educacionais destinadas às pessoas com deficiência eram limitadas; essas pessoas passaram a ser aceitas em sua família, mas posteriormente, de acordo com Januzzi (2004), eram encaminhadas para instituições educativas especiais. O período, portanto, ficou marcado como sendo de institucionalização das pessoas com deficiência. De acordo com a autora, tiveram início os primeiros programas de educação especial na Europa Ocidental.

Contudo, segundo Januzzi (2004), nas escolas especiais prevalecia um olhar de tutela voltada para uma vertente educativa absolutamente influenciada pela medicina e por uma manifestação evidente da diferença. Assim, ainda que atenuasse a rejeição, esse modelo de educação permanecia excludente na forma de propor proteção para a pessoa com deficiência, fornecendo ajudas, benefícios e abrigos dos quais essas pessoas dificilmente saíam, além de serem sujeitadas a tratamentos e práticas alienantes.

Essa sujeição das pessoas com deficiência acontece a partir do momento em que as instituições foram perdendo sua função educativa e se tornaram espaço para isolar e explorar as pessoas com deficiência, principalmente as de origem de

classes exploradas, pois estas eram forçadas pelas suas próprias circunstâncias a mantê-las nessas instituições. Segundo Silveira Bueno (1993), nessas instituições o trabalho era obrigatório, “manual e tedioso, parcamente remunerado, quando não em troca de um lugar no maravilhoso espaço do asilo escola oficina” (SILVEIRA BUENO, 1993, p.69).

Januzzi (2004) relata que nos documentos dessa época consta a recomendação para que os alunos com deficiência estudassem em turmas separadas porque, além de não aprenderem, impossibilitavam que os demais alunos ditos normais aprendessem a instrução que lhes era oferecida. Esta autora enfatiza que não era desaconselhado o ensino individual, mas que fossem todos educados junto aos seus iguais. Ressalta-se que as primeiras escolas especiais foram criadas na França, em 1760, denominadas por Instituto Nacional de Surdos-Mudos e logo a seguir, em 1784, foi criado o Instituto dos Cegos. A educação voltada para essa modalidade progrediu, mesmo sem grande apoio da sociedade; diferentemente da educação das crianças com deficiência mental, que eram internadas juntamente com as crianças carentes em asilos.

De acordo com Aranha (2003), o modelo de produção capitalista no Século XIX prosseguia se desenvolvendo, ainda que os valores e padrões sociais fossem mantidos; contudo, o sistema nacional educacional deveria ser estruturado para atender a todos os cidadãos, prioritariamente, para atender as demandas da produção. “A atitude de responsabilidade pública pelas necessidades do deficiente começou a se desenvolver, embora se mantivesse ainda a tendência de manter a instituição fora do setor público, sob a iniciativa e sustentação do setor privado” (ARANHA, 2003 p.12).

Mesmo assim, o ensino da leitura, escrita e do cálculo, além das artes, só foi tardiamente introduzido nesses institutos de ensino especial. Segundo Carmo (2004),

“Um bom exemplo que caracteriza essa situação é a história da criação do sistema Braille, usado até hoje pelos cegos para poderem ler e escrever. Louis Braille, que era cego, conseguiu, aos seus 15 anos, o sistema de escrita e leitura baseado em pontos. Isso se deu no ano de 1824, mas seu método só foi reconhecido e oficializado em 1854.” (CARMO, 2004, p.2)

Segundo a autora, o primeiro instituto para educação das pessoas com deficiência foi criado na Alemanha, em 1824. Em 1848, surgiram nos Estados Unidos os primeiros atendimentos em institutos voltados para a doença mental, onde os assistidos recebiam treinamentos sociais básicos e, a partir de 1896, esse atendimento foi estendido para fora dos institutos.

De acordo com Marshall (1967), o sistema de educação primária pública implantado no Século XIX contribuiu para a conquista dos direitos sociais e de cidadania no Século XX, quando a educação passa a ser considerada essencial para que o indivíduo construa e exerça a cidadania e, através dos conhecimentos dos seus direitos, torne-se um cidadão. Marshall (1967) relaciona o direito à educação como conquista de cidadania. Para o autor, se o Estado garante a educação para todos, cumpre as exigências e a natureza da cidadania. “*A educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança frequentar a escola, mas como o direito do cidadão ser educado*” (MARSHALL, 1967 p.73).

A partir do Século XX, com o estabelecimento do capitalismo financeiro mais desenvolvido e o com o surgimento de capitalistas poderosos, a força de trabalho passou a ser definida com o objetivo de aumento do ganho de capital. Dessa forma, foram se criando as condições para assegurar a quantidade necessária de trabalhadores. Segundo Aranha (2003), o excedente da população marginalizada permaneceu sem oportunidades no mundo do trabalho, intensificando as *leituras* a respeito das deficiências, sendo estas representadas de formas diferenciadas. De acordo com Aranha (2003),

“Constata-se, na compreensão da deficiência, a manutenção do modelo metafísico, coexistindo com o modelo médico, o modelo educacional, o modelo da determinação social e, mais no final desse século, o modelo sócio-histórico. A origem do fenômeno, portanto, continuou sendo de natureza sócio-político-econômica, embora sua leitura tenha sido feita em diferentes dimensões, aparentemente desvinculadas desta realidade.” (ARANHA, 2003, 12)

Nessa perspectiva, a integração das pessoas com deficiência nos sistemas sociais passa a ser reivindicada, em meados do Século XX, através de conquistas sociais, direitos humanos e de cidadania. Segundo Marshall (1967), a constituição

efetiva da cidadania acontece com providências concretas dos direitos civis, políticos e sociais. De acordo com o autor, os direitos civis se estabeleceram no Século XVIII, marcado pela prática da liberdade individual, como o direito de ir e vir, de fazer escolhas, de estabelecer contratos e de ter bens materiais, como adquirir propriedade. Assim, os direitos civis se caracterizam historicamente pela incorporação de novos direitos aos quais os homens já possuem.

Os direitos políticos foram constituídos no Século XIX e se referem à participação política do homem, conferindo-lhe o direito de votar e de ser votado a um cargo eletivo. Ressalta-se que o direito de votar era prioridade exclusiva das classes dominantes, passando a ser direito de todos com o sufrágio universal. Segundo Marshall (1967), o direito social se constituiu no Século XX e corresponde a um agrupamento maior de direitos, compreendendo desde as necessidades básicas de bem-estar econômico do homem ao direito à segurança, à cultura e principalmente à igualdade na sociedade. O autor enfatiza que o direito está essencialmente ligado à educação, então ele recusa o assistencialismo para as pessoas carentes, considerando que, dessa forma, elas seriam consideradas *não cidadãos*, dependentes de proteção.

Para Marshall (1967), para participar da tomada de decisão o indivíduo tem que ter no mínimo a educação básica. Dessa forma, enfatiza conceitos relevantes, como o benefício social e a prestação de serviço. O autor explica que o benefício dado pelo Estado ao indivíduo numa situação de incapacidade dificulta as condições desse indivíduo manifestar a sua efetiva participação como cidadão. Conforme o autor, a prestação de serviço oferecida ao cidadão coloca-o na condição de um ser que tem direitos limitados.

Portanto, Marshall esclarece que a prestação de serviço é direito de todos, indistintamente. Assim, define que o elemento qualitativo se torne essência do serviço, sendo assim, menos estigmatizado, passando a exercer no cidadão um efeito importante de pertencimento em relação às diferenças sociais, elevando o seu sentimento de igualdade de “status”. Para Marshall (1967), o benefício social, oferecido de forma diferenciada, funciona como uma alternativa para quem necessita dessa ajuda, mas não o considera como cidadão.

A educação inclusiva para Marshall (1967) é como prestação de serviço, na medida em que todos participam do processo educativo, incluindo a pessoa

com deficiência, tendo, portanto, direito à educação de qualidade, dando passos firmes e importantes para a conquista e permanência efetiva dos direitos civis, políticos e sociais.

A educação nas escolas especiais é considerada por Marshall (1967) como um benefício social limitado apenas a um grupo de alunos com necessidades especiais, vistos como carentes de capacidades e impossibilitados de se encaixarem na sociedade. Dessa forma, o autor enfatiza que a segregação, a estigmatização e a filantropia são práticas comuns nesse tipo de ajuda, que na verdade não dignifica a pessoa e não a torna cidadã. Este autor aceitava a existência da desigualdade quantitativa econômica, contudo, rejeitava a desigualdade qualitativa ou cultural e educacional entre os homens, isto porque o exercício participativo do indivíduo de alcançar a cidadania se tornava depreciada. Exemplo dessa desconsideração se contextualiza na marginalização das pessoas com deficiência, permanecendo por um longo tempo à margem da escolaridade, privadas de muitos momentos culturais e intelectuais, o que dificultou a sua inserção nos sistemas sociais e no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, Melero (2002) fala da importância da educação *intercultural* na atualidade e discute como está sendo vivenciada a *cultura da diversidade* no espaço da escola e reflete sobre uma educação *em e para a diversidade cognitiva, étnica e cultural*. O autor relembra como mudaram os rumos da educação tradicional em relação às pessoas com deficiência: antes, buscava-se alcançar as condutas sociais controladas; hoje, o que se deseja para as pessoas com deficiência é a aquisição de cultura suficiente para gerenciarem a própria vida. Percebe-se nessas conquistas que o padrão assistencial e dependente perde sua eficácia, dando lugar a um procedimento competencial e autônomo. Segundo Melero (2002),

“Isso que parece claro a partir de um ponto de vista teórico, não está inculcado no pensamento pedagógico dos profissionais, e eles seguem aceitando, de um modo quase unânime, que as crianças com necessidades educativas específicas são os únicos responsáveis (culpados) por seus problemas de aprendizagem (às vezes esse sentimento se estende aos pais), mas raras vezes questionam o sistema escolar e a sociedade. Ao assumir que o fracasso na aprendizagem deve-se às próprias crianças com deficiência e não ao sistema, pensa-se que são eles e não a escola quem tem que mudar. E, ao não se conseguir a mudança, começa-se a selecionar dentro da própria escola,

oferecendo dois tipos de currículo: um da cultura "formalmente selecionada pelo sistema" e outro da subcultura – determinada pelo mesmo sistema.” (MELERO, 2002, p.1)

Melero (2002) considera esse modelo de educação como *pseudoeducativo*, que se embasa numa escola seletiva que reconhece mais a capacidade do que os processos; os conjuntos homogêneos do que os heterogêneos; a competitividade do que a cooperação; o individualismo do que a aprendizagem solidária. Ainda assim, é exclusivamente assistencial, ressaltando a deficiência nas pessoas e responsabilizando-as, como sendo delas o único motivo de seus obstáculos em absorver os caminhos cognitivos da aprendizagem. “O modelo de intervenção é, portanto, individualizado e o currículo truncado pelas não-competências, incidindo nas incapacidades e não nas possibilidades dos alunos” (MELERO, 2002, p.1).

Essa educação avaliadora de critérios e de resultados meramente objetivos assume uma atitude de não acolhimento da diversidade como valor do ser humano e perpetua as diferenças entre os educandos, destacando que as diferenças não podem ser superáveis assim, pois mesmo que as pessoas com e sem deficiência convivam em ambientes comuns, seja no ônibus, na sala de estudos, mesmo que compartilhem a mesma mesa, prosseguem com currículos diferentes, podendo ser até contrários.

Nesse contexto, o conceito de diversidade não se relaciona apenas à modalidades de deficiência, mas abrange todos os desfavorecidos da sociedade, aqueles que estão na fronteira do sistema. Como lembra Melero (2002), a diversidade é uma característica legítima da natureza do ser humano. Um movimento pelo respeito à diversidade deve pleitear uma mudança profunda no ideológico-político das organizações de gestão administrativa, nas percepções psicológicas, na predominância dos sistemas educativos e nas relações interativas e comunicacionais entre as pessoas, em todos os espaços sociais.

2.1 As políticas públicas para as pessoas com deficiência no Brasil

As políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência, no Brasil, foram iniciadas em 1854, com a criação do Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, com o nome de Instituto dos Meninos Cegos, com o objetivo de oferecer o ensino das primeiras letras para cegos e surdos. Contudo, segundo Mazzotta (1996), este instituto só atendia 35 alunos em 1872, sendo que havia, naquela época, 15.848 pessoas cegas no Brasil. Dessa forma, fica evidente a precariedade dos serviços prestados por essa instituição face à demanda da população. Na realidade, o Instituto dos Meninos Cegos começa uma trajetória que se tornará comum de tratar a deficiência como uma doença.

Ainda no Século XIX foi criado, em 29 de julho de 1868, o *Asilo dos Inválidos da Pátria*, situado no Rio de Janeiro, para atendimento aos soldados mutilados nos conflitos internos do país e, principalmente, pela Guerra do Paraguai, levando o comandante Duque de Caxias² a manifestar junto ao Governo Imperial a necessidade de atender os soldados que se tornaram deficientes nessas batalhas. Esta instituição tinha a função de acolher os soldados deficientes até a sua velhice, além de cuidar e oferecer educação aos órfãos e filhos de militares.

Foi com a implantação da República, segundo Bueno (1993), que as pessoas com deficiência visual passaram a receber mais atenção por parte do Estado. Nesse sentido, Figueira (2007) destacou que foi com a criação dos hospitais-escolas, a partir da década de 1940, que se iniciou a realização de pesquisas no âmbito da reabilitação de pessoas com deficiência, melhorando a qualidade dos serviços oferecidos a elas. No campo educacional, destaca-se o cuidado com as crianças com deficiência. Em novembro de 1932, com a colaboração de algumas alunas, a psicóloga e educadora russa Helena Antipoff criou duas instituições com a intenção de dar assistência a crianças com deficiência, inaugurando a primeira Sociedade Pestalozzi do país, com sede em Belo Horizonte, na capital mineira. Segundo Campos (2010), essa entidade foi transformada, em 1934, no Instituto Pestalozzi. Surgia, assim, o trabalho multiprofissional, envolvendo médicos, psicólogos, pedagogos e assistentes

² Patrono do Exército Brasileiro

sociais. Em 1940, Antipoff inaugurou em Ibirité - MG a Fazenda do Rosário, introduzindo novas formas de trabalhar com as crianças marginalizadas. Dessa forma, a Sociedade Pestalozzi e o Instituto Pestalozzi iniciaram as suas atividades atuando em diversas perspectivas da exclusão social, motivadas pelas questões sociais como a miséria, o abandono e a deficiência mental em si, com objetivos de defender os direitos das pessoas com deficiência em condições de risco social.

Para assistir a pessoa com deficiência nos países ocidentais, surge o movimento pela integração, fundamentado na ideologia de normalização, defendendo no campo educacional que as pessoas com necessidades educacionais especiais seriam ajudadas a adquirir padrões de vida próximo das condições gerais. Esta proposta de integração surgiu contrapondo-se à perspectiva da institucionalização em locais segregados, com o intuito de tentar enquadrar os deficientes às condições de vida cotidiana, visando à sua integração, inclusive, no mercado de trabalho. A integração no âmbito social mais amplo das minorias e, principalmente, das pessoas com deficiência surgiu dessa perspectiva, a partir da segunda guerra mundial, que agregou à sociedade os ex-combatentes, muitos deles, doravante, deficientes, mas considerados capazes e heróis. Assim, as mudanças exigidas para integrar os deficientes à vida em sociedade partiram, sobretudo, dos países que sofreram diretamente os efeitos nocivos da guerra, pela imensa quantidade de cidadãos que passaram a ser, conforme Castel (1998), “clientes potenciais da assistência social” e passaram a buscar as condições necessárias para a sua reabilitação que propiciassem que os mesmos assumissem ocupações que gerassem renda a estes. Em outro sentido, segundo Aranha (2003):

“Seu retorno ao mundo ocupacional propiciou uma demonstração, em ampla escala, do potencial de trabalho das pessoas que apresentavam uma deficiência. Fortaleceu-se, aos poucos, a convicção de que as pessoas com deficiência podiam trabalhar, trabalhariam e queriam exercer voz ativa na sociedade. Os estados passaram gradativamente a reconhecer sua responsabilidade no cuidado a esse segmento populacional, no que se referia a suas necessidades de educação e de saúde.” (ARANHA, 2003, p.13)

Assim, os serviços que buscavam “normalizar” as possibilidades de contribuição das pessoas com deficiência passaram a ser oferecidos pelas escolas especiais, pelas instituições assistenciais e pelos centros de reabilitações espalhados por todos os cantos dos países ocidentais. Dessa forma, talvez pelos

impulsos que giraram sobre essa questão, em 1973 o Ministério da Educação e Cultura criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), um órgão que centralizou o atendimento aos excepcionais no Brasil, além da expansão do atendimento especializado por instituições filantrópicas e assistenciais, como, por exemplo, as Associações de Pais e amigos dos Excepcionais-APAE para todo o Brasil. As ações voltadas para as pessoas deficientes se intensificaram na década de 1980, acompanhadas, segundo Gohn (1997) por outros movimentos sociais pró-inclusão das minorias sociais. Ganhou, então, projeção a luta pelo fim dos tratamentos paternalistas, tutelarizantes e segregativos. Em 1989, a Presidência da República aprovou a Lei nº 7853 de 24/10/89, relativa à criação da *Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência* (CORDE). O objetivo foi o de assegurar os direitos das pessoas com deficiência através de políticas públicas, possibilitando através da formação profissional a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Em 2009, a CORDE passou a Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), tendo como sua principal atribuição a coordenação e supervisão do *Programa Nacional de Acessibilidade* e do *Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência*.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, em 2006 definiu como *pessoa com deficiência* aquela que apresentasse impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, pudessem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. Neste sentido, o acesso das pessoas com deficiência à escolaridade, à capacitação e à qualificação, bem como ao ensino superior foi considerado imprescindível para vencer estas obstruções. As reivindicações do conjunto das pessoas com deficiência contribuíram para a implementação da proposta de inclusão social, enunciando que não era a pessoa deficiente que deveria se adequar ao meio, mas a sociedade que deveria assegurar os meios necessários para que a vida em seus espaços pudesse ser usufruída por todos.

Como decorrência deste movimento em prol da acessibilidade, aprofundou-se também o debate acerca da designação adequada a ser atribuída a estas pessoas. O Decreto nº 3.956/01, Art. 1º da Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a *pessoa portadora de*

deficiência da (OEA) entrou em vigor no Brasil em 8 de outubro de 2001, estabelecendo o conceito de *pessoa portadora de deficiência* como referente a uma pessoa que apresentasse restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limitaria a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. Já a Emenda Constitucional, em 9 de julho de 2008, sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência passou a estabelecer que a terminologia correta era “pessoa com deficiência” em substituição à “portadora de deficiência”. O Decreto N° 3.298/1999 - Art.3 traz as seguintes definições:

- ✓ I – deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;
- ✓ II – deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter possibilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;
- ✓ III – incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Segundo o Ministério do Trabalho e a Secretaria de Inspeção do Trabalho, com a inclusão social e no trabalho, as pessoas com deficiência:

“[...] passarão a ser sujeitos do próprio destino, não mais meros beneficiários de políticas de assistência social. O direito de ir e vir, de trabalhar e de estudar é a mola-mestra da inclusão de qualquer cidadão e, para que se concretize em face das pessoas com deficiência, há que se exigir do Estado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, Constituição Federal), por meio da implantação de políticas públicas compensatórias e eficazes.”(MTE-SIT, 2007, p.11)

É importante ressaltar que, segundo o Ministério do Trabalho (2007), grande parte das pessoas com deficiência não estão matriculadas nas escolas regulares, nem frequentam os ambientes de lazer e de cultura, nem podem usufruir do transporte público. Se comparado ao Censo do IBGE 2000, poucos estão inseridos no mercado de trabalho formal. Conforme os relatos do Ministério do

Trabalho e do Emprego-MTE e da Secretaria de Inspeção do Trabalho (2007), a não inserção dos deficientes nos diversos ambientes sociais é decorrente da baixa escolaridade desse segmento, ocasionando grande dificuldade para a sua inserção social e no mercado de trabalho. Segundo estes órgãos federais, o obstáculo que separa o deficiente do mundo do trabalho e da vida em sociedade precisa ser rompido. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), atualmente existem em torno de 650 milhões de pessoas com deficiência em todo o mundo. No Brasil, signatário da ONU, a legislação brasileira em favor da inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho condena, no artigo 7º da Constituição Federal de 1988, qualquer tipo de discriminação para admissão e remuneração em razão de deficiência; e no inciso VIII, garante reserva de vagas na Administração Direta e Indireta. A Lei 8112/90, da Constituição de 1988, estabelece a reserva de 5 a 20% dos cargos da Administração Direta e Indireta a pessoas com deficiência; e a Lei 8213 de 24 de julho de 1991 no art. 93 fixa cotas de 2 a 5% de emprego para pessoas com deficiência que estejam habilitadas ou reabilitadas nas empresas com mais de 100 empregados.

Assim, no âmbito do direito ao trabalho para a pessoa com deficiência, a política de cotas tem surtido algum efeito, haja vista o aumento da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho formal. Em favor da inclusão social, a pessoa com deficiência ainda conta com o Decreto 5.296/04, que regulamenta as leis 10.048 e 10.098, instituídas em 2000, para o transporte público adaptado e para a remoção de barreiras arquitetônicas em acessos públicos, como ruas, logradouro e prédios. Essas leis, embora estejam mais no papel do que na vida prática, no cotidiano, começam a ser cobradas pela sociedade e, principalmente, pela justiça. É relevante destacar que todos os serviços a serem oferecidos para as pessoas com deficiência devem ser promovidos igualmente nas zonas rurais e nas comunidades afastadas, seguindo a recomendação nº 168/83 da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se refere à reabilitação profissional e ao emprego para esse segmento. Recomenda-se, ainda, o seguinte:

“[...] deveriam desenvolver-se esforços especiais para lograr que os serviços de reabilitação profissional se ampliem com o fim de que as pessoas portadoras de deficiência que habitam nas zonas rurais e comunidades distantes possam beneficiar-se disso no mesmo grau e

condições que nas zonas urbanas. O desenvolvimento de tais serviços deveria formar parte integrante das políticas nacionais de desenvolvimento rural.” (MTE, SID, 2007, p.66)

De modo geral, a sociedade brasileira tem se esforçado para estabelecer uma composição que aceite, respeite e ampare com dignidade a diversidade que a compõe. Contudo, este é um processo lento e complexo, que envolve transformação reflexiva no imaginário social, inclusive, nas atitudes sociais pelo reconhecimento da necessidade de inserir adaptações positivas, atendendo às especificidades e características de todos os indivíduos.

CAPÍTULO 3 - FORMAS DE INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES RURAIS E URBANAS

Apresentamos neste capítulo o marco teórico elaborado para compreender as possibilidades de participação e inserção da pessoa com deficiência na sociedade rural. Partimos do pressuposto de que a sociedade rural apresenta peculiaridades em relação à sociedade urbana no que diz respeito às formas como se configuram as interações sociais, as relações de trabalho e os valores que orientam as práticas dos indivíduos e dos grupos sociais. Contudo, ao assumirmos que existem especificidades e características particulares da sociedade rural face à urbana não estamos concebendo uma clivagem entre ambas. Pelo contrário, adotamos uma perspectiva totalizadora da sociedade. Todavia, consideramos que fazer parte de um mesmo tempo histórico e estar sob a influência de fenômenos e acontecimentos referentes a um determinado contexto não significa assumir a homogeneidade dos espaços socialmente construídos. Assim, ao nos propormos a conhecer as possibilidades de participação e inserção do deficiente na sociedade rural, estamos partindo do pressuposto de que a forma como se constrói a sociabilidade em sociedades rurais estaria marcada por particularidades que tornariam diferenciadas as possibilidades de participação e inserção da pessoa com deficiência em relação às encontradas na sociedade urbana.

3.1 O processo de transformação do mundo do trabalho, das sociedades pré-capitalistas às capitalistas

Ao historicizarmos as transformações ocorridas no mundo do trabalho na passagem de uma sociedade rural e pré-capitalista para uma sociedade urbana e capitalista, procuramos perceber as formas como as pessoas com deficiência estavam inseridas nas sociedades tradicionais, pré-capitalistas, como também construir o cenário dentro do qual os padrões produtivos passam a imperar sobre o indivíduo na sociedade urbana. Tais padrões de “higienização dos costumes” ao estilo de vida burguês distanciaram-se dos costumes presentes na sociedade rural.

Partiremos neste tópico, portanto, para uma breve historicização destas transformações sociais, em que o mundo do trabalho ocupou um lugar central. Em seu livro *A metamorfose da questão social: uma crônica do trabalho*, Castel (1998) traça o percurso do trabalho numa perspectiva histórica, enfatizando as relações instáveis e as incertezas econômicas, particularmente em relação à sociedade francesa, mas as quais se constituíram em questões globais. O autor enfatiza, nesta obra, que é através da “sociedade assalariada” que o indivíduo luta pela conquista dos seus direitos. A passagem do trabalho artesanal para o fabril não ocorreu de uma forma linear, percorrendo um longo caminho, através do qual Castel analisa as “questões sociais” que derivaram da passagem de uma sociedade submetida ao trabalho sob o regime de tutela – em que o trabalhador era membro de um corpo social hierarquizado, representado pelas corporações do universo dos ofícios – para uma sociedade regida pelo contrato.

Na segunda metade do Século XIV, a sociedade feudal estava mergulhada em uma profunda crise econômica e social. A Peste Negra dizimou a população europeia em aproximadamente um terço, sendo acompanhada de guerras, de pobreza e de fome. Conforme Castel (1998) assinala, o trabalho neste período pré-capitalista se organizava a partir de núcleos fragmentados e sob as formas de trabalho forçado, ou fortemente controlado. A produção era artesanal e se alicerçava na figura do mestre artesão, proprietário das ferramentas e organizador do processo produtivo. Este tinha sob a sua responsabilidade um ou dois companheiros que eram remunerados e até a mesma quantidade de aprendizes, não remunerados.

Embora as corporações de ofício se desenvolvessem, sobretudo, nas cidades, a inserção dos rurais nelas se processava através da migração, fenômeno decorrente de uma série de acontecimentos que tiveram início com a dinamização das atividades econômicas nas cidades, a partir das descobertas geográficas e da conquista de outros continentes. Tais eventos propiciaram o acesso a vultosos recursos e a investimentos em inovações que favoreceram o advento da Revolução Industrial. Segundo Castel, a máquina a vapor e a mecanização no setor produtivo contribuíram para aumentar a demanda por produtos manufaturados, permitindo a acumulação de capital, fundamentada na propriedade privada, no comércio de mercadorias, no trabalho assalariado e na reprodução da mais-valia. A condição

de assalariado se revelava indigna, em virtude de as condições de trabalho da época serem extenuantes. O indivíduo não tinha muita escolha, tendo que oferecer o seu trabalho em troca do salário, como única opção para assegurar a sua sobrevivência. Assim,

“[...] foi, durante muito tempo, uma das situações mais incertas e, também, uma das mais indignas e miseráveis. Alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços. Alguém caía na condição de assalariado quando sua situação se degradava: o artesão arruinado, o agricultor que a terra não alimentava mais, o aprendiz que não conseguia chegar a mestre.” (CASTEL, 1998, p.21)

Logo, percebe-se que a condição de vida da maior parte dos indivíduos que dependiam da força de seus braços para sobreviver não poderia ser regulada ao sabor dos ditames liberais, que defendiam a defesa da mão invisível do mercado como adequada para regular a vida em sociedade. Um grande contingente de homens e de mulheres se tornava desterritorializado, perdendo seu lugar e o vínculo de pertencimento tanto em relação ao trabalho que exerciam, como da assistência primária da sua comunidade de origem. A mobilidade incontrolável dos camponeses e das operações comerciais envolvendo a propriedade de terra passa a ordem de *questão social*. Uma legião de coitados vivenciava negativamente a liberdade de fugir da ordem tradicional. Mas a cidade havia perdido a relativa capacidade de acolher que tinha em seu período de expansão, quando o desenvolvimento do artesanato e do comércio havia criado “colocações para os mesmos” (CASTEL, 1998, p.112-3). Os rurais que migravam, então, em grande número, passaram a encontrar dificuldade de acesso ao quadro de ofício das profissões, pois os filhos dos mestres passam a herdar a posição de *mestria* do pai. Assim, os trabalhadores rurais imigrados para a cidade não tinham qualificação para exercerem as atividades do artesanato urbano das pequenas fábricas. Desta forma, de acordo com Castel, o *pauperismo* relacionado às mutações das estruturas agrárias se manifesta em toda a sua amplitude na cidade.

“Assim, o equilíbrio ‘homeostático’ anterior, que permitia controlar, no seio da comunidade de habitantes, a maioria dos fatores de esfacelamento e bloquear o processo de desfiliação, ficou ameaçado

ou foi abolido. Pode-se, agora, conferir um conteúdo mais preciso a noção de desconversão. Uma mobilidade desregulada coexiste com a rigidez das estruturas de enquadramento.” (CASTEL, 1998, p.114)

A questão social que se apresenta ocorre em função dos que se desprenderam da organização social e do trabalho, os desfiliaados, os vagabundos e não dos que estão filiaados. Então se acreditava que a condição dos desfiliaados estava atrelada aos salários baixos ou à estagnação dos mesmos, motivados pela insuficiente oferta de emprego. Porém, o fato é que a “vagabundagem” estava associada ao status inferior do assalariado na sociedade pré-capitalista, ainda que fosse melhor do que a de vagabundo. O assalariado era aquele que só tinha os seus braços, a força bruta, que evidenciava a sua não-condição. Nessa condição a posição do assalariado no seio dessa sociedade era frágil:

“Mesmo quando não estão reduzidos a tal posição de *outcast*, os assalariados ocupam quase sempre posições frágeis e incertas: semi-condição de assalariados, condição de assalariado fracionada, condição clandestina de assalariado, condição desprezada de assalariado... Acima do vagabundo, mas abaixo de todos aqueles que tem um status, os assalariados povoam as zonas inferiores e ameaças de dissolução da organização social.”(CASTEL, 1998, p.149)

Torna-se evidente o fato de que, na sociedade feudal ou pré-industrial, a vulnerabilidade da massa está presente em toda a sua trajetória; desse modo, a questão social se manifestava na ameaça àqueles que não estavam inseridos na organização tradicional do trabalho, os assistidos sociais. Nessa sociedade pré-industrial, de acordo com Santos (2005), já havia as “práticas e instituições assistenciais que compunham a rede ‘social-assistencial’ de relativa intervenção pública, repressão da vagabundagem, obrigação do trabalho, controle da circulação da mão-de-obra” (SANTOS, 2005, p.56). Na concepção de Castel (1998), apesar de a sociedade feudal ter sido bastante hierarquizada, conservava-se nela, de certa forma, uma garantia econômica, sendo os velhos indigentes, as crianças sem pais, os deficientes físicos (cegos, paráliticos, entre outros), clientes potenciais do social-assistencial. De acordo com Santos (2005),

“Na era Cristã, há uma ampliação das bases da assistência, consubstanciada no trinômio caridade, justiça social e espiritualidade. Os registros do evangelho mostram que os apóstolos tinham, além da missão de evangelizar, de praticar assistência aos mais humildes. É nesse momento que se verifica um impacto do cristianismo sobre a estruturação da assistência aos pobres, onde a caridade é considerada a virtude cristã por excelência e a pobreza é valorizada em referência à Cristo, pois igualava tanto ricos como pobres.” (SANTOS, 2005, p.56)

Contudo, estes assistidos pela *Teoria da Desvantagem* foram expostos a tratamentos insuficientes, inadequados e ainda humilhantes. O grupo dos deficientes físicos e mentais foi levado ao isolamento social, ou seja, segregados em asilos e hospitais, não recebendo tratamento diferenciado. Segundo Santos (2005), a pobreza era considerada um problema e o atendimento oferecido aos indivíduos era confiná-los em Casas de Correção. O livro *De subvencione pauperum*, publicado em 1525 por Juan Luiz Vives, motivou as práticas de assistência aos pobres. As cidades deveriam tomar medidas para manter os *dependentes sociais* em seus territórios, implicando em ações como excluir os estrangeiros, impedir à risca a mendicância, recensear e classificar os carentes e ainda estabelecer a assistência diferenciada conforme as distintas naturezas de beneficiários. Outras medidas passaram a ser tomadas na Europa no sentido de amparar os pobres. Na Inglaterra, em 1601, por exemplo, entrou em vigor a *Poor Relief Act*, instituindo o tributo obrigatório com finalidade social, assegurando novas leis sobre a assistência pública.

Porém, no período pré-capitalista, convém evidenciar inúmeros conflitos sociais que deixaram marcas indeléveis sobre as questões sociais, levando a *problematizações* na sociedade europeia: os *motins da fome*, que sacudiram a Inglaterra no início do Século XVIII. Segundo Thompson (1998, p.257), no contexto industrial dos tecelões de *Gloucestershire*, no Século XVIII, a *economia moral* das comunidades de tecelões que se envolviam em motins da fome, nos anos de 1760, e participavam de ações industriais demonstravam as mesmas solidariedades e sanções comunitárias. Portanto, as revoltas que marcaram fortemente o período pré-capitalista aconteceram em função das condições sociais muito precárias e vulneráveis, tornando as questões sociais mais evidentes. Esses motins se pautavam pelas revoltas decorrentes do aumento do preço do pão, praticado de forma desonesta pelos comerciantes, mas estavam ligados, também, a fatores econômicos e às mudanças na estrutura agrária, que agravaram a pobreza e a fome. Thompson (1998) afirma que essas revoltas não eram meramente espontâneas, como muito historiadores achavam, geradas por épocas de más colheitas e fome, mas estavam embasadas numa cultura consensual, que foi sendo destruída aos poucos pelas práticas mercantis liberais. Essas revoltas eram expressão de uma “*economia moral*” dos pobres. Segundo Thompson (1998),

“[...] essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão, etc. [...] tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era motivo habitual para a ação direta.” (THOMPSON, 1998, p.152)

Segundo Thompson (1998), os motins da fome eram “legitimados pelos pressupostos de uma economia moral mais antiga, que denunciava a imoralidade de [...] lucrar com as necessidades do povo” (THOMPSON, 1998, p. 257). As práticas culturais antigas estabelecidas pela economia moral do povo criavam normas aos costumes e as trocas dos produtos, para evitar o açambarcamento e possíveis lucros excessivos pelos comerciantes. Conforme o autor, esta prática impedia moralmente os produtores agrícolas de vender a sua produção agrícola aos atravessadores e impunha-lhes o compromisso de vendê-la no mercado local a fim de que o preço não se elevasse, com a interferência dos intermediários. Contudo, é relevante lembrar que o estabelecimento do liberalismo se deu por meio de muitos confrontos contra a existência desta prática tradicional, amparada em uma economia moral de atitudes costumeiras. Portanto, já existia uma regulação nos mercados que impedia os abastados de comprarem antes dos pobres. O liberalismo econômico foi gradualmente minando esta economia moral e legitimando que os produtores rurais vendessem a sua colheita diretamente aos comerciantes intermediários. De acordo com o autor, o Estado Inglês passa, gradativamente, a manifestar o entendimento de que o mercado por si regularia a oferta e a procura dos cereais.

O ponto crucial do modelo de organização do trabalho na sociedade pré-capitalista se ancorava na proteção ao monopólio local, inibindo e excluindo os estrangeiros, os forasteiros e principalmente os aventureiros que tentavam se estabelecer profissionalmente. Estes eram impedidos pelas corporações de ofícios, pois não se submetiam às peneiras dos mestres e nem às obrigações que estes passavam. A penetração dos *desfiliados* e dos *vagabundos* no corpo dessa organização enquadrada era, então, bastante dificultada. Portanto, a passagem do período pré-capitalista ao liberalismo industrial, no que se refere às questões

sociais, não significou mudanças profundas nos costumes. Tal fato dificultou o livre acesso ao trabalho, ficando este por conta e risco do trabalhador.

3.2 As relações sociais face ao tempo “da natureza” e do “relógio”

A utilização do relógio pelos patrões foi para Thompson (1998) uma forma de coerção que incidira sobre os operários nas fábricas, na transição do feudalismo para o capitalismo, no Século XIX. As tarefas passaram a ser controladas e estipuladas pelo relógio do patrão. Mas somente os patrões e os encarregados faziam uso do relógio dentro das fábricas, o que levou muitos proprietários de fábricas têxteis e de oficinas a explorarem o trabalho dos operários, pela falta de noção que estes tinham do tempo. De acordo com Thompson (1998), uma testemunha que trabalhava na fábrica do senhor Braid contou que:

“Ali trabalhávamos enquanto ainda podíamos enxergar no verão, e não saberia dizer a que horas parávamos de trabalhar. Ninguém a não ser o mestre e o filho do mestre tinha relógio, e nunca sabíamos que horas eram. Havia um homem que tinha relógio [...]. Foi-lhe tirado e entregue à custódia do mestre, porque ele informara aos homens a hora do dia [...]” (THOMPSON, 1998, p.294)

Conforme Thompson, o relógio, que já vinha se modernizando depois do modelo caseiro com o uso de pêndulo em 1658, ganhou mais notoriedade como símbolo do luxo e do status, pois, “conferia prestígio ao seu dono”, mas aos poucos foi se transformando em acessório de conveniência, bem no momento em que o setor produtivo da fábrica passou a requerer uma maior sincronização do trabalho. Assim, o relógio passou a regular o ritmo de vida dos operários industriais, apresentando-se como um instrumento de extrema importância para que o capitalismo avançasse cada vez mais. Diferentemente do que aconteceu com os cidadãos, que foram adaptando-se ao tempo do relógio, na sociedade rural do início do Século XX, na França, segundo Rambaud, a noção do tempo da natureza, do tempo meteorológico ainda regulava o calendário agrícola. Assim, enquanto o tempo vivido pelos cidadãos vai incorporando de forma crescente a relação com o valor econômico da mão de obra, que passa a ser remunerada, entre

os rurais a vivência capitalista do tempo é absorvida de forma muito mais lenta, o que pode ser observado na França ainda no início do Século XX. Na cidade, ao contrário,

"[...] aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu "próprio" tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando se reduz a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta." (THOMPSON, 1998, p.272)

Segundo Rambaud (1969), o tempo e o trabalho nas sociedades pré-capitalistas se voltavam para assegurar a subsistência. Nas sociedades rurais, a máxima “tempo é dinheiro” não penetrou com a mesma velocidade que na cidade, pois no campo não se vivia segundo a lógica do lucro e da produtividade. De acordo com Thompson (1998), para os Nandi e outras sociedades tradicionais, o tempo era percebido de forma diferente:

“[...] às 5h30 da manhã os bois já foram para o pasto, às 6 h as ovelhas foram soltas, às 6h30 o sol nasceu, às 7 h tornou-se quente, 7h30 os bodes já foram para o pasto etc. – uma economia inusitadamente bem regulada. [...] os termos evoluem para a medição de intervalos de tempo. Em Madagascar, o tempo podia ser medido pelo ‘cozimento do arroz’ (cerca de meia hora) ou pelo ‘fritar de um gafanhoto’ (um momento). Registrou-se que os nativos de Cross River dizem: ‘o homem morreu em menos tempo do que leva o milho para assar’ (menos de quinze minutos).” (THOMPSON, 1998, p.270)

Bourdieu (2003), investigando os camponeses Cabila, na Argélia, observou que as práticas e atitudes pautadas na pressa e pelo relógio eram consideradas por eles como falta de seriedade aliada à ambição infernal. As refeições não seguiam a hora. Rambaud (1969) fala que os camponeses franceses também foram bastante resistentes ao “tempo do relógio”: chegavam atrasados a toda reunião. Para eles o “tempo do horário certo” se impunha pouco sobre o “tempo natural” e não era uma força suficiente para se colocar como uma referência. Nas comunidades dos pequenos agricultores e pescadores, também foi

notado o descaso que tinham com o tempo estabelecido pelo relógio. Para um agricultor, o trabalho normal seguia o curso do tempo da vida, guiando-se pela madrugada e se estendendo até o anoitecer. Na época da colheita, poder-se-ia passar por períodos de tempo mais extensos e com ritmo mais acelerado, iniciando pela manhã e indo até o anoitecer, pois os grãos precisavam ser colhidos antes que viessem as tempestades.

De acordo com Thompson (1998), as “tarefas em que a técnica não se impunha à natureza” exigiam dos trabalhadores rurais mais atenção com as tarefas ligadas ao cotidiano, do que com a técnica de execução ligada a uma finalidade produtiva: devia-se cuidar das ovelhas na época do parto e protegê-las dos predadores; já as vacas deviam ser ordenhadas para a retirada do leite para a alimentação, as tufas deveriam ser cuidadas em relação ao fogo etc. Desta forma, a realização dos trabalhos rurais estava orientada pelas necessidades associadas à reprodução, às necessidades sentidas, não se constituindo em atividades com hora marcada para ser realizada em prol de sua melhor eficiência. Além desse fator, as tarefas, por terem um caráter “comum”, deixavam a sensação de continuidade entre o que se fazia como “trabalho e a vida”. Assim, a realização das tarefas rurais não exigiam uma especialização profissional e o uso de técnicas voltadas para a busca do aumento da produtividade.

Desta forma, a execução das tarefas não especificava atributos pessoais para a sua realização, podendo a princípio ser realizada por qualquer um, desde que a pessoa fizesse parte da rotina cotidiana na qual a atividade era realizada costumeiramente. Em se tratando da pessoa com deficiência, em seu estudo sobre “A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência”, Araujo (1997) fala que a deficiência no ser humano, em todas as suas modalidades, não é um assunto novo e enfatiza que a pessoa com deficiência deve ser “*analisada no meio em que vive, na sua condição social*”. A deficiência pode ser percebida antes da pessoa em uma cidade urbanizada, mas, conforme o autor, *em outra realidade social* a deficiência que uma pessoa apresenta pode passar despercebida quando a pessoa com deficiência *desempenha, de forma satisfatória, tarefas rurais simples.*” (ARAUJO, 1997, p.8)

Tomando-se como base o fato de que a sociedade rural apresenta peculiaridades em relação à sociedade urbana, torna-se possível que a pessoa com

deficiência estivesse integrada na sociedade que Thompson (1998) estudou, pela simplicidade das atividades e tarefas apontadas pelo autor, significando serem diferenciadas as possibilidades de participação dessa pessoa no contexto daquela sociedade.

Em relação às atividades produtivas, Thompson (1998) destacou, também, que era comum antes da introdução da grande fábrica a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas por parte dos trabalhadores:

“[...] nos primeiros desenvolvimentos da manufatura e da mineração, ainda existiam muitas ocupações mistas: os mineiros de estanho da Cornualha também participavam da pesca da sardinha; os mineiros de chumbo do Norte eram igualmente pequenos proprietários de terra; os artesãos da vila se dedicavam a várias tarefas na construção, transporte de carroça, carpintaria; os trabalhadores domésticos deixavam o seu trabalho para ajudar na colheita; o pequeno fazendeiro/tecelão Peninos.” (THOMPSON, 1998, 281)

Entre os trabalhadores que iam se afastando da agricultura, tornava-se comum observar-se a presença das “irregularidades” no processo produtivo, até antes do surgimento da grande fábrica, o que provocava muitas lamentações por parte dos mercantilistas no Século XVII. Os artesãos tinham o hábito de não trabalhar nas segundas-feiras, principalmente quando recebiam um bom preço pelos produtos que vendiam e os serviços que realizavam. Entregavam-se à bebedeira e com isso não trabalhavam também na terça-feira, por causa da dor de cabeça. Segundo Thompson (1998), “o padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade”. Assim, este hábito de não trabalhar na segunda-feira ainda persistia entre muitos autônomos.

As santas segundas-feiras estavam presentes em todos os lugares onde predominavam as indústrias de pequena escala e doméstica. Nesse dia os trabalhadores faziam compras ou negócios pessoais. Segundo o autor, foi dos poços das minas que surgiu essa tradição que se disseminou para as manufaturas e as indústrias maiores. Por exemplo, nas usinas siderúrgicas, no ano de 1874, essa ociosidade na segunda-feira acabou sendo aproveitada para fazer a manutenção das máquinas. Entre os trabalhadores rurais, no entanto, esse hábito de não trabalhar na segunda-feira não fazia parte dos costumes. Embora o trabalhador do campo não fizesse recesso na segunda-feira – devido ao fato, por exemplo, de ter

que ordenhar as vacas todos os dias, fazendo com que o pequeno agricultor ou o colono quase sempre não se desligasse da sua propriedade e da sua vida natural –, o seu ritmo de trabalho era ditado por ele próprio. Tal fato fazia com que, muitas vezes, fosse criticado por não querer trabalhar para outrem, conforme pode ser observado nos relatos que se seguem:

“[...] se lhes oferecem trabalho, eles respondem que têm de ir cuidar das suas ovelhas, cortar tojo, tirar a vaca do curral, ou talvez, dizem que têm de mandar ferrar o cavalo, para que ele possa levá-los a uma corrida de cavalos ou a uma partida de críquete.” [Arbuthnot, 1773]

“Ao perambular atrás de seu gado, ele adquire um hábito de indolência. Um quarto do dia, a metade do dia e às vezes os dias inteiros são imperceptivelmente perdidos. O trabalho diário se torna desagradável [...]” [Relatório sobre Somerset, 1795]

“Quando o trabalhador se torna dono de mais terras do que ele e a sua família conseguem cultivar à tarde [...] o fazendeiro já não pode depender dele para o trabalho constante [...]” [Commercial&Agricultural Magazine, 1800] (THOMPSON, 1998, p.285)

Já o trabalhador rural que não possuía terra própria, normalmente, morava na propriedade do patrão ou em suas dependências e estava sujeito a uma intensa disciplina de trabalho: trabalhava regularmente e ainda muitas horas a mais. O lavrador iniciava na lida pela madrugada, mas não sem antes agradecer a Deus por acordar descansado e pedir a salvação pelo dia que surgia, passando o dia fazendo as tarefas diárias da fazenda e bem depois das seis e meia da tarde se preparava para o jantar, e só depois voltava para ver e cuidar novamente do gado. Depois fazia alguma atividade particular ou para a família ao lado do fogão e ia dormir.

De acordo com Thompson (1998), o cercamento do campo e o desenvolvimento agrícola implementaram o controle eficiente do tempo dos trabalhadores, além de efetivarem uma grande oferta de trabalhadores no fim do Século XVIII. Dessa forma, parcela significativa dos trabalhadores rurais ficou sujeita ao emprego sazonal, passando a depender da assistência aos pobres. Outros acabavam se submetendo à disciplina de trabalho das fábricas, demarcada pelo tempo das tarefas ditadas pelo relógio e controlada pelos patrões. Assim, a forma de se compreender o tempo sofre transformações profundas. O tempo natural vai,

gradualmente, deixando de determinar o ritmo de vida das pessoas em detrimento de um ritmo autômato, marcado pelo relógio.

A divisão social do trabalho na sociedade capitalista separou de vez o que era comum nas produções domésticas: a produção manual do saber fazer. Doravante, não era mais necessário que a pessoa aprendesse todas as etapas da produção, mas apenas que soubesse a parte que lhe cabia no processo produtivo. Novos hábitos e formas de disciplina foram sendo incorporados no indivíduo e no social em relação ao tempo e ao trabalho, que passaram a ser controlados por meio de alarme, sino, relógio, normas de higiene e segurança, controle da técnica de execução da tarefa, entre outros. Mas, para além de a organização científica do trabalho fixar o trabalhador à máquina, cronometrar o tempo em que se realizam as tarefas simples e repetitivas, ela, também, retirou do operário a sua autonomia e o seu poder de negociação propiciado pelo “ofício”. Se antes a pessoa pensava primeiramente em ter um “ofício”, ou se identificar com uma profissão, seja de ferreiro ou de carpinteiro, doravante se estabelece a separação entre os trabalhadores administradores face aos executores das tarefas – os operários. Muller et al (2011) expressam esta mudança ao afirmarem:

“[...] da transformação da experiência pessoal com o tempo, sua percepção e formas de fazer-se presente e relacionar-se com as atividades diárias, na época em que fortes mudanças sócio-econômicas passam a ressignificar o seu valor e uso, refletindo-se numa mudança cultural de como antes o tempo, orientado pelas tarefas rotineiras num contexto rural ou artesanal, passa a se consubstanciar em moeda de troca e conceber-se que ‘tempo é dinheiro’, calculável e racionalizado ao extremo, com a mudança nas relações de trabalho e o advento das formas assalariadas e dependentes de desenvolvimento do trabalho nas indústrias e fábricas.” (MULLER, 2011, p.2)

Todavia, por mais que o tempo se estabeleça para atender a disciplina industrial de regular as tarefas e o ritmo social das pessoas, o seu estabelecimento foi marcado por sérios conflitos de ordem cultural e por muita resistência. Ainda assim, o tempo burguês se legitimou. Assim, de acordo com Thompson (1998), o tempo perdeu a sua forma *sideral*, passando a ser doutrinado e a representar dinheiro.

3.3 As formas de sociabilidade nas sociedades tradicionais e modernas

Para caracterizar o tecido social de uma sociedade tradicional, é preciso compreender que esta sociedade guarda inúmeras peculiaridades em relação à sociedade moderna, que se afirma através da preponderância da objetividade e do individual acima da subjetividade e dos valores institucionais presentes na forma societária tradicional. A hegemonia dos valores da sociedade moderna sobre a tradicional trouxe profundas mudanças nos aspectos políticos, econômicos e socioculturais da vida, interferindo no trabalho e nas relações entre as pessoas. Consideramos tal recorte fundamental para se compreender as possibilidades existentes para a pessoa com deficiência na sociedade contemporânea.

Na sociedade tradicional, segundo Silva (2003), as relações sociais estavam apoiadas no contato pessoal entre os indivíduos, na preponderância da família que se estruturava como um todo completo e coeso que moldava a identidade do sujeito. A unidade familiar e de vizinhança constituíam os laços de sociabilidade que estruturavam o modo de vida dessas populações. Instituições como a Igreja, o Estado e a família eram percebidas antes e acima dos interesses individuais. Na sociedade tradicional, valoriza-se o todo em detrimento das partes, ou seja, dos indivíduos. Santos e Kinn (2009) destacam alguns destes aspectos ao estudarem comunidades rurais do cerrado mineiro. Segundo estes autores,

“No cerrado de Minas Gerais, cerca de 70% das pessoas, até meados do século XX, viviam no campo. O rural se constituía no mais rico espaço das manifestações culturais e religiosas. Os conteúdos éticos e morais das comunidades e vilas rurais tinham por base a religião católica, que por sua vez propiciava o fortalecimento de diversas práticas sociais, como o mutirão, a ajuda mútua, procissões, festas, dentre outras, as quais permaneceram durante um bom tempo arraigadas ao modo de vida das pessoas, especialmente dos camponeses e dos fazendeiros.” (SANTOS; KINN, 2009 p.58)

Segundo esses autores, no âmbito do cerrado mineiro, os camponeses conviviam em agrupamentos familiares, estabelecendo contatos sociais baseados nos costumes e nas tradições. As festas, neste sentido, demarcam as obrigações sociais *territorializadas* nas comunidades.

“[...] as festas nasceram das iniciativas comunitárias e depois foram sendo ligadas à Igreja Católica. Mais ou menos autônomas, as festas tiveram uma forte presença na organização das comunidades rurais, fato que é por demais evidente, haja vista que o envolvimento comunitário das pessoas ocorre no processo produtivo, principalmente na troca de serviços e produtos que se tornam

compromissos fortalecidos durante os encontros comunitários.”
(SANTOS; KINN, 2009 p.59)

Para Santos e Kinn, as capelas tentaram desenvolver formas de controle sobre as festividades, mas, mesmo controladas, as festividades rurais permaneceram definidas pelo ciclo da natureza, mantendo-se incorporadas ao modo de vida das pessoas.

“Considerada como manifestação cultural, a festa apareceu, nessa parte do cerrado, com uma junção do sagrado e do profano, dando à religiosidade das pessoas um aspecto rústico. Nesta perspectiva, a significação e o sentido das tradições históricas estão relacionadas como aquelas que vêm da religião e das comunidades rurais.”
(SANTOS; KINN, 2009 p.60)

Os festejos aconteciam para determinar o encontro, formar e fortalecer a rede de sociabilidade e, assim, os santos padroeiros eram os principais mediadores nesses momentos:

“Pensando nas interações entre as festas do passado e os atuais festejos, os quais não são absolutamente independentes, percebemos que a festa rural, no processo de formação das comunidades, funcionava como uma entidade sociocultural muito diversa, portadora de uma identidade que lhe ia sendo atribuída pela objetividade dos processos produtivos, ou seja, do contexto da produção que ia ocorrendo nas fazendas e nas unidades de produção familiar.” (SANTOS; KINN, 2009 p.60)

Assim, as formas de sociabilidade estabelecidas em sociedades rurais do cerrado mineiro expressam através das festas os valores que sustentam a vida da comunidade.

“Quanto ao modo de vida, interessa-nos verificar as habilidades das pessoas que, em parte, devem poder ser analisadas a partir dos costumes e tradições relacionados à realização das festas tradicionais, nos espaços rurais do cerrado. Neste sentido, entendemos que a herança cultural dos grupos sociais do cerrado é também marcada pelo costume.” (SANTOS; KINN, 2009 p.60)

Desta forma, pode-se perceber que, nas sociedades rurais de caráter tradicional, as formas de sociabilidade se voltam para alicerçar a vida em coletividade. O todo impera sobre as partes. O “diferente” é parte, está inserido na dinâmica da sociedade, sendo por ela absorvido. Quando observamos as formas de sociabilidade nas sociedades modernas, no entanto, percebemos, como destaca

Castel (1998), uma evidenciação dos ativos, como sendo aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho ou que participam dos mercados de bens e de serviços. Daí, a condição de assalariado tornar-se identificável e claramente mais distinta que a situação do desempregado ou do “assistido”. Beveridge *apud* Castel (1998), em 1910, observou que os trabalhadores intermitentes, que não estavam enquadrados na disciplina de trabalho, representavam um impedimento para a racionalização do mercado de trabalho se efetivar, sendo necessário *domesticá-los*.

A moralização da população segundo as exigências do mundo do trabalho, até o início do Século XX, fundamentava-se na repressão aos “desfiliados”, categoria na qual os “vagabundos” e “assistidos” se inseriam. Segundo Castel (1998), diante da revolução industrial e da nova ordem que o trabalho passou a imprimir na produção, o “vagabundo” e o “assistido” se apresentavam como indesejáveis, pois não estavam em conformidade com os interesses sociais e produtivos. Era comum, às vésperas da aposentadoria, o trabalhador ser demitido, não precisando a empresa indenizá-lo. Os órgãos do trabalho cuidavam apenas da documentação e das estatísticas, mas não propunham políticas de seguridade. Nesse sentido, Castel fala sobre a ocorrência da chantagem moral sobre os operários, exercida pelos que defendiam o liberalismo: “adaptem-se ao modelo do bom operário, regular no trabalho e disciplinado em seus costumes ou serão parte desses miseráveis excluídos da sociedade industrial” (CASTEL, 1998, p.424). Porém, logo outro tipo mais eficaz de coerção iria incidir sobre o operário: a organização técnica do trabalho pela máquina, que vai atuar sobre o operário com um tipo de coerção mais objetiva, sem discussão. Querendo ou não, o operário teria que seguir o ritmo da máquina.

“A relação de trabalho poderá deixar de ser ‘volátil’, se esta organização técnica for, em si mesma, suficientemente poderosa para impor sua ordem. [...] a fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e a racionalização do processo de trabalho no quadro de uma ‘gestão do tempo exata, recortada, regulamentada.’”(CASTEL, 1998, p. 425)

Thompson (1998) chamou a atenção para o fato de que os empreendedores capitalistas tinham uma boa visão sobre o uso econômico do tempo. O autor destacou a rigorosa reestruturação dos hábitos de trabalho com a introdução de

novos estímulos e novas atribuições disciplinares para que as mudanças se tornassem efetivas. A Revolução Industrial trouxe, assim, grandes mudanças no campo tecnológico, social e cultural que afetaram profundamente a vida em sociedade. Se, para os trabalhadores considerados “normais”, a sua situação passa a ser definida em torno de uma ideologia do déficit e da ameaça face à sua “incompetência”, a situação se torna mais dramática para aqueles cuja deficiência é visível fisicamente. As empresas procuraram investir em trabalhadores “de boa aparência” e “bem qualificados”. Esse processo exigente compôs o modelo competitivo da sociedade urbano-capitalista.

Segundo Languer (2004), os efeitos da revolução informacional agravam ainda mais este quadro. Para o autor as sociedades estão cada vez mais se afundando em um destino incerto e inseguro, e notavelmente uma enorme parte da população torna-se crescentemente “desqualificada”. Como afirma esse autor, a revolução microeletrônica implementou novas possibilidades para o ser humano, mas, também, afetou a essência do trabalho. Nesse sentido, o desemprego manifesta-se como um grande problema social neste início de século e todas as sociedades estão vivenciando esse dilema de altas taxas de desemprego e subemprego. “Para Gorz, a imagem que retrata com mais fidelidade os seres humanos neste início de novo século não é mais a figura do trabalhador, mas sim a imagem do ‘precário’” (LANGUER, 2004 p.1).

Segundo Bianchetti e Correia (2011, p.45), “ainda há muito a ser feito para ampliar a capacidade dos chamados normais, mas especialmente para dotar os denominados ‘deficientes’ dos meios e recursos potencialmente já existentes”. De acordo com os autores, as pessoas com necessidades educativas especiais ainda contam com a concretização do atendimento de suas necessidades como um direito assegurado. Mas sabe-se que ainda hoje a diferença é considerada deficiência. Bianchetti e Correia enfatizam que o avanço técnico não tem assegurado em sua plenitude os anseios requeridos no âmbito social. Nesses tempos de mudanças rápidas e contraditórias que a globalização, a sociedade de consumo e de informação nos impõem pode-se observar, também, o crescimento de um aparato sustentado pela legislação, o qual apresenta conquistas para as pessoas com deficiência, sobretudo nas últimas décadas. Após apresentarmos as características das formas de sociabilidade em sociedades rurais e urbanas, de

forma geral, e de nelas localizar as possibilidades existentes para a pessoa com deficiência, procuraremos, no próximo tópico, caracterizar, de forma específica, as formas de sociabilidade no mundo rural brasileiro.

3.4 As formas de sociabilidade no mundo rural brasileiro

Segundo Navarro (2001), a "revolução verde" materializou um novo padrão tecnológico no campo, no Brasil, a partir da década de 1970, o qual foi implantado de forma significativa, rompendo radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social. A agricultura tecnológica ou moderna representou, assim, um divisor de águas em relação à agricultura tradicional camponesa. Contudo, este padrão de modernização econômica não trouxe a melhoria das condições de vida da população rural como um todo. Segundo Kageyama (2008), a população rural representava 17,1% do total em 2004, sendo que 2,8 milhões, correspondente a 31% da população rural, viviam em condição de extrema pobreza, morando em residência sem banheiro ou sanitário, sem energia elétrica e água canalizada.

Outro fato observado na estrutura do mundo rural brasileiro, segundo Wanderley (2009) diz respeito ao “esvaziamento social de vastas áreas de grandes culturas, pela expulsão de um expressivo contingente de trabalhadores assalariados, antes residentes no campo, que, mesmo continuando a trabalhar nas empresas agrícolas, passam a residir nas franjas periféricas das cidades” (WANDERLEY, 2009, p.70). Carneiro (1998) afirma ser difícil estabelecer o limite territorial entre a cidade e os vilarejos, considerando apenas as atividades econômicas e os hábitos culturais existentes nesses espaços. De acordo com Ianni (1996), a penetração progressiva (intensiva e extensiva) do capitalismo no campo difunde e estabelece modos de sociabilidade, valores e padrões originários da urbanização mundial. Os dispositivos modernizadores do campo, conformados pelo modelo de produtividade e pelo comportamento de vida urbano-industrial, não alcançam com a mesma intensidade e proporções, as classes de produtores e trabalhadores rurais. Conforme Carneiro (1998),

"Ainda que os efeitos da expansão da 'racionalidade urbana' sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificada pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na

dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo.” (CARNEIRO, 1998, p.2)

Segundo Carneiro, a experiência sobre a pluriatividade nos países europeus elucida esse processo. Nos países desenvolvidos, o agricultor familiar se adaptou rapidamente ao processo de inovação na agricultura e a sua cultura colaborou para dar respostas à crise do padrão produtivo, através da combinação de práticas modernas e tradicionais. Exemplo disso, Pongratz citado por Carneiro (1998), analisando a agricultura na Alemanha Ocidental, reconheceu a capacidade da *cultura camponesa tradicional* para sair da crise econômica e do ecossistema motivadas pelas implantações modernizadoras no campo. Segundo Carneiro (2008),

“Ao invés de se pensar a cultura camponesa através do contraste com a cultura urbano-industrial, o que levaria a repetir o que já fora dito sobre o efeito generalizador do processo de ‘descampenização’ do campo, alguns autores chamam a atenção para a necessidade de romper com a referência à cultura urbano-industrial para se avaliar as verdadeiras mudanças pelas quais essa categoria social ampla e genérica - o agricultor familiar - estaria passando ao longo do tempo.” (CARNEIRO, 1998, p.3)

Desfazendo do padrão que iguala a cultura camponesa ao tradicional, passivo e oposto à mudança, Pongratz citado por Carneiro (1998) intenta refletir sobre a integração da cultura agrícola (*farming culture*) à sociedade industrial moderna, contanto que esse processo não se transforme somente em aculturação. Segundo Carneiro, a permanência das tradições culturais camponesas não seria incompatível com a modernização da sociedade, mas deveria ser entendida como um novo momento e com novo objetivo, podendo integrar também o tradicional.

Segundo Lancillotti (2003, p.72), ocorre com a globalização a “dissolução do mundo agrário” pela crescente transformação das condições de vida e trabalho no meio rural. O campo passa a ser industrializado e urbanizado. No Brasil, segundo Graziano da Silva (1996), as pesquisas sobre a questão da ruralidade têm apontado para o fato de que o meio rural hoje não pode ser percebido essencialmente como agrícola, pois é expressiva a redução de pessoas ligadas às atividades da agricultura, havendo associação ao crescimento da taxa de pessoas que moram no campo obtendo rendimento em atividades não agrícolas. Segundo Lancillotti (2003),

“É um marco no processo histórico, já que, até meados do século XX, o mundo agrário ainda constituía motor decisivo da história. A partir dessa análise, o autor ainda apontou a redução ou mesmo a superação da contradição cidade-campo. Não significa dizer que o mundo agrário tenha deixado de existir, ou seja, menos importante, mas que se configura de forma diversa, pois apresenta-se subsumido ao grande capital.” (LANCILLOTTI, 2003, p.72)

Lancillotti (2003) enfatiza que no campo brasileiro passaram a atuar empresas e conglomerados agroindustriais que mudaram os rumos das atividades agrícolas. Os pequenos produtores se vincularam às necessidades da grande produção ao serem fornecedores dessas grandes empresas. Se, tradicionalmente, a visão que se atribuía à ruralidade era de espaços de baixa densidade populacional; e à sua população, segundo Gómez citado por Kageyama (2008), que se ocuparia de atividades agrícolas com limitações e que seria culturalmente atrasada, hoje, porém, essa visão está sem sentido. Há uma diversidade de ocupações, serviços e novas funções não exclusivamente produtivas e uma revalorização do rural.

Graziano da Silva fala do surgimento de uma categoria relevante, que são os pequenos agricultores que associam a agricultura a outras formas de obtenção de renda. Carneiro (1998) assinala que, dentre os fenômenos que vêm ocorrendo no meio rural brasileiro, é crescente a procura por lazer e pela vida no campo, ampliando a partir da década de 1990 as possibilidades de trabalho no meio rural. Esse crescimento se deve as transformações gerais da sociedade e da economia.

Em sendo assim, com a dinamização das relações entre campo e cidade, os produtores e trabalhadores rurais estão deixando de ser simplesmente plantadores e colhedores de alimentos, passando também a oferecer serviços solicitados pelos cidadãos na procura por contato mais próximo com a natureza e com os ambientes mais tranquilos e tradicionais. Os cidadãos passam, desta forma, a imprimir através do turismo rural um novo ritmo de vida no campo. Estabelecimentos como pousadas vão aparecendo nos lugares antes destinados à produção agrícola. A atividade na agricultura passa a ser sentida de outra forma, sendo complemento de renda e de satisfação, pois volta-se para o consumo dos próprios familiares e dos hóspedes e passa a representar um bem de consumo e um ambiente tradicional que agrada o turista.

Entre os que discutem os conceitos de rural e urbano no Brasil e suas implicações, assumindo a tese de um *continuum* rural-urbano, encontra-se o Grupo do Projeto Rurbano³. Segundo Siqueira e Osório citado por Verde (2004, p.9), na “medida em que crescentemente vem ocorrendo uma industrialização da produção agropecuária, os limites entre o rural e o urbano tornam-se tênues”. Essa vertente assume não ser possível a dicotomia entre rural e urbano. O rural se urbanizou devido ao emprego de técnicas industriais na agricultura.

No contexto desta pesquisa, em que se busca perceber as possibilidades de inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho e sua sociabilidade na sociedade rural e a integração entre cidade e campo, de acordo com Verde (2004), justifica-se o meio rural como espaço, também, de oportunidades. Conclui-se, portanto, que as tendências de falta de oportunidade de trabalho para pessoas com deficiência nos centros urbanos não ocorrem da mesma forma no meio rural, onde essas oportunidades estão de fato acontecendo.

Essas considerações demonstram que o emprego rural não pode mais ser analisado a partir apenas das atividades agrícolas e, nesse contexto, há possibilidades de se aumentarem as oportunidades de trabalho para pessoas com deficiência, também, no meio rural, em atividades não-agrícolas. Portanto, em relação aos direitos de as pessoas com deficiência serem inseridas no mundo do trabalho, o meio rural passa a ser mais um espaço onde o Ministério Público do Trabalho deve promover a inclusão social pela adequação desses direitos.

Quanto às atividades voltadas exclusivamente para a agricultura tradicional, nas últimas décadas, tem se ampliado a forma de produção da agricultura familiar, dados os incentivos oriundos de políticas públicas em todas as esferas políticas (municipais, estaduais e federais) e ainda sociais, organizadas principalmente por ONG's. Segundo Schneider (2006), apesar das mudanças gerais produzidas pela junção das transformações sociais, econômicas e culturais no meio rural, observa-se a nítida redução das famílias que estão produzindo e

³ Projeto Rurbano é coordenado por Clayton Campanhola e José Graziano da Silva.

trabalhando nas atividades agrícolas; contudo, simultaneamente, percebe-se que a grandeza produtiva é bastante expressiva.

Diante das transformações sociológicas que a agricultura tecnológica tem exercido no campo brasileiro, Schneider (2006) enfatiza que os atores que lidam no meio rural (agricultores, estudiosos e os extensionistas rurais) juntos percebem a necessidade de substituir este padrão agrícola que se preocupa, prioritariamente, com a produtividade e com os resultados, por uma forma que se fundamente nos conceitos éticos, de sustentação ambiental, de equidade social e que seja viável economicamente. Em termos de números, segundo Graziano da Silva et al (2005) citado por Schneider (2006), das 5.886 milhões de famílias brasileiras que em 2003 tinham seus domicílios exatamente nas áreas rurais, 53% ou 3.112 milhões de pessoas se ocupavam das atividades apenas agrícolas. Em comparação com a década anterior, a redução é bem significativa: em 1992, a população do meio rural que trabalhava em atividades exclusivamente agrícolas era de 11.192 milhões de pessoas, caindo para 10.230 milhões em 1999, uma diferença de quase 1 milhão de pessoas.

Estes dados sobre a agricultura tecnológica e a agricultura tradicional apresentados acima são relevantes para o campo de atuação deste estudo que tem como objetivo perceber a pessoa com deficiência no meio rural. Para compreensão desses dados, observa-se a ampliação das atividades no campo brasileiro em suas diversas dimensões (aumento considerável de empresas agroindustriais no campo e, em função disso, também das atividades não agrícolas; do turismo que cresce; das preocupações ambientais), além da preocupação social em diminuir a pobreza social tanto na cidade quanto no campo. Nessa direção as APAEs Rurais têm se apresentado nos municípios pesquisados, bem como se expandindo em todo o Brasil, como instituição de relevância no processo de inclusão social em todos os setores sociais e especialmente em sociedades rurais, ao oferecer formação social, cidadã e qualificação profissional para as pessoas com deficiência e suas famílias, sobretudo num momento em que o tema educação, escolaridade e qualificação de todas as pessoas tem sido um tema central para o processo inclusivo.

No contexto deste tópico da pesquisa, torna-se relevante trazer à tona as contribuições da pesquisadora e psicóloga Helena Antipoff, ao retratar o campo

nos anos 1940 como lugar propício para educar e profissionalizar a pessoa com deficiência, de melhorar a qualidade de vida de seus familiares e das comunidades rurais, partindo da preocupação de se prepararem os professores para atuarem na área rural. Naquele momento da história brasileira marcada pelo início da industrialização e pelo êxodo rural, já se falava das questões sociais no território rural. Das experiências de Antipoff no campo brasileiro surgiram as APAEs Rurais, e os indícios das preocupações sociais e ambientais atuais indicam sua expansão.

No âmbito desta pesquisa não são poucos os casos das pessoas com deficiência que foram incluídas no mundo do trabalho nas empresas urbanas e nas agroindústrias situadas no campo com a formação que recebem das instituições pesquisadas; e nas propriedades e comunidades rurais onde as pessoas com deficiência vivem, elas estão integradas participando em tarefas e afazeres, às vezes simples, mas que contribuem com seus familiares até de forma econômica, o que a presente pesquisa abordará mais detalhadamente no próximo capítulo.

Finalizando de forma reflexiva este capítulo, buscou-se revisitar Thompson (1998) quando este autor retrata o apego e o orgulho que o trabalhador rural tem com as atividades e tarefas dentro de sua propriedade, chegando a recusar trabalho fora dela, no fim do Século XVIII. Diante dessa afeição ao trabalho agrícola em sua propriedade, é oportuno ressaltar a superação das dificuldades de Venilton, um agricultor que se tornou cadeirante após um acidente de trânsito. No programa Globo Rural⁴, Venilton conta sobre o drama que viveu: “Logo no começo, eu pensei até em ir para a cidade tentar outros tipos de trabalho porque o meu eu não poderia mais fazer. Acabei ficando. Ganhei mais força de vontade e de espírito. Mais do que tinha antes.”

Na propriedade de 50 hectares, ele retomou suas atividades iniciando pela poda nas parreiras de uva, adaptando com cabos de vassoura a tesoura. Venilton também desenvolveu uma maneira própria de trabalhar com a enxada se apoiando nela, o que permite cuidar das lavouras de subsistência da família como milho, mandioca, feijão, arroz, amendoim e da noz pecan. Venilton também contribui com muitas outras atividades na propriedade da família como cuidar do gado

⁴ Agricultor cadeirante do RS supera dificuldades e continua trabalhando: programa exibido no dia 30 de setembro de 2012. <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/09/agricultor-cadeirante-do-rs-supera-dificuldades-e-continua-trabalhando.html>

leiteiro (castrar, vermifugar, entre outras), além de ficar por conta da administração. Segundo sua declaração na reportagem, “[...] um dos melhores remédios para a boa saúde se chama ‘agricultura’”.

CAPÍTULO 4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para verificar a *hipótese H1* desta pesquisa, a qual afirmava que “em uma sociedade ruralizada, na qual o mundo do trabalho se caracterizava pela presença da *bricolage* e de práticas que não eram marcadas pela busca da precisão, o que possibilitaria à pessoa com deficiência realizar atividades produtivas de forma mais ampla que em sociedades urbanizadas”; e da *hipótese H2* que afirmava que “os valores culturais presentes no campo, diferentes dos que vigoravam na cidade, seriam também diferenciados para as pessoas com deficiência” –, buscamos com as perguntas da parte III do questionário perceber a sociabilidade dos educandos com deficiência e a sua inserção no mundo do trabalho. Utilizamos as seguintes perguntas: “Participa de atividades fora de casa? Que atividades costuma fazer em casa, na propriedade e na comunidade onde vive?; Você é pago pelas das atividades que realiza? Além das observações realizadas em campo, as quais, também, foram utilizadas para perceber o cotidiano dos deficientes.

Buscou-se, ainda, analisar o perfil socioeconômico dos municípios onde se estabeleceram as APAEs Rurais pesquisadas para identificar as perspectivas de oportunidades de trabalho para esse segmento. Na pesquisa de campo, obtivemos as informações das APAEs sobre os educandos com deficiência que se tornaram trabalhadores com carteira assinada ou estão estagiando como aprendizes nas empresas destes municípios. Em entrevistas com os familiares dos educandos, buscou-se perceber a participação deles nas atividades em casa, na propriedade e na comunidade. Nessas entrevistas no meio rural, percebeu-se o grande número de granjas de engorda de frango e de lavouras, significando a ocorrência de atividades econômicas no meio rural pesquisado, associadas com atividades não-agrícolas como agroindústrias, laticínios e fábricas de móveis.

Esta pesquisa foi realizada no período de 2010 a 2012, propondo-se a investigar uma amostra de 159 educandos com deficiência intelectual e múltipla, tendo como referência os que frequentavam as APAEs Rurais de Viçosa, Visconde do Rio Branco e Ubá, municípios de pequeno e médio porte da Zona da Mata Mineira. A justificativa da escolha dessas instituições como campo de observação para esta pesquisa sustentou-se pelo fato desta instituição ter como objetivo, justamente, educar e incluir pessoas com deficiência para conviver em

todos os ambientes sociais e em prepará-las para serem inseridas no mundo do trabalho, tanto nos espaços urbanos como nos rurais.

Os dados em relação à percepção das redes de sociabilidades, neste objetivo específico, foram obtidos na formatação do questionário nas partes III, IV, VI e VII, através da pesquisa de campo nas APAEs Rurais, nas empresas que contratam as pessoas com deficiência e principalmente nas entrevistas com os trabalhadores com deficiência. Na pesquisa com os familiares dos educandos que moravam no meio rural, buscou-se perceber se os educandos com deficiência estavam integrados nas sociedades rurais pesquisadas, se participavam de atividades produtivas e de que forma contribuía com seus familiares (Questionário ANEXO D).

Assim, tendo como campo de observação as APAEs Rurais, possibilitou-se fazer uma análise comparativa para saber como se estabelecem as redes de sociabilidades e inclusão dos deficientes em sociedades de municípios de pequeno e médio porte, seus distritos e vilas atendidos pelas instituições supracitadas, sendo que as cidades apresentam diferentes características socioeconômicas: a primeira cidade, Viçosa, é marcada pelo desenvolvimento do seu setor terciário, ou seja, de prestação de serviços; a segunda cidade, Visconde do Rio Branco, pela agroindústria de alimentos; e a terceira cidade, Ubá, é um importante pólo moveleiro da região da zona da mata mineira.

Quanto à metodologia empregada, para que os resultados das análises atingissem o objetivo esperado, empregou-se na essência deste estudo a Metodologia de Pesquisa Sociológica com procedimentos de abordagem da Pesquisa Qualitativa. Justifica-se a aplicação desses procedimentos por se apresentarem mais adequados para o tipo de pesquisa que visa perceber o comportamento social, econômico e cultural que influenciam no modo vida dos indivíduos

Para a demonstração dos resultados empíricos, realizou-se um estudo detalhado de definições das variáveis vinculadas à natureza social desta pesquisa, atentando-se, porém, para o fato de que muitas variáveis e conceitos são empíricos nas pesquisas sociais, como as encontradas em nossa pesquisa, tais como: escolaridade dos deficientes e as de seus pais, renda familiar, ocupação, entre outras. Assim, considera-se a existência de outros fatos ou fenômenos não

observáveis de imediato, como as variáveis que abrangem múltiplas dimensões como as de cunho econômico, educacionais e ocupacionais, mas, de acordo com Gil (1999), torna-se possível medi-las e estabelecer um valor através de indicadores apropriados para esse tipo de variável (GIL, 1999).

Nessa perspectiva, com o objetivo de responder ao problema proposto – “Como se dão as possibilidades de participação social e produtiva da pessoa com deficiência na sociedade rural na atualidade?” –, a pesquisa desenvolveu-se orientada pela metodologia da pesquisa social, empregando-se questionário e entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas como instrumentos mais empregados para captar os dados, sendo que parte destes era retirada das informações dos prontuários dos educandos; e parte era colhida na aplicação face a face com os entrevistados que fizeram parte da pesquisa: os educandos com deficiência e seus familiares, os profissionais das APAEs e APAEs Rurais, os representante das empresas. A aplicação e a elaboração dos questionários serviram para detalhar os objetivos específicos da presente pesquisa, sendo descritas no tópico seguinte.

4.1 A pesquisa de campo

Esta pesquisa foi realizada elaborando-se dois tipos de questionários. Um modelo foi semiestruturado e dividido em partes – I; II; III, IV, V, VI –, conforme demonstrado a seguir. O outro tinha perguntas abertas, destinadas às famílias dos educandos que moravam no meio rural. Antes da aplicação de todos os questionários, o pesquisador empregou o método pré-teste em cinco entrevistas piloto em que detectou algumas situações que iriam comprometer a codificação das respostas e a posterior análise descritiva e explicativa das questões levantadas pela pesquisa. Quanto ao questionário semiestruturado (ANEXO D), buscou-se analisar os seguintes perfis:

Parte I - Perfil socioeconômico das famílias dos educandos com deficiência vinculados à APAE Rural: Permitiu obter os dados sobre o perfil socioeconômico dos educandos das três APAEs Rurais pesquisadas, fornecidos nos prontuários dos educandos, como: identificação (idade, estado civil, nível de escolaridade, religião, naturalidade e onde moram – zona urbana ou meio rural);

escolaridade e profissão dos pais; renda familiar. Esta parte foi realizada juntamente com os profissionais das APAEs.

Parte II – Perfil do educando com deficiência: Permitiu analisar as condições da deficiência (temporária/permanente); tipo de deficiência (intelectual e outra associada); motivo pelo qual recebia apoio nas instituições; renda própria/responsável; tempo na APAE; frequência semanal na APAE; cursos realizados; transporte até as instituições; quanto à sociabilidade; tipo de renda ou se recebe algum tipo de benefício.

Parte III- Perguntas relacionadas à sociabilidade e ao mundo do trabalho: Participa de atividades fora de casa – Associação de moradores ou comunitária; Cooperativas; Sindicato; Pastoral / Igreja / Culto; Grupo de jovens; Futebol/Vôlei; Atividades da APAE: Festas de aniversário, culturais; exposição; carnaval?; Que atividades costuma fazer em casa, na propriedade e na comunidade onde vive?; É pago pelas das atividades que realiza?

Parte IV- Perguntas relacionadas ao mercado de trabalho e ao consumo: Trabalha ou já trabalhou com carteira assinada?; Onde?; Ramo de atividade e função?; A atividade com que trabalha ou trabalhou está relacionada à qualificação recebida na APAE Rural?; A renda recebida é empregada em quê?; Ajuda a pagar as contas da família?; Ajuda a comprar coisas para a casa (móveis e eletrodomésticos)?

A pergunta *“O que mudou em sua vida a partir do momento que começou a trabalhar? Como está sendo o seu dia-a-dia?”* foi feita para os trabalhadores com deficiência que estavam trabalhando nas “oficinas abrigadas” e “oficinas protegidas” da APAE Rural de Ubá, no “processo de preparação para o trabalho”, pois somente esta instituição em nossa pesquisa oferece essa modalidade de colocação no processo produtivo em parceria com as empresas da região. Considerando a dificuldade comunicativa de alguns educandos, os profissionais

responsáveis pelas oficinas ajudaram o pesquisador a interpretar as respostas deles.

Esta pergunta também foi direcionada para os trabalhadores que estão trabalhando com carteira assinada, que passaram pelo processo de profissionalização oferecido nas três APAEs Rurais pesquisadas. A maioria das entrevistas foi realizada nas empresas, sendo agendadas por meio de contato telefônico do pesquisador com os representantes das empresas. Após estes contatos, o pesquisador esteve nas empresas para conversar com os gerentes de recursos humanos e levar o ofício de solicitação para que as empresas pudessem participar voluntariamente da pesquisa e acertar os detalhes da entrevista na própria empresa. Este agendamento se fazia necessário, pois os trabalhadores estavam em horário de trabalho e, assim, a estratégia da entrevista ocorreu de acordo com os encarregados de produção, levando-se em conta os momentos mais tranquilos da linha de produção. Os encarregados liberavam os trabalhadores para participarem da entrevista, de dois em dois, em uma sala adequada, geralmente cedida para outros eventos como cursos e palestras. As entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados e da gerência de recursos humanos das empresas pesquisadas.

Parte V - Perguntas relacionadas aos Profissionais das APAEs Rurais de Viçosa, Visconde do Rio Branco e Ubá: Qual a forma de colocação seletiva dos alunos no mercado de trabalho tem sido realizada pelas empresas da região em relação a esta unidade da APAE?; Quanto ao número de oficinas de treinamento, consideram suficientes para atender a demanda do mercado de trabalho local para gerar emprego para as pessoas com deficiência?; Quanto à capacitação dos professores, tem havido políticas públicas visando à inserção do deficiente no mercado de trabalho?; A instituição tem planos para incrementar mais oficinas?; Quais os impactos para a vida dos alunos que estão colocados no mercado de trabalho que têm sido observados?

Parte VI – Perguntas relacionadas às famílias dos alunos que estão trabalhando: O que mudou para a sua família ter seu(sua) filho(a) trabalhando? As famílias dos educandos com deficiência que trabalham nas oficinas das

APAEs Rurais e os que estão trabalhando nas empresas responderam as entrevistas.

Parte VII - Perguntas relacionadas à empresa: O que mudou na empresa a partir da contratação da pessoa com deficiência?; Qual a percepção dos outros funcionários?; Os representantes das empresas que lidam diretamente com os trabalhadores responderam este questionário.

No outro modelo de questionário destinado às 36 famílias dos educandos com deficiência que moravam no meio rural, distritos e cidades de pequeno e médio porte, as perguntas para os entrevistados foram abertas. As entrevistas iniciavam-se perguntando às mães e/ou responsáveis, como o(a) educando(a) que estuda na APAE Rural estava. Esta pergunta foi considerada de extrema importância pelo pesquisador, pois os entrevistados ficavam mais à vontade para iniciar a entrevista e responder às demais perguntas que iriam amparar a pesquisa. Perguntou-se também: Como é morar no meio rural, num lugar mais afastado, e criar o(a) filho(a) com deficiência?; O que o(a) filho(a) gosta de fazer na propriedade, quais atividades? Ajudar os vizinhos da comunidade; se gosta festas, igreja, etc... Perguntou-se sobre a vizinhança; sobre a APAE Rural; sobre o transporte até a APAE ou até a cidade.

Todas as 36 entrevistas foram realizadas em três semanas, no período de 11 a 29 de junho de 2012, sendo a maioria nas localidades rurais, bairros rurais e distritos dos municípios sedes das APAEs Rurais. Três entrevistas foram realizadas no município de Guidoal, sendo que uma foi no meio rural. Duas entrevistas foram realizadas no município de Ervália, no meio rural em local de difícil acesso. No município de Teixeiras, uma entrevista.

Quanto a esta pesquisa de campo no meio rural, na casa do educando com seus familiares, o pesquisador era informado em cada instituição sobre os locais para os quais deveria se deslocar e sobre qual seria o melhor acesso. Em três entrevistas, o pesquisador seguiu a Kombi que levava os educandos com deficiência para casa, depois do horário de aula. Estes locais eram de difícil acesso, o pesquisador não conhecia a região da pesquisa e já estava entardecendo.

O meio de transporte utilizado para se deslocar a alguns lugares foi o carro do próprio entrevistador, mas o que agilizou o trabalho de pesquisa foi o uso de uma moto, principalmente nos lugares visitados de difícil acesso. Contudo, as dificuldades de localizar alguns familiares no meio rural se deram mais pela localização geográfica dessas localidades, pois o que mais chamou a atenção do entrevistador foi o fato de que as informações e endereços obtidos tanto na APAE Rural quanto nas estradas ou localidades eram bem detalhados e precisos, de forma que estas informações se cruzavam, demonstrando que as pessoas que buscávamos entrevistar eram bem conhecidas dos lugares, o que facilitou muito em termos do tempo de realização desta pesquisa.

Ressaltamos a relevância dos profissionais das APAES Rurais para a realização deste trabalho pelo fato de eles terem facilitado a abordagem junto aos familiares dos educandos com deficiência, dizendo a eles da importância de se fazer a pesquisa e orientando que eles poderiam responder ou não. Estes profissionais mandaram recado aos familiares pelos educandos, através de bilhetes, e telefonemas foram dados para agendamento da entrevista junto aos pais. Acreditamos que, se não houvesse essa colaboração na intermediação, tornar-se-iam mais difíceis os contatos e as entrevistas.

Outro ponto considerado importante pelo pesquisador para a pesquisa foi a contribuição dos assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e professores das instituições pesquisadas na indicação dos educandos com deficiência que moravam no meio rural para participarem da entrevista, bem como nas informações quanto à capacidade desses educandos em realizar atividades produtivas em casa, na propriedade da família e na comunidade; e que tipo de atividades eles faziam.

Embora a escolha tenha sido de forma aleatória, seguiram-se alguns critérios fundamentais colocados pelo pesquisador, tais como: ter frequentado as APAEs Rurais por pelo menos dois anos (tempo suficiente para realizar alguns cursos oferecidos pelas instituições e ter passado por vários processos de aprendizagem); idade dos participantes acima de 20 anos; ter conseguido boa assimilação dessa aprendizagem.

Nessa pesquisa de campo com os familiares dos educandos que moravam no meio rural, 25% das entrevistas ocorreram nas dependências das três APAEs

da cidade, pelo fato de os educandos morarem distante, no meio rural de cidades atendidas pelas instituições. Assim, as entrevistas foram possíveis porque as mães ou responsáveis permaneciam nas APAEs durante o atendimento dos(as) filho(as) nos dias em que eles(as) eram atendidos(as). Em duas destas entrevistas, coincidiu de as famílias que moravam distantes terem que trazer os filhos(as) para avaliação clínica e psicológica. Considerou-se que estas entrevistas realizadas nas dependências das instituições não deixaram de ter a sua relevância para pesquisa, pois em todas as entrevistas os educandos com deficiência estavam por perto dos seus familiares e o pesquisador não percebeu nenhuma situação que poderia comprometer o resultado da pesquisa.

O tempo de duração das entrevistas com cada familiar era de, em média, 25 minutos, sendo gravadas e posteriormente transcritas. Os dados foram ordenados pelo pesquisador por categorias, sendo analisados de acordo com sua temática para que se desse início às análises.

4.2 Procedimento em relação ao Código de Ética

Este estudo foi devidamente autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa, que delibera a Resolução nº 196/96 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), sob o parecer nº 021/2012/CEPH (ANEXO A).

Aos presidentes das instituições que fizeram parte desta pesquisa foi encaminhado um ofício, solicitando autorização para dar início à pesquisa. Nesse ofício consta o compromisso do pesquisador em manter o sigilo em relação aos dados coletados e de sua utilização no âmbito desta pesquisa de dissertação e de publicação de artigo científico (ANEXO B).

No ato das entrevistas, o pesquisador preocupou-se em explicar detalhadamente os objetivos do estudo para todos os participantes, dizendo a eles que poderiam interromper as próprias falas no momento que quisessem e que, caso desejassem, as falas poderiam ser refeitas ou desconsideradas. Foi entregue a todos os participantes um Termo de Consentimento concedido pelo Código de Ética da Universidade Federal de Viçosa e uma cópia com endereço eletrônico e telefone de contato do pesquisador para certificar a veracidade do estudo e a

disponibilidade desta pesquisa para os participantes depois de sua realização. Os procedimentos adotados nesta pesquisa visam atender ao parecer nº 021/2012 (ANEXO C).

É importante destacar, em relação a todos os participantes desta pesquisa (pessoas e empresas), que os nomes dos entrevistados são fictícios e os das empresas foram omitidos visando à privacidade dos participantes, atendendo, ainda, às exigências do Código de Ética da Universidade Federal de Viçosa.

As fotos apresentadas, em sua maioria, foram cedidas pelas instituições e algumas tiradas pelo pesquisador, recebendo autorização por escrito das instituições pesquisadas. Uma foto foi retirada de um site, constando a sua referência na nota de rodapé. Ressalta-se que todos os diretores ou representantes legais das APAEs pesquisadas relataram que, mediante as matrículas dos educandos com deficiência, todos os pais e responsáveis assinam um termo de consentimento autorizando ou não o uso de imagens dos filhos pela instituição e para pesquisas que autorizam. Embora em nossa pesquisa todos os educandos estivessem autorizados, foram oficializados novos consentimentos através de ofício junto às instituições pesquisadas.

4.3 Delimitação da pesquisa: fonte, coleta dos dados

A pesquisa qualitativa possibilitou a aproximação direta do pesquisador com os deficientes. Iniciando-se com a fase exploratória, foram realizadas visitas nas três APAEs Rurais para se obterem as informações relevantes para este estudo e conhecer as características do segmento populacional pesquisado. A partir desse conhecimento, os contatos foram estabelecidos, dando início à investigação com a coleta de dados.

Para fundamentar teoricamente esta pesquisa, em virtude da amplitude dos assuntos, foram levantados dados quantitativos que dariam sustentação ao estudo em fontes primárias provenientes dos prontuários dos educandos, dos quais foram retirados os dados referentes ao perfil socioeconômico, tais como renda familiar, escolaridade do educando e dos pais, profissão dos pais, entre outros; e os motivos de estudarem e frequentarem as APAEs Rurais. Os dados secundários foram obtidos em diversos órgãos, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Estatísticas Aplicadas (IPEA), Federação Nacional da APAEs (FENAPAES), Federação Estadual das APAEs (FEAPES), Fundação Getulio Vargas (FGV), sites das APAEs estudadas e de seus municípios. Também fortaleceram esta pesquisa as consultas em livros, teses e dissertações, artigos de revistas especializadas de entidades envolvidas com a questão da pessoa com deficiência, jornais e documentários, além de consultas a leis, documentos e regulamentações.

A pesquisa de campo, caracterizada pela utilização da abordagem descritiva-explicativa, foi realizada por meio de um *survey* aplicando questionário com perguntas semiestruturadas, com questões abertas e fechadas, empregando a técnica de coleta de dados com o objetivo de obter os dados sobre o perfil socioeconômico dos 159 educandos com deficiência intelectual, matriculados nas três APAEs Rurais pesquisadas. As principais variáveis observadas foram a escolaridade do educando e de seus pais; profissão dos pais; renda familiar; tipo de deficiência; cursos realizados e atividades produtivas, entre outras. Os profissionais que atuavam nessas instituições contribuíram com este estudo respondendo sobre os cursos ofertados e se estavam compatíveis para qualificar os alunos para atender às exigências do mercado de trabalho. Nas empresas que empregam os alunos das APAEs estudadas, o pesquisador foi gentilmente atendido e fez entrevistas para saber das empresas a percepção que tinham sobre os deficientes que empregam, oportunidade em que entrevistou os trabalhadores que se qualificaram nos cursos oferecidos nas APAEs estudadas. Na pesquisa de campo, também foram entrevistadas as famílias dos educandos deficientes que residem na zona rural, em suas residências ou propriedades, para buscar informações que visavam dar sustentação a esta pesquisa.

O método de *survey* foi empregado para o desenvolvimento desta pesquisa devido à sua natureza, que permite exame de uma amostra da população, sendo, de acordo com Babbie (2005), um método vantajoso e eficaz de análise de pesquisa voltada para temáticas sociais. Embora existam vários tipos de pesquisa de *survey* e diversas configurações possam ocorrer, o método de *survey* está relacionado, segundo esse autor, às especificidades da pesquisa social empírica, com o objetivo de descrever, explicar e explorar o objeto de estudo, de acordo com a proposta da pesquisa. Esse método, usado para investigar um segmento,

parte ou uma amostra de uma determinada população, permite obter uma estimativa sobre as características da população total da amostra em estudo: esta é a lógica da amostragem por *survey*. Para Babbie (2005), a pesquisa por amostragem, além de sua eficiência, faz-se necessária em virtude do tempo e do custo.

Quanto ao emprego da abordagem explicativa, Gil (1991) afirma que este tipo de abordagem se fundamenta na existência de relações entre as variáveis. Com o término da aplicação dos 159 questionários, os dados coletados através da fase exploratória foram convertidos em uma forma de códigos numéricos pelo programa *Excel* e, posteriormente, foram realizados os testes estatísticos, processados no *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*, que permitiram a descrição analítica para sustentação desta pesquisa. Esses dados, bem como sua análise, estão distribuídos no capítulo 5 desta dissertação na forma de quadros, trazendo informações sobre o perfil socioeconômico dos educandos e de seus familiares, permitindo identificar o tipo de deficiência, a escolaridade dos educandos e de seus pais, profissão dos pais e renda familiar, entre outras informações; e os tipos de atividades que são realizadas nas instituições pesquisadas com fins terapêuticos, além dos cursos que têm possibilitado a colocação dos alunos tanto no trabalho protegido quanto no mercado de trabalho formal, nas empresas parceiras.

A realização de testes estatísticos contribui para consolidar confiabilidade à pesquisa. Segundo Hair (2005), os pesquisadores em Administração utilizam os dados que possuem para transformá-los em conhecimento; e a abordagem escolhida por eles facilita identificar os padrões mais adequados para o estudo em questão, permitindo ajudar os administradores na tomada de decisão.

Portanto, para esta pesquisa, aplicou-se o teste de Qui-quadrado (*Pearson Chi-Square*), submetido também ao *software SPSS (Statistical Package for Social Sciences)*, versão 15.0, visando responder como está acontecendo a inserção das pessoas com deficiência na sociedade e no mundo do trabalho mediante a estrutura didático-pedagógica que está sendo oferecida aos alunos nas APAEs Rurais. O Qui-Quadrado de *Pearson*, representado pelo símbolo χ^2 , é um teste de hipóteses utilizado para encontrar um valor de dispersão entre duas variáveis nominais; é utilizado também para avaliar a associação que possa existir entre as

variáveis qualitativas. Para Larson e Farber (2010, p.440), “o teste de ajuste qui-quadrado é usado para testar se uma distribuição de frequência se encaixa em uma distribuição esperada”.

Segundo Barbetta (2008, p. 228), “o teste Qui-quadrado é o teste estatístico mais antigo e um dos mais usados em pesquisa social. É um método que permite testar a significância da associação entre duas variáveis qualitativas”. É utilizado também para fazer comparação entre duas ou mais amostras, estando estas variáveis representadas em formas categóricas. É importante destacar que essa comparação, segundo o autor, ocorre “no sentido da significância”.

O Qui-quadrado é um teste não paramétrico, portanto, não é dependente de uma interpretação geométrica de uma determinada população estudada, como acontece com a média e a variância. Desse modo, este método basicamente compara as proporções, analisando as divergências entre as variáveis que podem acontecer para determinado resultado de análise. Portanto, justifica-se a utilização do teste Qui-quadrado pela sua adequação à metodologia sociológica e qualitativa delineada por esta pesquisa.

Com a aplicação dos métodos de análise, a etapa seguinte foi destinada à descrição e à explicação, partindo das orientações fornecidas pelas variáveis e as associações entre elas. A construção dos conceitos teve o objetivo principal de fazer a conversão da hipótese teórica desta pesquisa em hipótese empírica, obtida pela captação dos dados da pesquisa. Dessa forma, a confirmação ou não da hipótese empírica é utilizada para aceitar ou refutar a hipótese teórica. Nessa perspectiva, a hipótese proposta foi confirmada, pois a pesquisa apontou que as pessoas com deficiência realizavam atividades produtivas em suas casas, nas propriedades onde moravam e nas comunidades de origem.

Levando-se em conta o que foi observado, a modalidade de investigação sociológica foi escolhida para responder quanto ao objetivo geral de analisar a sociabilidade das pessoas com deficiência e as suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Este objetivo foi identificado e descrito no corpo deste trabalho. Quanto aos objetivos específicos, identificou-se ainda que essas pessoas eram integradas a uma rede social ou de sociabilidade, formada pelos familiares, por laços de parentescos e de vizinhança, conforme demonstrado na estrutura desta pesquisa.

Para realizar esta pesquisa, o pesquisador contou com a colaboração dos profissionais (três diretores das instituições, um médico, um psicólogo, dois fisioterapeutas, dois pedagogos, quatro assistentes sociais, nove professores e instrutores, cinco secretários, um motorista, um cozinheira, três auxiliares de serviços gerais e um jardineiro) das três APAEs pesquisadas, para saber mais sobre os educandos com deficiência, suas possibilidades de trabalho nas oficinas terapêuticas e abrigadas; sobre suas famílias e as instituições pesquisadas.

Em relação aos componentes que o pesquisador utilizou na pesquisa de campo, além dos questionários, o gravador foi o principal deles, seguido da máquina fotográfica. Foi também imprescindível fazer um relatório diário das entrevistas em uma agenda específica, para registrar a evolução da pesquisa e facilitar a sua identificação no momento de se fazerem as descrições e explicações de interesse da pesquisa.

CAPÍTULO 5 - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE RURAL DA ZONA DA MATA MINEIRA

Neste capítulo, apresentam-se as análises realizadas sobre as formas de sociabilidade estabelecidas pelas pessoas com deficiência intelectual e múltipla e as suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho em Sociedades Rurais da Zona da Mata Mineira. Esta pesquisa junto às APAEs Rurais em municípios de pequeno e médio porte buscou analisar como se estabeleciam as redes de sociabilidades em sociedades com graus diferenciados de urbanização.

Antes de apresentarmos as análises sobre as formas de inserção do deficiente em Sociedades Rurais da Zona da Mata Mineira, especificamente nas realidades de Viçosa, Visconde do Rio Branco e Ubá, apresentaremos o perfil socioeconômico desses municípios para, a partir dele, buscarmos refletir sobre o campo de possibilidades de inserção pelo trabalho para as pessoas com deficiência.

5.1 O contexto socioeconômico dos municípios onde estão inseridas as APAEs e a realidade das respectivas instituições

5.1.1 Viçosa - MG

O município de Viçosa está situado na região da Zona da Mata Mineira, ocupando uma área de 300,15 Km², limitando-se ao norte com os municípios de Teixeiras e Guaraciaba, ao sul com Paula Cândido e Coimbra, a leste com Cajuri e São Miguel do Anta e a oeste com Porto Firme. Segundo o Censo do IBGE 2010, tem sua população estimada em 72.244 habitantes, além de uma população flutuante de 20.000 estudantes universitários de diversas instituições de ensino, como a Universidade Federal de Viçosa (UFV), ESUV, FDV, UNIVIÇOSA, UNOPAR e de cursos preparatórios os quais reforçam a vocação educacional da cidade. Além disso, a cidade atrai muitos visitantes envolvidos nos eventos acadêmicos promovidos, principalmente, pela UFV durante o ano todo devido à sua repercussão no cenário nacional e internacional no âmbito do desenvolvimento de pesquisas científicas no setor agrário.

O município se liga a importantes cidades da Zona da Mata Mineira como Ubá, Cataguases, Muriaé e Juiz de Fora pela rodovia BR -120, além da capital do Estado, Belo Horizonte. O mapa a seguir apresenta a localização deste município que foi objeto da pesquisa (Figura 1).

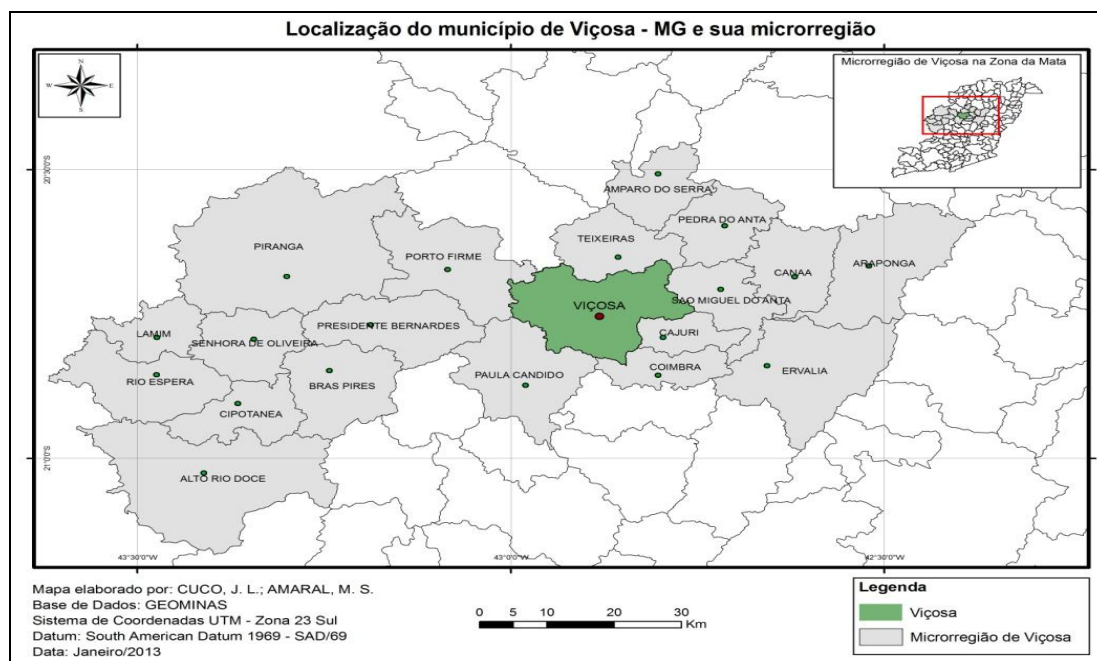


Figura 1 – Localização Viçosa e sua microrregião.
Fonte: Elaborado por CUCO, J.L; AMARAL, M.S. 2012.

Viçosa se destaca em relação aos 20 municípios que compõem a sua Microrregião em diversos fatores, tais como: o socioeconômico, educacional e, quanto ao demográfico, pelo elevado crescimento em sua população que se realçou entre 1970 a 2000, em que eram 25.777 habitantes, passando para 64.910 em 2000, aumento em torno de 52% (IBGE, 2003). Este rápido incremento demográfico de sua urbanização, percebido também na maioria das cidades brasileiras no período compreendido, ultrapassou a população rural.

Segundo Paniago (1990), o crescimento urbano foi provocado por diversas conjunturas de ordem nacional, regional, mas principalmente por fatores locais, como a presença da Universidade Federal de Viçosa que atraiu moradores de diversas regiões do Brasil e do exterior. Conforme o autor, em relação ao êxodo rural, muitos habitantes do meio rural do município também foram atraídos pela oferta de trabalho na UFV. A população rural em 1970 que era da ordem de 8.780 habitantes passou para 5.014 em 2000, com redução de 3.766 habitantes (MENDES, 2007, p. 60).

O município é de médio porte e se destaca em sua Microrregião por possuir a melhor qualidade de vida, se considerarmos o seu IDH (2000), de 0,809 - índice alto, segundo os critérios da Organização das Nações Unidas (ONU), estando na posição 405ª do ranking brasileiro, além do IDH para educação que está acima de 0,9.

E o setor de serviço do município de Viçosa demonstra dependência da Universidade Federal, que é a força-motriz a impulsionar o setor. Segundo Pereira (2004), nas atividades do setor terciário é que se fundamenta a microeconomia do município ao empregar mais de um terço da população economicamente ativa. É o setor de comércio e de serviços de Viçosa que compreende mais de 90% das empresas, com predomínio das de pequeno porte.

Em relação ao PIB Agropecuário, segundo a Fundação João Pinheiro – (FJP, 2000)⁵, este não é tão expressivo, apesar de ter no setor agroindustrial duas importantes representatividades. Uma delas é representada pelo Grupo Pif-Paf, que mantém uma unidade fabril em Viçosa com diversidade de produtos e de expressiva produtividade destinada aos mercados regional e nacional e ao mercado de exportação. Também a Universidade Federal de Viçosa, que por meio de sua Fundação Artur Bernardes (FUNARBE) realiza atividade agroindustrial como os produtos lácteos com matéria prima da própria região, sendo seus produtos destinados ao mercado local e regional.

Para incrementar o setor produtivo de Viçosa e Região, o município conta com o Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa (CVT), que faz parte do projeto Rede de Formação Profissional Orientada pelo Mercado (RFPOM). Esse Centro foi criado em 2004 pelo Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Ensino Superior - SECTES, com o objetivo de promover a inclusão digital gratuita nas áreas de informática, gestão gerencial e de eletroeletrônica. Em 2007, o projeto foi ampliado e tornou-se uma rede de capacitação profissional de acordo com a demanda do mercado municipal e regional visando além de contribuir para inclusão digital e social, gerar emprego e renda para melhorar o nível de vida das pessoas da região.

⁵ Centro de Estatística e Informações (CEI):
<http://cidadesnet.com/municipios/vicosa.htm#AtividadesEconomicas>

5.1.2 Visconde do Rio Branco - MG

Visconde do Rio Branco possui, segundo o IBGE (2010), cerca de 37.952 habitantes. Em 1943, o município recebeu a sua denominação atual. Situado na Microrregião de Ubá, na Mesorregião da Zona da Mata, com área de 240,5 Km², o município limita-se com Divinésia, Guidoal, Guiricema, Paula Cândido, São Geraldo e Ubá e está aproximadamente a 292 Km da capital Belo Horizonte. O mapa a seguir apresenta a localização deste município que foi objeto da pesquisa (Figura 2).

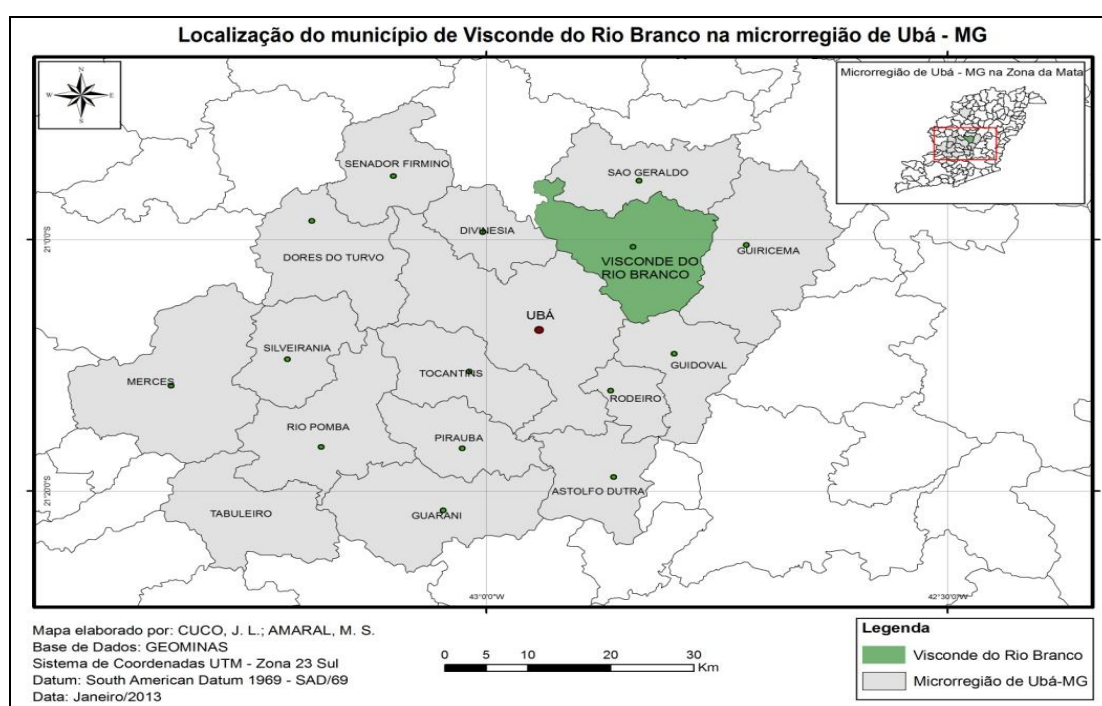


Figura 2 – Localização Visconde do Rio Branco na microrregião de Ubá – MG.
Fonte: Elaborado por CUCO, J.L; AMARAL, M.S. 2012.

A Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco⁶ informa que a cidade possui três distritos industriais e sua economia é baseada, principalmente, na indústria moveleira representada por aproximadamente 50 empresas de micro, pequeno e médio porte e de grande porte. A cidade conta ainda com indústria de alimentos e mais de 40 empresas de confecções distribuídas na fabricação de

⁶ Portal Municipal de Visconde do Rio Branco: <http://www.viscondedoriobranco.mg.gov.br/?pid=617> Acesso em 18/10/2012.

jeans, roupas de festas, e ainda de diversos tipos de malhas. Os empregos diretos gerados pelas empresas somam mais de seis mil trabalhadores.

A população é predominantemente urbana, sendo segundo IBGE (2010), 17% da população ou 6.555 habitantes da zona rural. Conforme a Prefeitura, os maiores recursos da cidade provêm da indústria, que é responsável por quase metade do PIB e outra grande parte advém do setor de serviços. O setor agropecuário se revela reduzido em relação ao da indústria e o de serviço.

Visconde do Rio Branco se destaca também no ramo de transportadora, com duas importantes empresas de transportes, a Coopertral e a Cooperativa Montenegro. O comércio varejista absorve grande número de pessoas com emprego formal, além da fruticultura fornecedora de matéria prima para as empresas de Sucos Tial e Agrofruit. Segundo a Prefeitura do Município, a cana-de-açúcar, embora sem o destaque de antes, continua sendo uma cultura de muita importância, tendo em vista que na zona rural há uma concentração de aproximadamente 100 engenhos de açúcar mascavo e derivados da cana.

Destaca-se ainda, dois fatores importantes para a economia, a sede da empresa de alimentos PIF-PAF está estabelecida no município e absorve grande parte da mão de obra local; e ainda, de contar com os serviços de qualificação profissional que o Centro Integrado Sesi/Senai Silvio Benatti (SENAI), oferece para a população da cidade.

5.1.3 Ubá - MG

Segundo o IBGE (2010), o município de Ubá – MG conta com pouco mais de cem mil habitantes. É a segunda cidade mais importante da Zona da Mata e é considerada o centro sub-regional na hierarquia urbana, sendo que 96% é residente na área urbana e 4% na área rural. A cidade faz divisa com Dores do Turvo, Senador Firmino, Divinésia, Visconde do Rio Branco, Guidoal, Rodeiro, Astolfo Dutra, Piraúba e Tocantins. O mapa a seguir apresenta a localização deste município que foi objeto da pesquisa (Figura 3).

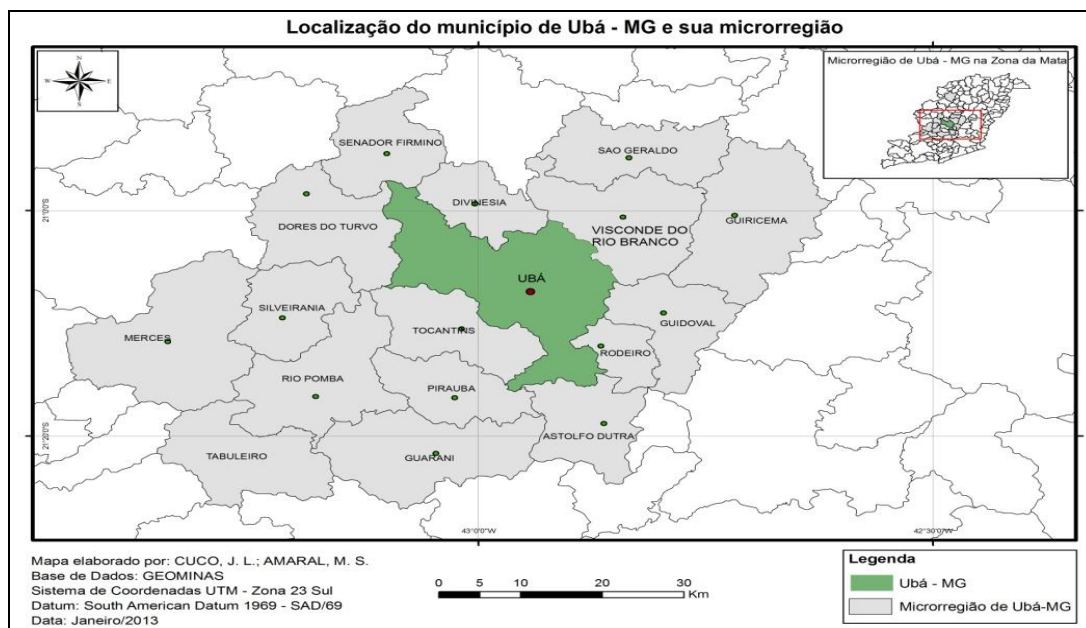


Figura 3 – Localização do município de Ubá na microrregião de Ubá – MG.

Fonte: Elaborado por CUCO, J.L; AMARAL, M.S. 2012.

A Prefeitura Municipal de Ubá informa que o município concentra pequenas, médias e grandes indústrias relacionadas ao ramo moveleiro e confecções, o que concentra um forte comércio nesses setores. O comércio geral de produtos é numeroso e diversificado, sendo importante agente empregador de mão de obra local, o que dinamiza a economia da cidade. O setor de serviços apresenta grande importância ao PIB da cidade, e a indústria desempenha o papel mais importante na economia do município, principalmente na fabricação de móveis, de vestuário e calçados, sendo mais de 1000 estabelecimentos industriais.

Segundo o INTERSIND⁷, o complexo moveleiro de Ubá é o maior do estado de Minas Gerais e o terceiro maior do Brasil e outro fator relevante em relação a este setor é a sua localização privilegiada, próxima dos grandes centros consumidores e comerciais do País. De acordo com o INTERSIND, Ubá é uma das cidades que mais tem crescido e se desenvolvido pelo surgimento de novas empresas e geração de mais emprego do interior do Estado.

A cidade vem se destacando, também, como importante centro cultural e de formação técnica e tecnológica da região e, ainda, de instituições de nível superior

⁷ Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá - entidade representativa do maior Pólo Moveleiro de Minas Gerais.

em função do seu desenvolvimento econômico em diversos setores produtivos e econômicos.

5.2 A realidade das instituições estudadas

Antes de apresentarmos as realidades das APAEs e APAEs Rurais que fizeram parte desta pesquisa, faremos uma breve explanação do surgimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Brasil. A APAE é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional. O objetivo maior desta entidade é melhorar as condições de vida da pessoa com deficiência, e, principalmente, assegurar-lhe o desenvolvimento e os direitos de cidadão. A primeira APAE foi fundada em 11 de dezembro de 1954 no Rio de Janeiro, e em 1962 foi criada a Federação Nacional das APAEs. Atualmente, elas estão presentes em mais de 2000 municípios brasileiros. Dentre os seus principais programas de ação estão: sensibilização; conscientização; prevenção; habilitação; reabilitação; inserção no mercado de trabalho e residência para pessoas com deficiência em idade cronológica avançada. As modalidades de deficiências visuais, auditiva, física, mental ou múltipla, paralisia cerebral (PC), microcefalia, autismo, distúrbios graves de comportamento e de aprendizagem e superdotação.

A Federação Nacional das APAEs, órgão em que todas as APAEs são filiadas, em 1997, desenvolveu o Manual para Profissionais e Dirigentes sobre Educação Profissional e Colocação no Mercado de Trabalho. A finalidade desse Manual foi contribuir para a mudança de práticas e procedimentos, com intuito de subsidiar a metodologia da implantação de programas e sua execução nas instituições filiadas, devendo-se realizar adaptações de acordo com a realidade e as necessidades dos educandos. Este manual também tinha o objetivo uniformizar os termos empregados na área da educação profissional e colocação no mercado de trabalho, bem como oferecer formação educativa profissional para as pessoas com deficiência em todo o país.

A Federação Nacional das APAEs de todo o Brasil focaliza o “Trabalho e suas particularidades”, inteirado de uma visão adequada e destinada para a pessoa com deficiência. Mas, nesse período marcado por uma conjuntura econômica recessiva conduz simultaneamente a reavaliar o mercado de trabalho disponível

para todos os trabalhadores brasileiros, pois está havendo diminuição gradual de postos de trabalho, privação de investimentos públicos e privados; crescimento do desemprego, geralmente afetando uma fração do grupo de pessoas com deficiência que se vê rejeitado em circunstâncias da redução da força de trabalho no setor produtivo.

Nesse sentido, a Federação Nacional das APAEs do Brasil (FENAPAEs) lançou em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego através do Projeto Especial de Qualificações (ProEsQs) em 2005, um estudo para orientar os Gestores e Profissionais das APAEs visando “Educação Profissional e Trabalho para as pessoas com Deficiências Intelectual e Múltipla”. O objetivo dessa pesquisa nacional foi sobre a demanda de postos de trabalho para pessoas com deficiência em todo território brasileiro e o resultado tem sido relevante para facilitar a organização e ou aperfeiçoamento de metodologias de iniciação, qualificação e colocação profissional para os educandos serem inseridos no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, as APAEs pesquisadas, acreditando na capacidade das pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas, e empenhando-se para que a sociedade mais ampla centralize sua atenção na eficiência dessas pessoas, no que elas sabem e podem fazer, e, inspiradas na concepção e fundamentos da inclusão, da igualdade de oportunidades e dos Direitos Humanos, abraçaram essa causa e implantaram o programa “Educação Profissional e Trabalho para as pessoas com Deficiências Intelectual e Múltipla” em suas instituições. Assim, essas APAEs pesquisadas, signatárias das decisões da Federação Nacional das APAEs (FENAPAEs) e seguindo o seu planejamento pedagógico, acreditam na importância da potencialidade desse cidadão, ao dispor os alicerces da dignidade e da participação nos processos da educação profissional com os apoios disponíveis e necessários visando possibilitar a inserção social e no mundo do trabalho, conforme a capacidade de cada pessoa, inteirado da diversidade que caracteriza e humaniza a todos.

5.2.1 A APAE de Viçosa

Segundo consta em seu Projeto Político Pedagógico, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Município de Viçosa, é uma instituição que tem como objetivo oferecer atendimento a alunos com necessidades educativas especiais e pessoas com deficiências auditivas, visuais, paralisia cerebral, autismo, e ainda a uma diversidade de deficiência mental e de síndromes. A instituição foi fundada em 1981, caracterizando-se como uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos de utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, tendo como missão contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas com deficiência. Atualmente atende crianças, adolescentes e adultos do município e região na modalidade parcial, para atendimentos específicos e educando em sala de aula. Essa entidade também presta atendimentos clínicos em Pediatria, Neurologia, Psiquiatria, Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Odontologia e Assistência Social. Nessa entidade as turmas são divididas utilizando-se os critérios flexíveis de faixa etária e nível de desenvolvimento podendo ter em uma mesma turma diferentes tipos de necessidades especiais, e ou de deficiência.

A APAE de Viçosa conta com outro espaço mais amplo, onde a APAE Rural de Viçosa se situa, nas dependências do CENTEV/UFV. Conforme informações no *site* do Núcleo de Desenvolvimento Social e Educacional⁸, os alunos matriculados na APAE Rural de Viçosa apresentam deficiência intelectual e múltipla e, na instituição, têm acesso a diversos cursos básicos e profissionalizantes e inúmeras atividades para o desenvolvimento psicomotor e psicossocial, visando sua inserção no seu grupo social, na escola e na família, nos espaços sociais como religião, cultura e, principalmente, no mercado de trabalho. De acordo com este Núcleo, a APAE rural iniciou suas atividades em 1999, com o projeto de oferecer diferentes oportunidades para que os alunos vivenciem realidades como jardinagem, horticultura e criação de animais de pequeno porte.

A APAE também oferece qualificação profissional para as alunas com deficiência na Casa Experimental, que fica próxima à APAE Rural, onde fazem

⁸ Núcleo de Desenvolvimento Social e Educacional é vinculado ao CENTEV/UFV tem parceria com a APAE de Viçosa. http://www.centev.ufv.br/nucleo/interna.php?area=programa_projeto&escolha=2

cursos de Educação para o Lar, como Culinária, Artesanato, Limpeza Doméstica e Arrumação, entre outros.



Foto 1 – Sede da APAE Rural de Viçosa

Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizadas pela APAE de Viçosa

5.2.2 APAE de Visconde do Rio Branco

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Município de Visconde do Rio Branco foi fundada em 12 de maio de 1992. Em seu Projeto Político Pedagógico a APAE Escola Miguel Slaibi expressa os resultados das reflexões, participação e conclusão coletiva da equipe em termos dos resultados educacionais e da busca da identidade para a escola. O Projeto Pedagógico construído nessa APAE evidencia a filosofia do Movimento Apaeano que relaciona o processo educacional como parte fundamental e determinante na formação do cidadão. Nessa orientação, o desenvolvimento do cidadão se dá “pela convicção das possibilidades transformadoras da educação ao propiciar a independência, liberdade e auto realização”. A APAE Visconde do Rio Branco se orienta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB – 9394/96) e no seu discurso, busca se fazer representar pelo empenho de educadores, profissionais de diversas áreas, das famílias e das pessoas com deficiência no

sentido de vencer as barreiras e limitações que são edificadas para o exercício da cidadania, e possibilitar que se concretize educação democrática e de qualidade, que tenha como preceito a promoção e inclusão social de pessoas com deficiência.

A APAE de Visconde do Rio Branco oferece programas pedagógicos específicos e de formação profissional com iniciação para o trabalho, qualificação para o trabalho e iniciação no mercado de trabalho. Além da sua sede no município, a APAE de Visconde do Rio Branco possui um espaço fora da cidade, no meio rural onde se situa a APAE Rural. Nesse espaço a instituição oferece programas para os alunos adquirirem habilidades em atividades voltadas para o campo, tais como plantio de hortaliça, piscicultura, fruticultura, atividades acadêmicas, equoterapia e avicultura.



Foto 2 – Sede da APAE Rural de Visconde do Rio Branco

Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizadas pela APAE de Visconde do Rio Branco

5.2.3 A APAE de Ubá

Segundo consta no Projeto Político Pedagógico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Ubá, essa instituição foi fundada em 02 de março de 1972 com sua sede na Rua Padre Gailhac, nº 24, Centro e possui ainda uma unidade rural denominada Sítio Boa Esperança, localizada na comunidade do Córrego Alegre, em Ubá. O sítio Boa Esperança se tornou a APAE Rural de Ubá, sendo inaugurada em 14 de junho de 1997 como

Centro Profissionalizante “Boa Esperança”, na zona rural, para atender alunos acima de 14 anos. Nesse espaço criou-se também o Centro de Reabilitação Norton Antônio Fagundes Reis (equoterapia, sala de fisioterapia e piscina com deck).

Na APAE Rural de Ubá, os alunos assistidos participam de diversas oficinas pré- profissionalizantes com trabalhos manuais⁹ que têm o objetivo de preparar o aluno aprendiz para a inclusão no mercado de trabalho através do desenvolvimento de habilidades básicas. Nas aprendizagens voltadas para as atividades agrícolas, os alunos prepararam o solo para o plantio de hortas, plantas medicinais e flores, desenvolvem o cuidado de animais de pequenos porte, a exemplo da avicultura, dentre outras atividades agrícolas. Também funcionam na Apae Rural o Centro de Equoterapia e os atendimentos especializados nas áreas de Enfermagem, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia, Serviço social e Terapia Ocupacional.



Foto 3 – Sede da APAE Rural de Ubá

Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizadas pela APAE de Ubá

5.3 A realidade socioeconômica dos atendidos das APAEs Rurais

Este estudo buscou investigar os educandos com deficiência intelectual e múltipla, tendo como referência os que frequentavam as APAEs Rurais de Viçosa,

⁹ As oficinas desenvolvidas são de papel reciclado, culinária, de pregador de roupa, kits para armário de aço, casa lar e oficina do plástico.

Visconde do Rio Branco e Ubá. É necessário, no contexto desta pesquisa, o entendimento quanto à utilização do termo deficiência intelectual em detrimento do termo deficiente mental, bastante utilizado e estigmatizante. O termo “deficiência intelectual” vem a ser o refinamento desse conceito e segue a terminologia adotada pela Organização Mundial de Saúde e pela Organização Pan-Americana da Saúde no documento denominado “Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual”, a partir de 6 de outubro de 2004.

O termo deficiência múltipla decorre da composição que se forma da associação da deficiência intelectual às demais deficiências (física, auditiva/surdez e visual/cegueira) e ainda, se acompanhada de transtorno mental. Segundo Oliveira et all (2007, p.13) “a deficiência múltipla constitui um segmento estimado em 1% da população geral, pouco reconhecido e valorizado até mesmo nos meios especializados que tratam do atendimento a pessoa com deficiência”.

A deficiência mental leve, com a denominação atual de deficiência intelectual, está representada, segundo Krynski (1969), por 85% dos casos de deficiência, exigindo acompanhamento de assistência médica e psicopedagógica especializada. Os deficientes intelectuais e múltiplos podem beneficiar-se dos programas de treinamento sistematizado, podendo ocorrer em sua permanência e dependência da assistência do Estado.

Segundo Krynski (1969), os deficientes apresentam índices de aproveitamento conhecidos como quociente intelectual (Q.I.) sendo o normal igual a 100, os que apresentam índice igual a 25 são totalmente dependentes dos serviços sociais e de saúde dos familiares e principalmente do Estado. Os deficientes que apresentam quociente intelectual de 25 a 50 são os chamados adestráveis, isto quer dizer que adquirem determinadas habilidades como se vestir, de comer, de cuidar de si. Têm uma vida social limitada, mas compartilham e cooperam com seus familiares e seus próximos podendo exercer tarefas simples dentro de uma residência e em seu entorno, são respeitadores, mas de certa forma pouco independentes.

Os educáveis, segundo Krynski (1969), são os que apresentam quociente intelectual entre 50 a 75% em relação ao normal, sua característica é o desenvolvimento lento das funções mentais. Segundo este autor, os indivíduos nesse quadro podem aprender o suficiente para desenvolver habilidades

profissionais que os permite ser independentes financeiramente. São geralmente sociáveis com outras pessoas do ciclo familiar, como pessoas conhecidas e vizinhas.

Na pesquisa de campo, os dados coletados junto às APAEs Rurais revelaram a predominância dos alunos que residiam nas cidades sobre os que residiam no meio rural: 119, correspondendo a 74,84%, contra 40 do meio rural, correspondendo a 25,15%. Quanto à religiosidade, os católicos representaram 93%, sendo o restante formado por evangélicos. Quanto ao estado civil dos alunos, a maioria era de solteiros e apenas 6 eram casados, tendo esses laços se constituído entre frequentadores da própria APAE. Quanto à escolaridade dos deficientes, 30 estavam cursando a Educação de Jovens e Adultos (EJA), 80 estavam no ensino especial, 43 no ensino fundamental incompleto, 4 completaram o ensino fundamental, 1 completou o ensino médio e 1 completou o ensino superior. Quanto à cor da pele, 81 alunos eram brancos, 40 negros e 38 pardos.

No que diz respeito à escolaridade dos pais, 28 eram analfabetos, 126 concluíram o ensino fundamental completo, um tinha o ensino médio completo, um tinha o ensino superior incompleto e três possuíam o ensino superior completo. Quanto à escolaridade da mãe, 28 delas eram analfabetas e 131 possuíam o ensino fundamental completo. Em relação à profissão do pai, 116 exerciam uma profissão que exigia baixa escolaridade; 41 de nível médio e 2 de nível superior. Entre as profissões das mães, 149 delas eram de baixa escolaridade e 10 exigiam nível médio. Em relação à renda familiar das 159 famílias, a pesquisa apontou que 55,3% recebiam, conforme o quadro abaixo, até dois salários mínimos; 41 famílias, correspondendo a 25,7% do total, recebiam até 3 salários mínimos; 23 famílias, correspondendo a 14,4%, recebiam até 4 salários mínimos; 5 famílias (3,1% da amostra) recebiam até 5 salários e apenas 1,2% das famílias recebia 6 salários.

Renda da Família				
Salário	Viçosa	Visconde R. Branco	Ubá	Total
1 salário	5	6	-	11
2 salários	30	27	20	77
3 salários	12	12	17	41
4 salários	7	4	12	23
5 salários	2	3	-	05
6 salários	1	-	1	02
TOTAL	57	52	50	159

Quadro 1 - Renda familiar: educandos das APAEs Rurais de Viçosa, Visconde do Rio Branco e Ubá

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Das 159 famílias da amostra, 146 recebiam bolsa família do Governo Federal e 82 recebiam Benefício de Prestação Continuada (BPC). A maior parte dos alunos frequentava a instituição cinco dias por semana, sendo os maiores índices relacionados a essa frequência vinculados aos alunos residentes na cidade (67,2% do total), em contraposição aos residentes no meio rural (42,6% da amostra), como mostra o quadro que se segue.

Frequência dos educandos						
Cidade	Alunos	%		Meio Rural	Alunos	%
Não vai	34	28,5%		Não vai	4	10%
5 dias	80	67,2%		5 dias	17	42,6%
3dias	2	1,6%		3dias	10	25%
2 dias	3	2,5%		2 dias	9	22,5%
Total	119	74,8%		Total	40	25,2%

Quadro 2 - Frequência por dias da semana dos educandos nas APAEs Rurais pesquisadas

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Conforme os dados apresentados nesta pesquisa, observou-se que a maioria dos educandos pesquisados são procedentes de famílias de baixa renda e que dependem dos muitos serviços oferecidos pelo Governo Federal, como o bolsa família, e principalmente do Benefício de Prestação Continuada (BPC); redução da conta de luz; e ainda de serviços de transporte oferecido pelas prefeituras dos municípios. Contam também com os serviços de assistência clínicas e terapêutica, dentre outros programas oferecidos pelas APAEs dos municípios aos educandos com deficiência, tais como: cursos oferecidos para formação profissional dos educandos com deficiência e cursos para os seus familiares se qualificarem. Destaca-se que algumas famílias de educandos em situação de vulnerabilidade também são assistidas pelas APAEs pesquisadas, o que foi percebido pelo pesquisador na pesquisa de campo.

5.4 A formação profissional da pessoa com deficiência e a sua participação social

Neste momento, analisaremos em que medida a diversidade de ações desenvolvidas nas APAEs têm contribuído para a inserção social da pessoa com deficiência, tanto no espaço urbano quanto no rural, bem como na sua participação na economia de seus municípios e do país, ao estarem inseridas no mundo do trabalho.

Em relação ao convívio social dos alunos da APAE Rural, a pesquisa revelou atividades sendo desenvolvidas nas áreas pedagógicas, artísticas, culturais e esportivas, visitas técnicas e educativas, bem como a promoção de eventos comemorativos visando à inclusão social dos educandos nos ambientes comuns da instituição. Alguns registros desses momentos de convivência entre os alunos, familiares e professores foram feitos ao longo da pesquisa, a exemplo dos registros fotográficos abaixo:



Foto 4 – Confraternização de Natal na APAE Rural de Viçosa
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Viçosa

Abaixo, outro momento de convivência, realizado todos os anos, que é a Festa Julina da APAE de Ubá. Esta festa acontece em todas as APAEs e é voltada para os alunos, seus familiares e para a população em geral. Segundo os organizadores de Ubá, os participantes compartilham um ambiente decorado com diversas barracas de comidas típicas e pescaria. A alegria é o ponto alto da festa que se prolonga por toda a tarde ao som de muita música, apresentações de dança e da tradicional quadrilha pelos alunos da APAE Rural.



Foto 5- Festa Juliana na APAE de Viçosa
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Viçosa



Foto 6 – Festa Julina na APAE de Ubá

Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá

Quanto ao envolvimento dos alunos com deficiência em atividades na comunidade, a pesquisa revelou que, dos 45 alunos que trabalhavam, seis participavam de associação de moradores, representando 13,3%; e, dos 114 alunos que não trabalhavam, apenas 2 participavam dessa associação (1,7% do total). Já a participação em grupo de jovens, dos alunos que trabalhavam, esta foi de 24,4%, em contraposição ao percentual de 1,7% no grupo dos jovens que não trabalhavam. Esses dados trazem indícios de que o trabalho pode se constituir em um elemento potencializador da inserção social das pessoas com deficiência.

Os alunos das APAEs Rurais são incentivados a participar da formação de grupos autodefensores¹⁰ com seleção e formação de lideranças, encontros sistemáticos e a criação de suas próprias pautas de decisão, como consta no Projeto Político Pedagógico da APAE de Visconde do Rio Branco: “Nossos alunos serão ouvidos com o respeito que merecem e deverão estar presentes e participar dos processos de tomada de decisão”. Dois alunos participantes da formação de autodefensoria foram entrevistados. Um deles, Felipe, deficiente visual, está terminando o ensino médio, atualmente fazendo curso de informática, com pretensões de cursar o ensino superior, mas ainda indeciso quanto a que curso superior fazer. Já Mariângela, deficiente visual, trabalha em uma empresa de alimentos, atuando também como representante estadual do grupo de

¹⁰ Programa para pessoas com deficiência intelectual e múltipla que visa capacitá-los sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãos, levando-os a pensar, discutir, buscar soluções e elaborar conceitos. (FENAPAES – MG)

autodefensores. Além da atitude pró-ativa que esses alunos demonstraram durante a entrevista, chamou-nos atenção a expressividade comunicativa, alinhada na luta das pessoas com deficiência pelos seus Direitos Humanos, Sociais e pela Cidadania.

Na prática esportiva a pesquisa apontou também uma maior participação nos esportes entre os alunos que trabalhavam. Entre os que trabalhavam 22,2% praticavam a corrida e no grupo dos 114 que não trabalhavam, 10,5%. Nas olimpíadas internas e com outras instituições da APAEs, os esportes preferidos eram a corrida e a natação. Pelo observado, o esporte parece se constituir em um fator importante na efetivação de redes de sociabilidade por parte das pessoas com deficiência que frequentavam a APAE Rural. Em se tratando da prática de esporte, educação física e educação artística para formação mais abrangente das pessoas com deficiências intelectual e múltipla, essas áreas proporcionam uma multiplicidade de estímulos e conhecimentos de seu corpo. Segundo Martins (2003) citado por Oliveira *et al*, o estímulos favorece aos alunos em

“[...] seus recursos expressivos e pela elaboração conceitual e de linguagem. Em consequência, os educandos melhoram o seu desenvolvimento cognitivo e afetivo. Além disso, tanto na cultura e nas artes como na Educação Física, no desporto e no lazer, são oferecidas oportunidades interessantes de atuação profissional futura, não só como artistas ou atletas, mas também em atividades afins.” (MARTINS citado por OLIVEIRA *et al*, 2007, p.121)



Foto 7 – 1º Encontro Internacional de Capoeira, em Ubá¹¹

Fonte: <http://www.uba.apaebrasil.org.br>

¹¹ A foto registra um dos momentos de prática esportiva do grupo em que alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da APAE Ubá, participaram do 1º Encontro Internacional de Capoeira realizado na cidade.



Foto 8 – Educandos da APAE Rural de Ubá realizando Educação Física
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá

De acordo com Oliveira *et al* (2007), a expressão artística envolve a pessoa com deficiência nas artes e permite que elas se desenvolvam plenamente. O autor considera ser importante oferecer essa modalidade de aprendizagem em oficinas de pré-profissionalização, levando em conta o conhecimento das potencialidades e o desenvolvimento de competências e habilidades laborais. Para os autores, a educação física inserida na matriz curricular complementar viabiliza a expressão de potencialidades e habilidades variadas, criando condições favoráveis para a qualidade de vida da pessoa com deficiência em todos os aspectos, inclusive melhorando seu desempenho nas atividades de trabalho e de profissionalização.

A pesquisa de campo revelou que as APAEs Rurais oferecem diversos cursos aos educandos com deficiência. Os profissionais que atuavam na formação social e profissional dos educandos responderam a entrevista que visava perceber desses profissionais, pela experiência diária com cada educando, como era o desenvolvimento e participação das pessoas com deficiência nas atividades ocupacionais que realizam e quanto à sociabilidade deles.

Entre os cursos oferecidos, os Cursos de Horticultura e de Jardinagem despertavam mais o interesse dos educandos. A Coordenadora desses cursos realça a importância dessa atividade na formação profissionalizante deles, bem

como para os aspectos de autoestima e de valorização dos seus potenciais.

Segundo a Coordenadora:

“A oficina profissionalizante é de grande importância para os aprendizes, pois eles se sentem bem valorizados e capazes, podendo demonstrar suas habilidades através desse trabalho. Com a organização e a rotina diária, eles podem aplicar os conhecimentos nas suas vidas e torná-las produtivas. Dentro da oficina são trabalhadas várias habilidades que são úteis na vida diária: básica, gestão e específica. Essas habilidades os orientam em suas aprendizagens de segurança no trabalho, higiene corporal, relacionamento, pontualidade e compromisso com emprego.” (COORDENADORA)

A partir desses cursos, tem-se buscado desenvolver projetos voltados para a inserção do educando com deficiência no mercado de trabalho. A formação no curso de Jardinagem tem possibilitado a inserção social do educando de forma participativa em atividades produtivas como prestador de serviços, em residências e empresas. Embora essa prestação de serviço não esteja acontecendo de forma sistematizada, há modelo dessa prestação de serviços que está dando bons resultados para as pessoas com deficiência em termos de autonomia, independência financeira e satisfação. Uma dessas iniciativas está vinculada à APAE do Distrito Federal voltada para a prestação de serviço em jardinagem e limpeza com equipes móveis que são compostas por pessoas com deficiência que se deslocavam a residências e empresas. Segundo Selma Morais Pinheiro e Marilena da Paixão Costa Alves, coordenadoras desse Projeto, o trabalho “tem apresentado excelentes resultados tanto em relação aos familiares, que hoje acreditam na capacidade laboral de seus filhos, quanto aos contratantes de serviços, que atestam a excelência dos trabalhos a outros condomínios, empresas e pessoas físicas”.



Foto 9 – Horticultura na APAE Rural de Viçosa
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Viçosa



Foto 10 – Horticultura na APAE Rural de Visconde do Rio Branco
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Visconde do Rio Branco



Foto 11 – Horticultura na APAE Rural de Ubá
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá

O curso de Artesanato tem a função de terapia ocupacional e desenvolvimento motor, com ações voltadas para inserção dos alunos no mercado de trabalho. Dona Célia, por exemplo, nos contou que a filha aprendeu a bordar muito bem e a fazer cachecol para vender. Por intermédio dos cursos oferecidos, Aparecida, ex-aluna da APAE de Visconde do Rio Branco, conseguiu emprego com carteira assinada numa rede de supermercados da região. Ela contou em entrevista que fez vários cursos e teve bastante interesse com o curso de Informática oferecido pela instituição.



Foto 12 – Oficina de Artes e Artesanato da APAE Rural de Visconde do Rio Branco
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Visconde do Rio Branco



Foto 13 – Oficina de Artes e Artesanato da APAE Rural de Ubá
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá

A Oficina de Formação para o Trabalho Papel Reciclado coloca-se como um espaço de aprendizagem e criação de oportunidades de trabalho. Segundo a professora do curso, “as oficinas ocupacionais representam um espaço concreto e funcional do aprender do aluno, mas, sobretudo, de autonomia e emancipação”. Esses resultados são também observados por outra professora do curso:

“Ao desenvolver o trabalho junto aos aprendizes, percebo que os mesmos têm entusiasmo e interesse em participar de alguma forma na confecção do material, seja na elaboração, na embalagem ou até mesmo na oferta do produto. O aprendiz, quando participa da oficina e se vê como membro importante na construção de algo, tem sua autoestima elevada, fazendo com que se sinta melhor.”

De acordo com a Professora, “é necessário articular atividades com o foco nas habilidades e capacidades de cada aluno. As oficinas ocupacionais oportunizam ao professor desenvolver seu trabalho de acordo com o potencial que o aluno demonstra, englobando todo o grupo e favorecendo o desenvolvimento físico, emocional e social do seu aprendiz”.

A APAE Rural oferece, também, os cursos de pequena duração como o de Garçom, Auxiliar de Cozinha, o de Culinária, o de Auxiliar de Limpeza, de Computação, de Marcenaria, de Ajudante de Pedreiro, de Embalador de Mercadoria, dentre outros, com predominância dos cursos voltados para atividades manuais.

Nas salas de computação, o objetivo é o desenvolvimento sociocognitivo do educando, visando atender as suas necessidades de ensino-aprendizagem e de comunicação. As atividades de Informática destinadas aos alunos fazem parte da continuidade pedagógica desenvolvida em sala de aula, possibilitando que o educando tenha como objetivo integrar o aprender de forma agradável, inserindo-o no contexto social contemporâneo de forma que usufrua plenamente da tecnologia de que dispõe. A computação atende também ao objetivo interdisciplinar e os alunos são acompanhados por professores qualificados para exercer essa função na sala de Informática.



Foto 14 – Educandos da APAE Rural de Viçosa na sala de informática do CVT Viçosa¹²
Fonte: www.facebook.com/pages/APAE-Viçosa/342173335855266



Foto 15 – Sala de Informática da APAE de Visconde do Rio Branco
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Visconde do Rio Branco

¹² Parceria entre a APAE Rural de Viçosa com o Centro de Vocacional Tecnológico de Viçosa (CVT/Viçosa).
<http://www.facebook.com/pages/APAE-Viçosa/342173335855266> - disponível em 13/10/2012.



Foto 16 – Sala de informática da APAE Rural de Ubá
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá

Na Oficina Lar e Cozinha, segundo a professora, as alunas “estão se adaptando às necessidades da vida e do trabalho, desenvolvendo a autoconfiança e suas potencialidades, formando hábitos e atitudes de trabalho, como: pontualidade, respeito e segurança”.



Foto 17 – Curso de Cozinha e Culinária da APAE Rural de Ubá
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá

A pesquisa de campo revelou ainda que, dos 159 educandos matriculados nas APAEs Rurais, no período de realização desta pesquisa, de 2010 a 2012, 45 estão trabalhando diretamente nas empresas dos municípios sede das APAEs, sendo 39 com carteira assinada e 6 fazendo estágio remunerado. Na distribuição dos alunos no mercado de trabalho em Viçosa, 14 trabalham com carteira assinada e 2 fazem

estágio; em Visconde do Rio Branco, 15 trabalham com carteira assinada e 2 fazem estágio; em Ubá, 10 estão trabalhando com carteira assinada e 2 fazem estágio. Em oficinas abrigadas¹³, eram 38 educandos.

Observando o quadro abaixo, a colocação seletiva dos educandos no mercado de trabalho no período pesquisado, a APAE Rural de Ubá apresentou menor colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em relação às demais APAES.

Colocação Seletiva				
Educandos das APAES	Viçosa	Visconde Rio Branco	Ubá	Total
Não trabalham	41	35	0	76
Programa Formação para o Trabalho (APAE)	0	0	38	38
Trabalho dentro da Empresa	14	15	10	39
Estágio na Empresa	02	02	02	06
Total	57	52	50	159

Quadro 3– Colocação seletiva¹⁴: Formação para o Trabalho - Empresas

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Entretanto, de acordo com as informações obtidas, ao longo do tempo, o volume de colocações são superiores às demais APAES. Analisando o histórico das instituições pesquisadas, principalmente no que se refere ao ano de fundação, constatamos que essa superioridade de colocação de educandos capacitados no mercado de trabalho deve-se ao fato de ser a APAE de Ubá a mais antiga em relação às outras e de, em 2000, esta instituição ter implantado o Projeto de Colocação no Mercado de Trabalho, visando à preparação para o mercado de trabalho em sua outra sede, situada no sítio Boa Esperança, denominada APAE Rural.

¹³ Refere-se a trabalho produtivo e remunerado em regime especial realizado no espaço da instituição formadora.

¹⁴ Processo de contratação regular em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária, que precisa da adoção de procedimentos e apoios especiais para se concretizar.

As oficinas abrigadas compõem este projeto de formação profissional, oferecendo aos educandos com deficiência oportunidade de eles realizarem atividades terapêuticas, mas focando em capacitar esses educandos para exercerem atividades produtivas nessas oficinas e, ainda, em prepará-los para serem inseridos no mercado de trabalho nas empresas parceiras da APAE, com a finalidade de obtenção de renda para os educandos e para melhorarem as condições econômicas das suas famílias.

Em relação à preparação para o trabalho na APAE Rural de Visconde do Rio Branco, parte das atividades é realizada na APAE da cidade, como escolaridade, formação humanística e informática; e outra parte, ligada a oficinas, esportes, lazer, a lidar com agricultura e cuidar de animais, é realizada na APAE Rural.

Na APAE Rural de Viçosa, a preparação para o trabalho acontece em sua sede, onde os educandos realizam atividades escolares, artesanatos e esportes. O curso de Informática é realizado na sede do Centro Tecnológico Vocacional (CTV/UFV); e, ainda, na Casa Experimental, as alunas se qualificam para o mercado de trabalho com cursos específicos voltados para gerenciar o lar, como Culinária, Artesanato, Limpeza Doméstica e Arrumação. Ressalta-se que as APAEs de Visconde do Rio Branco e Viçosa não possuem oficinas abrigadas.

As empresas parceiras que estão empregando as pessoas com deficiência pesquisadas apresentam perfis de atividades produtivas bastante diferenciadas, como: hospital, plano de saúde, ensino e capacitação, posto de gasolina, câmara municipal, grupo de empresas do ramo de alimentos, grupo de empresas do ramo de móveis.

A colocação seletiva é uma forma legal de incluir a pessoa com deficiência no Mundo do Trabalho que está amparada pelo Decreto nº 3298/99, que regulamentou a Lei nº 7853/89, a qual se refere à Política Nacional da Pessoa com Deficiência, no art. 35. Essa política define esta modalidade de contratação na forma regular, sendo necessário, portanto, recorrer a procedimentos especiais para se adequar à legislação trabalhista e previdenciária. Esses procedimentos especiais são as orientações, as supervisões, contribuição técnicas e outros instrumentos que visam compensar as limitações funcionais, motoras, sensoriais ou mentais da pessoa com deficiência, visando superar as barreiras da mobilidade, da

comunicação e permitir o aproveitamento pleno de suas potencialidades (SILVA; BEZERRA; DUARTE, 2010).

A pesquisa apontou três modalidades de colocação seletiva nas APAEs Rurais. Na primeira delas, a pessoa com deficiência realiza atividades na própria instituição que está associada relacionada à confecção de artesanatos, brindes e montagem de pregador, sem relação com a atividade fim da empresa, mas gerando renda para essa pessoa e sua família. Essa modalidade tem sido considerada inclusiva, principalmente para deficientes mais comprometidos que dependem de procedimentos de apoios especiais. Na segunda modalidade de colocação seletiva, a pessoa com deficiência realiza atividades produtivas para determinada empresa, também nas dependências da APAE, sendo remunerada por essas atividades. Porém, essa modalidade estando ligada a atividade fim da empresa a exigência de seguir padrões de qualidade dos produtos e serviços são maiores para essas pessoas com deficiência. Em contrapartida, nessas duas modalidades apresentadas de colocação seletiva, apesar de exercerem atividades produtivas nas dependências das APAEs, não caracterizando essa modalidade como inclusiva, as pessoas com deficiência e suas famílias percebem renda, além disso, observa-se os aspectos positivos em que são valorizadas e se valorizam pelo que fazem, elevando sua dignidade e autonomia. Ressalta-se ainda que na segunda modalidade os educandos com deficiência não tem os mesmos benefícios se estivesse trabalhando dentro de uma empresa.

A terceira modalidade é aquela em que a pessoa com deficiência realiza as atividades produtivas na própria empresa, como qualquer trabalhador contratado. Ainda há a forma de colocação no mercado de trabalho por meio do estágio na empresa, onde o aprendiz tem a oportunidade de se qualificar e de ocupar essa vaga.

A APAE de Ubá possui essa modalidade de contratação seletiva, por meio de convênio assinado com o Sindicato Intermunicipal da Indústria de Marcenaria de Ubá (INTERSIND). As empresas que compõem este sindicato utilizam a mão de obra dos alunos da APAE na montagem de kits de ferragens (composto por parafusos, dobradiça e outros componentes usados na montagem dos móveis). Há, no entanto, um dispositivo contrário a essa modalidade de contratação no Ministério do Trabalho e Emprego: em 14/11/2007, por meio da Nota Técnica nº

252/RR/DEFIT/SIT/TEM, ficou estabelecido que a contratação seletiva realizada fora da empresa não cumpre meta da empresa em relação à Lei de Cotas e que se constitui em segregação da pessoa com deficiência. Contrários a esse dispositivo da lei supracitada, Silva; Bezerra; Duarte (2010, p. 09), argumentam que “essa diretriz de política pública governamental anula possibilidades ao invés de criá-las” e enfatizam:

“Apesar de a pessoa permanecer na APAE e não trabalhar na atividade da empresa que a contratou, os participantes da discussão identificaram que este tipo de contratação possibilita a inserção social da pessoa que tem maior grau de comprometimento (aquela que necessita de procedimentos e apoios especiais), uma vez que a empresa contratante fica com a produção do artesanato e paga um salário a quem o produziu.” (SILVA; BEZERRA; DUARTE, 2010 p. 09)

Segundo Silva; Bezerra; Duarte (2010), apesar de as pessoas com deficiência não trabalharem na empresa que os contratou, o que se percebe é que são valorizadas pelos seus familiares e pela sociedade por serem esses indivíduos considerados capazes ao demonstrarem suas potencialidades.

Quanto ao processo preparação para o trabalho e profissionalização visando à inserção social e no mundo do trabalho da pessoa com deficiência, foi percebido, através da pesquisa, que a própria pessoa com deficiência envolvida nesse processo reconhece sua capacidade e sua habilidade e fica feliz em colocá-las em prática. A seguir, o depoimento de uma Coordenadora do Programa de Educação e Renda:

“Enquanto educadora do Programa de Educação para o Trabalho, Emprego e Renda, posso ressaltar que a aquisição da autonomia, independência e autogestão pelos alunos é muito satisfatória. Percebemos o quanto é importante o trabalho realizado a partir da potencialidade de cada aluno, e não da deficiência que possui. Atualmente, sentimos no olhar de cada membro da família e também deles próprios a satisfação de produzir algo significativo para sua qualidade de vida.” (Coordenadora)

Os profissionais entrevistados na pesquisa relataram pontos positivos quanto à autoestima dos deficientes em decorrência do envolvimento que têm nas oficinas terapêuticas e ocupacionais:

“Os alunos são bem participativos e colaboradores. Desempenham bem as atividades, fazendo com que haja um bom resultado. As atividades por eles exercidas contribuem muito para sua autoestima. Os aprendizes se mostram felizes e realizados.” (Professora)

“A criação de espaços de aprendizagem ultrapassa o aprender formal para assumir um ambiente rico de um processo mais amplo, dentro da qual se situa a individualidade do aluno, com sua identidade; sendo assim, as oficinas ocupacionais são um espaço de aprendizagem global, onde o aprendiz pode exercer suas habilidades sem nenhuma pressão, demonstrando capacidades que elevam sua autoestima, melhorando seu convívio social e facilitando os relacionamentos interpessoais.” (Professora)

“Houve um desenvolvimento significativo dos aprendizes, pois melhorou a autoestima, coordenação motora, movimento de pinça, postura, etc. A participação nas atividades levou à cooperação, colaboração e coleguismo entre eles.” (Professora)



Foto 18 – Foto da Oficina de Kit ferramentas da APAE de Ubá
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá



Foto 19 – Oficina Montagem de Kits da APAE de Ubá
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá



Foto 20 – Oficina de Pregador da APAE de Ubá
Fonte: Dados da pesquisa (2012), autorizada pela APAE de Ubá

As oficinas funcionam como uma escola profissionalizante para os alunos com deficiência, visando à sua preparação para o trabalho. Segundo Araujo (1997), a pessoa com deficiência mental leve convive em meio social simples, realizando trabalhos menos complexos e os rotineiros que a tornem integrada à sociedade. Portanto, em determinadas atividades exercidas pelas pessoas com deficiência, fica difícil identificar na pessoa a deficiência. Segundo Araujo (1997),

“A deficiência de certos indivíduos, muitas vezes, passa até despercebida, diante do grau mínimo de conflito e decisões a que eles devem ser submetidos, tratando-se de meio social de pouca complexidade. Assim, podemos afirmar que há variáveis que passam obrigatoriamente pela análise da inferioridade física que impede a

integração social, o tipo de sociedade em que o indivíduo vive e, por fim, o momento ou estágio de sua doença” (ARAUJO, 1997, p.13).

No entanto, embora o Programa de Colocação no Mercado de Trabalho pela APAE de Ubá tenha sido implantado em 2000, a inserção dos educandos com deficiência no processo produtivo, tanto na dependência da instituição quanto nas empresas da região, ainda encontra desafios ao não oportunizar acesso ao mundo do trabalho para todos eles, principalmente, para os mais comprometidos pelo grau da deficiência se devendo, conforme dados colhidos, às diversas dificuldades sendo a primeira delas, tratar-se de ordem financeira: implantar mais oficinas terapêuticas específicas e oficinas protegidas para atender as necessidades educativas e laborais dos deficientes; e aumentar o efetivo de funcionários capacitados para atendimento aos deficientes demanda vultosos recursos financeiros que a instituição não tem como arcar com esse empreendimento sem apoio da sociedade e de políticas públicas.

A segunda dificuldade se tratar necessário de um programa específico para atender as famílias dos deficientes no sentido de prepará-las também para serem incentivadoras do processo de inclusão social e produtiva dos filhos(as) com deficiência acreditando no potencial deles, ao invés das famílias ressaltarem a deficiência como caso de doença, motivo pelo qual são dependentes dos meios assistencialistas públicos.

Corroborando com a percepção desta pesquisa, de que as famílias dos educandos com deficiência precisavam ser mais participativas quanto à inserção produtiva deles no mundo do trabalho, em sua pesquisa sobre o processo de interação da APAE Rural de Ubá com as famílias dos deficientes, Soares (2006) revelou que era insuficiente a participação das famílias em termos de trocas de informação em relação à inserção deles no mercado de trabalho. Esta autora relata que os familiares eram apenas comunicados da inserção do educando no mercado, não sendo preparadas efetivamente para enfrentarem as mudanças econômicas que poderia ocorrer no ambiente familiar, bem como, em termos de sociabilidades para os educandos com deficiência estando trabalhando. (SOARES; 2006)

Pastore (2000), Sasaki (2006), entre outros autores, apontam que é na família que os grandes obstáculos à inserção social precisa ser combatida, iniciando pela sua aceitação no seio familiar e do incentivo para a pessoa com

deficiência frequentar todos os ambientes sociais. Sasaki (2006), afirma que “a inclusão social engloba a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem através da cooperação” (SASSAKI, 2006 p.41). Mas, ao contrário disso, a pesquisa revelou a ocorrência ainda, de segregação da pessoa com deficiência sendo mantida em casa por receio da família em expor essa pessoa para a sociedade.

Convém oportunamente ressaltar, em relação às APAEs Rurais de Viçosa e Visconde do Rio Branco, que essas instituições possuíam o Programa de Colocação no Mercado de Trabalho, mas não as oficinas profissionalizantes nos molde de oficina abrigada e protegida que possibilitaria aos deficientes se prepararem melhor para ocuparem melhores postos de trabalho nas empresas da região. Assim, essas instituições também enfrentam o desafio de não oportunizar a todos os educandos com deficiência a inserção no processo produtivo do mundo do trabalho. Em entrevista com os diretores dessas instituições, tanto Viçosa quanto Visconde do Rio Branco tem projetos apresentados à Secretaria de Ação Social das Prefeituras de seus municípios e a outros órgãos envolvidos com a causa da inserção da pessoa com deficiência nos ambientes sociais e no mundo do trabalho aguardando aprovação e recursos para sua implantação. Em Viçosa, por exemplo, segundo a direção da instituição a APAE Rural aguarda a aprovação do Projeto de Produtos Orgânicos em parceria com a Universidade Federal de Viçosa.

Segundo a direção das APAEs pesquisadas, estas instituições passam por dificuldades de ordem financeira, motivo pelo qual muitos projetos são adiados pela falta desses recursos. Um diretor relatou que o atraso no repasse de verbas dos convênios é constante, o que torna a receita menor do que as despesas. Assim, ressaltou que a instituição sobrevive de doações e dos eventos que realiza e que só com a receita “fixa” não daria para manter a instituição, que fica sempre em dificuldade financeira.

A terceira dificuldade para a inserção encontra-se nas empresas da região pesquisada, não se revelando a preocupação e a responsabilidade social por parte de todas as empresas em tornar natural o processo inclusivo sem a necessidade de imposição de leis. Segundo Esteves (1999), o reconhecimento da diversidade no

meio empresarial, enquanto um meio que visa competitividade e lucro, não está dissociado da responsabilidade social. Todavia, ainda que se tenha um conjunto de iniciativas sociais, a diversidade não se configura como item de preferência no campo empresarial, conforme esse autor, havendo incoerência entre o discurso formal, da ação praticada no âmbito empresarial em relação ao gerenciamento da diversidade.

Por outro lado, segundo Castel (1998 p. 522-523), “seria injusto fazer a empresa arcar com toda a responsabilidade dessa situação. Seu papel é realmente dominar as mudanças tecnológicas e submeter-se às novas exigências do mercado”. Nas histórias das relações de trabalho, de acordo com esse autor, todas as vezes que os empregadores foram solicitados para o “fazer social” como a filantropia patronal do século XIX, eles defenderam exatamente aos interesses da empresa. A empresa tendo como princípio a lógica do mercado, e da economia, a manobra do “fazer social” se torna estreita. No entanto, de acordo com Castel, “a problemática da coesão social não é a do mercado, a solidariedade não se constrói em termos de competitividade e de rentabilidade” (CASTEL, 1998, p. 523). Nesse sentido, Esteves (1999), enfatiza a necessidade de transformação cultural no campo empresarial para que as iniciativas voltadas para a diversidade não se sustentem somente em seus interesses financeiros.

Sendo assim, apesar de inúmeras leis que asseguram a inserção no trabalho para essas pessoas, como a lei de reserva vagas, conhecida como a Lei de Cotas, muitos deficientes permanecem fora do processo produtivo por vários motivos: não ter vaga para todos; da qualificação profissional que também não atende a todos; e as barreiras impostas pelas famílias.

Diante dessa esteira de situações que dificultam a inserção da pessoa com deficiência, apenas poucos deficientes conseguem almejar um posto de trabalho, ou seja, os mais capacitados, os mais ágeis que compreendam e atendam com mais rapidez as necessidades impostas pelo setor produtivo; ainda assim, aqueles que não geram transtornos em relação à sociabilidade no ambiente de trabalho; e também dos que não signifique gastos a mais com adaptações para a sua colocação no ambiente de trabalho.

Nos relatos de profissionais das instituições formadoras pesquisadas, as empresas poderiam absorver mais pessoas em seu processo produtivo, mas o

processo de seleção torna-se grande empecilho pela necessidade de elevada exigência dos níveis de escolaridade e de capacidade dos deficientes, sobretudo dos deficientes intelectuais, para ocuparem os postos de trabalho, em atividades que na maioria das vezes são simplórias como na linha de produção e de limpeza. Nessa pesquisa, foram relatadas estas atividades simples exercidas nas linhas de produção e de limpeza nas empresas que empregam os trabalhadores com deficiência formados pelas instituições pesquisadas. Segundo Tomasini (1993),

“Acreditamos que o trabalho é um instrumento de integração do indivíduo portador de deficiência na sociedade, mas a forma como se desenvolve o processo de preparação há que ser re-discutida, sob pena de estarmos, apenas, oferecendo ao sistema capitalista uma “peça” a mais para suas engrenagens. Quanto a não aceitação deste mesmo deficiente como trabalhador pelo mercado de trabalho, pensamos ser um problema que não diz respeito só ao empresariado, mas sim a toda a sociedade baseada em padrões e valores, que a incapacitam a lidar com o “diferente”, não o considerando seu produto, gerado por mecanismos de seu próprio meio.”(TOMASINI, 1993, p. 130)

Teodósio (1999) classifica essas atividades simples como *inclusão excludente*, pelo qual, o trabalhador com deficiência recebe dos companheiros de trabalho atenção paternalista. A realização de atividades simples pelas pessoas com deficiência fortalece o conceito social de estigmatizar essas pessoas como improdutivas, tornando-as, segundo Tomasini (1996), excluídas do processo produtivo e da possibilidade de se profissionalizar-se. Como educadora especializada em lidar com as questões que envolvem a pessoa com deficiência, Tomasini reflete sua preocupação ao dizer que “por não desenvolvermos suficientemente as potencialidades desse grupo de indivíduos, os deficientizamos ainda mais. Um indivíduo sem êxito, na maioria das vezes, é reduzido ao atributo negativo que carrega” (TOMASINI, 1993, p. 129).

Conforme comentado, o processo de inserção no mundo do trabalho competitivo na região pesquisada não atende a todos, porém, mesmo mediante as dificuldades elencadas, os educandos da APAE Rural são estimulados a exercerem atividades voltadas para o mercado de trabalho e a fazer tarefas domésticas em casa. Esse dado parece irrelevante, porém, incide sobre a ampliação da autonomia e da independência da pessoa com deficiência, em termos do cuidado de si e da sua capacidade de colaborar com a família, seja nas

atividades domésticas, seja nas atividades realizadas fora de casa, como a limpeza do quintal, o cuidado dos animais de pequeno porte, a limpeza e a capina do quintal, etc. O relato de um educando que passou pelo processo formativo revela a importância da aprendizagem em atividades simples, mas que se traduz em autonomia e independência que a pessoa carrega para sua vida: Antonio, de 21 anos, deficiente intelectual, contou que, além de trabalhar em uma empresa de alimentos, trabalha, também, na propriedade da família, procurando sempre ajudar. Como Antonio, Eduardo, de 32 anos, deficiente intelectual e múltipla, contou que ajudava nas tarefas de capina e limpeza de quintal na propriedade da família. Nesse sentido, é importante destacar que a sociabilidade deve ser percebida essencialmente pela associação entre indivíduos, permitindo que ocorram trocas de experiências e de informações entre eles. Além disso, a sociabilidade rompe com o isolamento doméstico, manifestando-se em autoestima, na autonomia e no alcance de transformações afetivas com proveito significativo nas relações da família e da comunidade.

Nesta pesquisa, em entrevistas com os familiares, principalmente com as mães que lidam mais diretamente com a pessoa com deficiência, percebeu-se a grande preocupação na questão da autonomia dos(as) filhos(as), de cuidarem de si, de serem independentes, pois as mães temem que, em sua falta, os filhos não sejam cuidados da mesma forma como elas cuidam. Das 36 entrevistas com mães e responsáveis pelas pessoas com deficiência que residem no meio rural, comunidades ou cidade de pequeno porte, observou-se a faixa de idade desses cuidadores, apresentada de acordo com o quadro 4 abaixo:

Mães e responsáveis pelos educandos	
Faixa de idade	%
50 a 60 anos	44,4
61 a 70 anos	30,5
71 a 80 anos	8,3

Quadro 4 – Faixa de idade das Mães e Responsáveis

Fonte: dados da pesquisa, (2012)

Assim, a pesquisa procurou perceber a importância da autonomia e independência da pessoa com deficiência do ponto de vista das mães com essas

preocupações e muitas delas destacaram as capacidades e habilidades dos filhos nesse sentido. Dona Tereza, mãe do meio rural de Ubá, mãe de Mariana, deficiente intelectual, conta que a filha se cuida sozinha e também de suas coisas. O mesmo acontece com Emanuel: segundo seu pai, Sr. Osvaldo, ele toma os medicamentos e avisa quando está quase acabando.

A seguir, alguns relatos dos educandos com deficiência que estão se profissionalizando nas oficinas abrigadas. Foi feita a pergunta: *O que mudou em sua vida a partir do momento que começou a trabalhar? Como está sendo o seu dia a dia?*

“[...] melhorou meu comportamento; aprendi a produzir e montar kits de ferragem, montar pregador, fazer tapetes, fazer papel reciclado e fiz um curso de cozinha [...]” (Sílvia – deficiente intelectual)

“[...] está sendo bom porque é melhor trabalhar do que ficar à toa. Montei kit de ferragem, montar pregadores e artesanato [...]” (Pedro – deficiente intelectual e múltipla)

“[...] mudou muita coisa. Aprendi a fazer papel reciclado. Ajudo a carregar e descarregar materiais. O trabalho é muito importante na minha vida [...]” (Eduardo – deficiente intelectual)

“[...] estou gostando muito. Aprendi a montar pregador. Foi uma oportunidade porque eu não sabia fazer nada [...]” (Roberto – deficiente intelectual e múltipla)

“[...] está sendo bom. Lá no pregador estou aprendendo uma profissão. Aqui estão meus amigos. Aprendi a ter responsabilidade e a acordar cedo. Visto meu uniforme e venho pra cá [...]” (Carlos – deficiente intelectual)

“[...] mudou minha vida quando comecei a participar da oficina. Aprendi a montar kits para a empresa. Aprendi a ajudar outras pessoas [...]” (Fernando – deficiente intelectual)

Os dados apontam que as instituições pesquisadas, embora enfrentem desafios financeiros conforme comentados, buscam como missão a plena realização dos direitos essenciais do cidadão com deficiência a partir de ações relacionadas à educação, saúde, trabalho e bem estar social. Foi observado que, quando se oferece tratamento e educação apropriada, as pessoas com deficiência conseguem desenvolver capacidades que contribuem para superar suas limitações,

o que reforça a sua autoestima e autonomia. Para complementar a formação de seus educandos, esta pesquisa constatou que são exercidas atividades nas áreas de educação física, artística, orientação sexual, informática educativa, atividades artesanais e, ainda, atividades voltadas para iniciação para o trabalho, curso de formação para o trabalho e profissionalização dos seus educandos, visando a sua inserção social e no mundo do trabalho.

5.4 Formas de sociabilidade das pessoas com deficiência em sociedades rurais

As sociedades rurais se diferenciam da sociedade urbana pela peculiaridade de sua organização, mas essencialmente, em virtude de seus valores culturais presentes ao contemplar o grupo de vizinhança orientado pela necessidade de compartilharem interesses entre si, e das situações vivenciadas nesses grupos, permitindo que se estabeleçam as relações interpessoais de ajuda mútua. Dessa forma, as redes de sociabilidade se expressam pela participação coletiva como nas atividades religiosas do grupo. Mas, além desse fator, a estabilidade econômica dessa sociedade se forma, de acordo com Queiroz (1973), através da solidariedade entre os conjuntos de atores sociais formadas enquanto famílias, que realizavam trabalhos na roça, permitindo a garantia da sustentabilidade econômica da comunidade rural possibilitando a obtenção dos insumos e mercadorias produzidas na cidade. (QUEIROZ, 1973)

Para Campos (2011), em seu estudo sobre a “Educação do caipira: sua origem e formação” essas atividades na roça se caracterizam pelo mutirão, eram responsáveis pela continuidade e desenvolvimento dos grupos sociais de sua pesquisa. Conforme o autor, na sociedade rural, sua cultura é marcada essencialmente, pela existência da ajuda mútua ou participação comunitária. Segundo o autor:

“As tradições de participação comunitária expressavam-se de diferentes maneiras. Podiam envolver apenas algumas pessoas, como no caso de uma mulher que se encarregava de cuidar de uma parturiente e assumir todos os cuidados domésticos, durante o período em que a mulher que deu a luz não podia trabalhar; mobilizar dezenas

de pessoas, como num mutirão de preparo de pasto, construção de uma estrada ou ponte, na barreação de uma casa para os noivos ou reformar a morada de um idoso ou família necessitada; ou também para construir ou na manutenção da capela do padroeiro do bairro.” CAMPOS, (2011, p.501)

Na descrição desse autor, a solidariedade entre os grupos de vizinhança era marcada a partir da realização de tarefas, empregando o termo de Thompson, associadas às necessidades sentidas, não se constituindo em atividades com hora marcada para ser realizada em prol de sua melhor eficiência, mas pela duração das tarefas. De acordo com Thompson (1998), a noção do tempo para os camponeses era estipulada pelo o tempo da natureza que regulava o calendário agrícola. Além desse fator, as tarefas, por terem um caráter “comum”, deixavam a sensação de continuidade entre o que se fazia como “trabalho e a vida.” (THOMPSON, 1998)

Queiroz (1973), também fala dos bairros rurais em que se desenvolvem relações de trabalho entre si, motivadas pela ajuda mútua, e, por conseguinte, conservando as relações de vizinhança manifestada na participação coletiva e socialmente igualitária, tanto nas atividades quotidianas quanto religiosas do grupo (QUEIROZ, 1973). Nesse sentido, a autora fala também, da construção do sentimento de pertencimento à mesma comunidade, como sendo fundamental para configurar o espaço geográfico e social do grupo.

Na pesquisa de campo, nas entrevistas com os familiares dos educandos com deficiência que moravam no meio rural, foi importante perceber que eles se conheciam e se reconheciam nas distinções que faziam de si e do grupo de vizinhança, ao contarem sobre os lugares em que viviam, embora na maioria das entrevistas, os grupos familiares estivessem dispersos. Sendo assim, baseadas nas definições dos bairros rurais e nas sociedades rurais pelos autores supracitados, estas comparações encontradas nas localidades visitadas se justifica por serem semelhantes entre si, principalmente, quanto ao estabelecimento das redes de sociabilidades.

Certamente, estas redes de sociabilidade possuem suas características próprias, mas na busca pela percepção da existência de sociabilidade nessas sociedades rurais que favorecessem a qualidade de vida das pessoas com deficiência, o pesquisador presenciou intensos contatos entre a vizinhança, ainda diversas formas de cooperação; trabalho baseado na mão de obra familiar e

trabalho assalariado por membros das famílias, nas granjas de criação de frango e lavouras da região; além de diferentes formas de composição familiar como educandos que moram com parêntese e com avós; que passaram a morar com irmãos; e pelo menos dois casos em que os vizinhos da comunidade assumiram os educandos com deficiência.

A sociabilidade relatada pelos familiares dos educandos com deficiência e as formas de organização social percebidas pelo pesquisador nos lugares que visitou, estavam pautadas nas práticas religiosas, nos laços de parentesco e de amizades entre os vizinhos, e de acordo com a semelhança dos estudos de Queiroz (1973) e Campos (2011), certamente as redes de sociabilidades formadas, eram responsáveis pela organização e configuração dessas comunidades rurais pesquisadas, o que possibilitava a permanência das famílias dos educandos com deficiência nessas sociedades rurais, assim como o sentimento de pertencimento ao lugar de origem, percebido pelo pesquisador.

Dessa forma, nesta pesquisa, que visava perceber a sociabilidade e as possibilidades de inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, mesmo no espaço rural, observou-se nos lugares visitados que as pessoas com deficiência estavam integradas nessas sociedades rurais, principalmente pelos laços de parentesco e de amizade entre suas famílias e a vizinhança dos lugares, sendo esta observação uma questão fundamental da investigação.

A sociedade rural, enquanto formação de grupos de vizinhança, de acordo com Queiroz (1973), constitui-se a expressão mais visível da solidariedade grupal. Sendo assim, em relação à percepção da pessoa com deficiência integrada nessa sociedade, como apontado nos relatos dos familiares, ela era percebida como integrante dessa sociedade. Para a pessoa com deficiência, nesse contexto de sociedade, conforme revelou a pesquisa, a qualidade de vida traduz-se em movimentar-se de um lugar a outro, em ser conhecida dentro do seu limite de espaço geográfico e social.

Portanto, considerou-se importante nesta pesquisa, compreender o trabalho exercido pelas pessoas com deficiência no meio rural, com o intuito de se perceber sua integração nessa sociedade.

Em relação às atividades realizadas, especificamente, pelas pessoas com deficiência que residiam em comunidades rurais, das 36 entrevistas realizadas,

apenas 8 famílias declararam que os deficientes não contribuíam com nenhuma tarefa, justificando tal fato pelo grau da sua deficiência. Nas atividades dentro de casa e ao redor da residência, nove entrevistados responderam que o(a) filho(a) deficiente realizava tarefas simples, como pegar uma roupa no varal, varrer o quintal, tratar dos animais, jogar água nas plantas e colher frutas e verduras. Em tarefas agrícolas, que envolvem um maior grau de dificuldade como capina, plantação na propriedade, limpeza do curral, limpeza de terreiro, vacina do gado e coleta de lenha no mato próximo estiveram relacionadas a onze dos entrevistados.

Assim, foram entrevistados seus familiares para saber se a participação da pessoa com deficiência tem sido efetiva e como é essa participação. Dona Tereza, mãe de Mariana, conta que a filha, por estudar na APAE, tem aprendido bastante coisa. Segundo a mãe:

“Tanto lá na APAE como em casa ela faz bastante coisa, colaborando sempre. No momento ela está fazendo o curso de auxiliar de cozinha. Então o que ela aprende lá, ela está fazendo em casa. A gente fica satisfeita! Ela tem se desenvolvido bem!” (Dona Tereza)

A mãe de Gilberto conta que, por morar afastada num povoado e por ter vindo do meio rural, ela incentiva o filho a plantar e a cultivar uma horta. Segundo Fátima, a mãe, ele faz muito bem tarefas de capina, limpeza ou pequenas tarefas como buscar ou levar coisas em casas dos vizinhos ou fazer compras na mercearia próxima. Ela ainda conta que o filho,

“[...] com o que aprendeu na APAE Rural, conhece todos os tipos de hortaliças e legumes. Na comunidade também faz serviços para os vizinhos, como limpeza, capina e horta. Ele ganha uns trocados e fica muito feliz! É, melhor do que ficar parado.” (Dona Fátima)

A mãe de Gabriel, moradora em uma comunidade próxima a Ubá, conta que o filho em casa e na comunidade faz muitos serviços. Segundo Heloiza, a mãe, *“ele planta, faz limpeza de quintal, cuida da horta e dos animais da propriedade, galinha, porco, cachorro. Ele ajuda a gente indo na venda para comprar alguma coisa e marcar consulta no posto de saúde”*. A mãe ainda descreve que ele é prestativo e, por isso, os vizinhos sempre o estão chamando para fazer alguma coisa. No caso de Marcelo, sua mãe diz que:

“Em casa ele faz de tudo, cuida da horta, faz serviço de capina!... Ele aprendeu na APAE. Ele lava vasilha melhor do que mulher e ajuda muito no dia das compras. Ele carrega tudo. Está sempre fazendo alguma coisa para os vizinhos.” (Dona Ermínia)

Dona Silvana, responsável por dois irmãos, Luís e Regina, conta que agora, quando ela pede para Luís fazer alguma coisa, ele responde assim: “*É ruim hein?!?!?*”. Ela conta que ultimamente tem medo de pedir a ele que faça alguma atividade pelo medo de ele se machucar, pois, como está obeso e toma remédio controlado, tem medo de que caia e bata a cabeça, o que pode piorar ainda mais a situação dele, mas se pedir, ele faz. Na opinião de Dona Silvana: “*Eu prefiro que eles fiquem quietinhos na varanda, onde tem bastante espaço, do que machucados*”. O marido de Dona Silvana conta que:

“[...] antes, quando mais novo, ele jogava bola, chutava muito bem. Nas atividades na roça ele ajudava bastante, com a Tobata ele ia na frente e quando ela atolava ele ficava de costas e fazia um leve, para tirar a Tobata do atoleiro, era o que ele mais gostava de fazer. Não gostava de plantar. Já Regina era mais quieta, ficava mais na dela”.

Dona Ivone, mãe de quatro filhos com deficiência intelectual e múltipla, conta que, pela dificuldade dos meninos, eles não a ajudavam antes, mas agora que estão andando, estão fazendo alguma coisa. Segundo ela,

“[...] depois de 15 anos e o tratamento da APAE foi que eles começaram a me ajudar, depois que eles começaram a andar, que começaram a se movimentar e começou a entender, que começou a falar é que agora eles já fazem alguma coisa, alguma atividade. Aquela ali (Maria Elisa) arruma a cozinha, a outra também (Isabel) já borda na APAE; o Paulinho junta o lixo do banheiro e põe no tambor que é pra mim poder queimar, lava os calçados deles.”

Também Dona Cecília, mãe de Miguel, dá o seu depoimento nessa mesma direção. Segundo ela, o filho depois que começou a estudar na APAE, “está fazendo bastante coisa em casa. Está capinando e varrendo o terreiro, separando o lixo e arrumando a cozinha”. Mas, de fato, o que ele mais gosta é de cuidar dos animais. Tarefa que ela costuma deixar sob sua responsabilidade, uma vez que ele “trata dos animais direitinho”. Já Felipe mora em São Geraldo, é irmão de Janaína conta que

“Janaina ajuda bastante, é assim, é dessas pessoas que você não precisa ficar mandando fazer não, pega, vê o que é preciso e faz, lava, limpa a casa, ela... outra irmã que casou, então, a tarefa de limpar a casa ficou com ela, ela só não cozinha, mas tirando isso, com exceção disso, o resto ela lava, limpa a casa cuida da horta”.

Dona Sandra Aparecida, irmã e cuidadora de Francisco, conta que se for preciso dele buscar alguma coisa no mercado ele vai. Segundo ela, “é só mandar escrito que é para ele não fazer confusão, pois não conhece dinheiro porque não diferencia a cor. E também não esquece de pedir o troco”. Em casa ele faz, cuida do quarto dele e tem responsabilidade com os seus medicamentos e os toma sozinho. Além disso, ele auxilia o cunhado no trabalho na granja, limpando o espaço, recolhendo os ovos e colocando-os nas cartelas. Habilidades que ele desenvolveu na APAE. Com isso, ele consegue “ganhar uns trocados do cunhado”.

Dona Eni reside no meio rural de Guidoal, mãe de Douglas, um dos alunos da APAE. Ela nos conta que o filho desenvolve muitas atividades na propriedade. Segundo ela: “Ele tira leite, faz plantação e sabe montar cavalo muito bem. Sabe mexer em computador direitinho. Todos comentam! Mas só não gosta é de estudar!”. Dona Maria Alice, mãe de Carla, moradora de uma comunidade rural afastada de Viçosa, conta que a filha Carla tem aprendido muita coisa na APAE Rural:

“[...] agora até almoço já está fazendo. Os outros filhos notaram a diferença do arroz da filha quando ela fez pela primeira vez, porque o arroz que eu faço é empaçocado, grudado. Quando eu contei para os irmãos que ela tinha aprendido a fazer arroz, eles quase não acreditaram, os irmãos elogiaram ela, deram os parabéns à irmã pelo almoço. [...] faz muitas coisas, artesanato, sabe fazer ponto em cruz, coloca agulha na linha e isto é melhor para ela mesma. [...] ela borda pra danar, faz cachecol.” (Maria Alice)

Outro entrevistado foi Sr. Hélio que é morador do meio rural de Viçosa e é irmão e responsável por Gustavo. Ele conta que Gustavo hoje está bem melhor do que antes de ir para a APAE Rural. O irmão trabalha na roça plantando feijão e milho direitinho, sob a supervisão de alguém. Dona Leila, mãe de Darlan, que tem deficiência intelectual e múltipla, conta que o filho atualmente está bem, mais tranquilo. A mãe disse que o filho ajuda a família nas atividades do cultivo do

café, desenvolvida pela família. Segundo a mãe, “Darlan ajuda a separar o café, a separar as cascas, e a juntar o café. Ele contribui!”

Antonio, aluno da APAE Rural mora na zona rural de Visconde do Rio Branco e agora está trabalhando em uma empresa de alimentos. Segundo ele, “no meio rural é bom por um lado, mas também difícil por outro, porque tem que trabalhar muito e todo o dia”. Antonio diz que na propriedade da família ajuda de várias formas, tanto com o dinheiro que recebe da empresa onde trabalha quanto com as tarefas da roça (agrícolas) para ajudar a família. Na propriedade ele limpa o curral, junta o gado para tirar o leite, vacinar. Antonio, deficiente intelectual, conta que com os cursos da APAE aprendeu bastante coisa. E isso o ajudou a arrumar um emprego com carteira assinada. Ricardo, gerente de recursos humanos da empresa onde Antonio trabalha, disse que ele é “uma pessoa de quem todo mundo gosta muito, trabalha mesmo e tem muita responsabilidade com tudo, inclusive com o horário. Nunca chega atrasado!” O gerente ainda reforçou que, nas horas vagas, Antonio continua ajudando na propriedade da família. Ricardo contou ainda que o funcionário é bastante sociável – praticamente conhece todo o setor, procurando sempre ajudar os demais companheiros de trabalho.

Os relatos dos cuidadores, associados às realidades de cada uma das pessoas com deficiência, evidenciam que, no meio rural, de alguma forma cada um deles conseguia “fazer algo” e se inserir nas atividades cotidianas do grupo familiar e mesmo da comunidade local. De outro lado, coloca-se também a reflexão sobre a capacidade das famílias em lidar com as diferenças, estimulando-as a participarem no dia a dia familiar, conforme suas possibilidades e independente dos resultados.

Buscamos analisar também a inserção social a partir da percepção que os cuidadores tinham do significado do morar no meio rural para a pessoa com deficiência, especialmente em relação ao cuidado que podiam ter nessa localidade. Em relação a esse dado, a maioria dos entrevistados relatou não ter dúvida quanto ao fato de ser bem melhor residir no meio rural do que na cidade, como mostram os depoimentos abaixo: disse que

“Não tem lugar melhor, aqui é mais tranquilo, a gente conhece todo mundo, tem muita coisa para fazer, eu incentivo muito meu filho a fazer as coisas da roça, ele planta, cuida da horta que temos no terreiro

e conhece todos, capina, e ele gosta bem.” (Dona Fátima, moradora na zona rural de Ubá, mãe de Gilberto).

“Morei em outros lugares, até perto da cidade uns tempos, mas não deu muito certo! Mas depois que mudamos aqui pra Cachoeirinha é que Márcia se desenvolveu, que ela tomou corpo, que ela se desenvolveu totalmente. Márcia se deu muito bem na Cachoeirinha. O pessoal aqui deu muita atenção pra ela. E acho que tudo influenciou, tudo ajudou! Morar na roça foi muito melhor do que na cidade. Se ela for na venda, o pessoal pergunta a ela se sua mãe sabe que ela está aqui.” (Dona Edna, moradora de Cachoeirinha, e mãe de Márcia Alves)

Dona Marli, moradora em uma comunidade próxima a Guidoal, MG, mãe de Vicente, enfatizou que “a cidade pequena é afastada da cidade grande, mas é melhor para criar os filhos, principalmente ele que tem esse problema”. E, segundo ela, o preconceito na cidade atual “é diferente”, porque as pessoas já o conhecem. E, numa cidade maior como era o caso de Ubá, o filho teria que ficar trancado em casa. Já dona Mariza, moradora do meio rural de Viçosa, mãe de Neuza, relatou:

“No meio rural é bom e não é, né? Porque em Viçosa você compra tudo e aqui é bom que você já planta muita coisa. Aqui você não paga água, só luz – mixaria de luz. Aqui você planta arroz, feijão, o milho que faz fubá, é verdura, você cria frango. [...] Para criar ela aqui é bem melhor. O ar é mais puro, a minha filha não adocece. Ela não gripa, aqui ventila, é gostoso, ventila aquele ar puro. Posso deixar ela passeando, se tá calor tem uma carreira de bambu, tem pé de manga, a gente coloca ela na sombra. Se tá frio põe na beira do fogão, esquenta, é muito bom.”

Dona Mariza ponderou que no meio rural era difícil só quando se adoecia. Se adoecesse, tinha que pagar um carro para levar a filha para a cidade. A dificuldade ou a falta de transporte público, inclusive, é um aspecto que limita as famílias de manterem uma assiduidade nas APAEs frequentadas. O pesquisador, repetidas vezes, ouviu dos depoentes que os deficientes iam menos vezes do que precisavam às APAEs para fazer o tratamento e o acompanhamento pela dificuldade de “meio de transporte no meio rural”. Alguns entrevistados relataram que na sua região o ônibus só passava no período escolar, não havendo, ainda, transporte à noite. Assim, quando precisam ir à cidade, como conta Dona Rosa, mãe de Vinícius, têm que andar quase dez quilômetros até chegar à estrada para

pegar o ônibus, que também não passa toda hora e, se tiver lotado, não para. Há casos em que a prefeitura das cidades assistidas pelas APAEs fornecem o transporte uma ou duas vezes por semana. No entanto, ainda assim, seria insuficiente para o tratamento terapêutico da pessoa que necessita de tratamento mais intensivo. Tal fato ficou evidente ao longo da pesquisa: as pessoas com deficiência que residiam no meio rural tinham uma menor frequência aos tratamentos e acompanhamentos especializados oferecidos nas APAEs, o que poderia ser um fator de comprometimento ao seu desenvolvimento psicossocial e psicomotor. Dona Silvana conta:

“Os dois irmãos começaram a frequentar a APAE depois de certa idade, porque eles moravam na zona rural e ficava muito difícil levar eles todos os dias na APAE mais por questões financeiras dos pais e pelo transporte, quando chovia então, aí que não dava mesmo. Naquela época era charrete, cavalo, levar lá era difícil. Acredito que isso prejudicou muito a aprendizagem deles porque passou do tempo da aprendizagem.”

Dessa forma, as barreiras quanto à acessibilidade encontram-se na ausência de uma cultura inclusiva. Segundo Neto; Balçanelli (2009), a acessibilidade está intimamente ligada ao conceito de inclusão, pela adequação de requisitos básicos como a “acessibilidade arquitetônica: acessos sem barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos” (Neto; Balçanelli, 2009, p.6)

A acessibilidade é um atributo indispensável no processo de inclusão social, pelo qual possibilita o direito da pessoa com deficiência participar dos processos sociais que se referem à educação, saúde, trabalho, lazer, turismo e cultura. Contudo, Neto; Balçanelli (2009) ressaltam que a “acessibilidade e a garantia da oferta de serviços não são sinônimas, uma vez que pode existir excesso de oferta de serviços, mas não acessibilidade, e vice-versa”. É o caso de uma pessoa com deficiência que tenha os serviços de saúde, educação e lazer disponíveis onde mora, no entanto, não tem os meios de transportes adequados para que possa se deslocar e desfrutar desses serviços.

Portanto, é do entendimento de todos os cidadãos, independente da pessoa apresentar ou não qualquer tipo de deficiência, que a acessibilidade aos locais faz parte do planejamento dos municípios em oferecer os serviços para facilitar o

deslocamento das pessoas com deficiência. Portanto, julga-se necessário ressaltar o que se entende por acessibilidades na definição do decreto 5296/04 que regulamentou as leis 10.048/2000 e 10.098/2000 que cumpre estabelecer a aprovação de projetos de acessibilidades de natureza: arquitetônica; comunicacional; metodológica; instrumental, atitudinal e de transporte coletivo. A Lei nº 10.098, de 19/12/2000, Art.1º, estabelece *normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação* (A íntegra desse Decreto no ANEXO E).

Convém evidenciar, em relação à acessibilidade aos serviços de transporte coletivo, o Art. 31 desse Decreto, que compreende o transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, e são integrantes desses serviços os veículos, terminais, estações, pontos de parada, vias principais, acessos e operação. O transporte rodoviário é classificado em urbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual. No Art. 33 **o governo municipal é responsável pela concessão e permissão do transporte coletivo do município** (Grifo nosso).

Ainda, de acordo com o Decreto 5296/04:

Art. 34. Os sistemas de transporte coletivo são considerados acessíveis quando todos os seus elementos são concebidos, organizados, implantados e adaptados segundo o conceito de desenho universal, garantindo o uso pleno com segurança e autonomia por todas as pessoas.

Parágrafo único. A infra-estrutura de transporte coletivo a ser implantada a partir da publicação deste Decreto deverá ser acessível e estar disponível para ser operada de forma a garantir o seu uso por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 35. Os responsáveis pelos terminais, estações, pontos de parada e os veículos, no âmbito de suas competências, assegurarão espaços para atendimento, **assentos preferenciais e meios de acesso devidamente sinalizados para o uso das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.** (Grifo nosso)

Art. 36. As empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos, no âmbito de suas competências, deverão garantir a implantação das providências necessárias na operação, nos terminais, nas estações, **nos pontos de parada e nas vias de acesso,**

de forma a assegurar as condições previstas no art. 34 deste Decreto. (Grifo nosso)

Parágrafo único. As empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos, no âmbito de suas competências, deverão autorizar a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" após certificar a acessibilidade do sistema de transporte.

Art. 37. Cabe às empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos assegurar a qualificação dos profissionais que trabalham nesses serviços, para que prestem **atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.** (Grifo nosso)

Dessa forma, como solução de parte dos problemas, a APAE de Ubá, mediante muitas dificuldades encontradas com o transporte dos educandos com deficiência e depois de bastante tempo de espera, foi contemplada, em 2011, com um veículo adaptado com elevador para duas cadeiras de rodas e capacidade para 40 passageiros. Esta conquista é uma política pública essencial para inclusão social visando atender a demanda por transporte coletivo diário, dos educandos com deficiência e dos profissionais do centro da cidade, sede da APAE para o Centro Profissionalizante “Boa Esperança” onde se localiza a APAE Rural.

No contexto desta pesquisa, cabe ressaltar a necessidade do serviço de transporte coletivo que atenda às pessoas com deficiência e seus familiares que moram no meio rural em seus deslocamentos até as cidades, de forma a abranger os demais municípios pesquisados, conforme mencionado.

A despeito das condições precárias de transporte, a maioria considerou que o meio rural era um bom lugar para se cuidar dos parentes com deficiência. Esse era o caso de Dona Ivone, mãe de quatro filhos com deficiência e, segundo ela, o meio rural era muito bom para cuidar dos filhos. Eles tinham bastante espaço para circular em volta da casa, e ver uma coisa, ou outra, “mas o transporte para levar os filhos para a cidade para fazer tratamento e acompanhamento era o grande problema”. Dona Iracema, que morava no meio rural de Visconde do Rio Branco, nos contou que criou seu filho no campo em função de não poder levá-lo para fazer o tratamento todos os dias na cidade já que “a vida era difícil e o marido

trabalhava na fazenda”. Ela conta que ele gostava muito da vida no campo e para ela era fácil cuidar dele, porque ele estava por perto. Segundo ela,

“Ele foi crescendo na roça mesmo, ajudando a lavar roupa e no cuidado com o gado no pasto. Isto ele fazia muito bem desde os 10 anos. Quando tinha que buscar o cavalo, ia, colocava o cabresto nele e trazia, mas não montava porque tinha medo.” (Dona Iracema)

Os depoimentos evidenciam que o contexto de uma cidade pequena traz a possibilidade de relações mais personalizadas, como é o caso de Felipe que é deficiente visual e de Francisco:

“Morar em uma cidade pequena é bom porque conhece todo mundo e eu, que modéstia à parte toco umas músicas, tenho facilidade em cantar e tocar violão, então, sou bastante conhecido e minha família também.” (Felipe – deficiente visual)

“Francisco foi criado muito solto e a cidade pequena no caso dele não tem influência porque aonde ele vai, faz amigos. Por exemplo, fomos para o Rio de Janeiro e ele fez bastante amigos lá.” (Dona Sandra, irmã de Francisco)

No entanto, a proximidade das relações pessoais nem sempre está destituída do preconceito. Os depoimentos revelaram também várias situações de preconceito vivenciadas tanto no meio rural quanto na cidade. Dona Tereza, moradora da zona rural de Ubá, mãe de Mariana, disse que já se envolveu em algumas confusões por causa da filha, porque outras crianças “implicavam com ela”. No entanto, segundo ela, “logo as mães dos outros meninos reconheciam que seus filhos estavam errados e voltavam a conversar”. Silvana, irmã de Luís, moradora no meio rural de Ubá, relatou que já percebeu o preconceito, “mais pelos próprios familiares mesmo, mas superou tudo isso”. Todavia, alguns depoimentos realçaram o argumento de que o preconceito no meio rural seria menor em comparação à cidade.

“Eu sofro muito com ele, inclusive ali na rodoviária, tinha um parquinho eu cheguei com ele assim, o pessoal ficava olhando, não tirava os filhos deles, tinha três ou quatro meninos, só ficaram um mais ele. Minha família também não me dá apoio”. Na cidade, eu passo muito apertado sozinha. Na cidade o preconceito é mais do que aqui no rural”. (Dona Marli, mãe de Vicente – deficiente intelectual)

“Quanto ao preconceito, eu não tenho problema, porque o meu filho sorri para todo mundo, brinca, dá gargalhada. O pessoal gostava dele tanto na roça quanto na cidade.” (Dona Sueli, mãe de Luis Fernando – deficiência intelectual e múltipla)

Dona Ivone, mãe de quatro filhos com deficiência intelectual e múltipla, contou que onde ela morava, na zona rural, sempre recebeu muita ajuda dos vizinhos e que nunca sofreu preconceito. No entanto, segundo ela, os limites impostos pela deficiência dos filhos é que a impedia de expô-los a uma maior sociabilidade. Segundo ela, os filhos dela não iam às festas na casa dos outros ou na paróquia porque:

“Ficava difícil levar quatro de uma vez, e eles não se adaptavam, ficavam agitados com muita gente e barulho. Todos aqui conhecem eles e meus irmãos vêm aqui toda semana me ver e ver eles também, ontem mesmo teve um aqui.”.

Sr. Osvaldo, pai de Emanuel, morador em uma comunidade afastada de Ubá, afirmou que não percebia nenhum preconceito: “Eu sei que ele é muito querido por aqui, ele já tem até apelido aqui!”. Contrapondo-se a essas situações, alguns depoimentos relacionaram sinais de preconceito relacionado ao contexto estudado e até mesmo dentro do próprio núcleo familiar, o que fica evidente na fala de dona Ivone:

“Vi muitas mães reclamarem de ter o único filho e com problema e eu tinha 4; não aceitavam. Vi muitas mães esconderem, terem vergonha de aparecer que tem um filho desse jeito. Eu carregava os meus filhos nas costas, muitas vezes um em cada mão e os deixava na APAE. [...] Tinha uma mãe que não gostava quando a menina dela sentava no chão, ela puxava os cabelos da menina. Eu não gosto disso não, Deus me deu isso desse jeito...” (Dona Ivone – mãe de filhos com deficiência intelectual múltipla)

Dona Sandra Aparecida, irmã de Francisco, conta que “o preconceito vem de casa mesmo, da criação que tem em casa, que o irmão é adotivo, mas sempre cuidaram dele com muito carinho e que por isso ele é bastante sociável e tranquilo”. Nesse contexto, a própria APAE acaba sendo vista como uma instituição estigmatizada. Segundo Lurdes, irmã de Emanuel, na comunidade alguns falavam que a APAE “é só para doido”, ao que ela tentava contrapor dizendo que “estavam enganados, que lá era para ajudar as pessoas que têm dificuldade”. No entanto, essas percepções e a dificuldade em aceitar a deficiência

dos parentes acabam, por vezes, fazendo com que as famílias não busquem a instituição. O Sr. Osvaldo contou que tinha um vizinho cujo filho tinha “problema” e eles não aceitavam levá-lo para a APAE de jeito nenhum porque lá era “lugar de doido”. Lurdes reforça a fala do pai, dizendo que o preconceito acontece na própria família. O argumento do Sr. Osvaldo é reforçado por Lurdes, sua filha que diz: “o pessoal não sabe, não convive, não sabe como é! A gente vê como eles tratam as crianças”.

Um outro aspecto da sociabilidade foi analisado a partir da participação das pessoas com deficiências nas festas, nas atividades de lazer e de cultura. As pessoas com deficiência, em sua maioria, apontaram na pesquisa gostar de festas, de lazer e de cultura. Sob esse aspecto, as APAEs Rurais constituíam-se numa instituição importante na promoção desses eventos, oferecendo momentos de descontração às pessoas com deficiência como parte integrante da sua socialização. No seu âmbito interno, eram promovidas comemorações da entidade, aniversários dos alunos e funcionários, festas religiosas como Páscoa e Natal, dentre outras. No âmbito externo, a entidade participava das comemorações do aniversário da cidade, das festas cívicas, como o 7 de setembro (Independência do Brasil) e 15 de novembro (Proclamação da República), além de passeios na cidade e na região, das visitas técnicas, das olimpíadas, dos campeonatos e dos torneios. Sasaki (2006) destaca a importância do envolvimento das pessoas com deficiência com artes e cultura *“não necessariamente para se destacarem e receberem prêmios algum dia, mas principalmente para se desenvolverem com maior plenitude enquanto pessoas ou então para o seu lazer [...]”*. (SASSAKI, 2006, p. 118-119)

Em relação às atividades de lazer com a família, os familiares entrevistados destacaram que, de modo geral, os parentes com deficiência participavam das atividades da família (aniversários, formaturas e casamentos). A pesquisa revelou que os deficientes mais comprometidos pela gravidade da deficiência tinham preferência por passeio de carro (da família, de parentes ou de vizinhos). Dona Solange, mãe de Meire, contou que era “sagrado” todos os finais de semana levá-la para passear na casa da avó e em outros lugares por perto. Para Luís Fernando, segundo a sua mãe, era “sagrado” levá-lo para passear na cidade nos finais de semana, sendo esse o seu divertimento predileto. Silvana contou que

os irmãos “ficavam bem quando passeavam, não dando trabalho nenhum”. Segundo ela, as festas da pequena cidade onde moravam eram boas porque “eles viam muitas pessoas e coisas diferentes”.

As pessoas com deficiência do sexo masculino manifestaram uma preferência acentuada pelo futebol, em termos de lazer. Além disso, outras atividades como passeios de bicicleta, televisão, rádio, participação nas atividades religiosas, bem como a própria participação nas festas da APAE emergiram entre as atividades destacadas pelos familiares e pelas próprias pessoas com deficiência. Entre eles, João Carlos nos contou que no domingo ia com regularidade ao campo de futebol jogar bola e torcer pelo time da comunidade. Ele considerava muito bom participar dessa atividade porque, segundo ele, “sempre tinha um time de fora lá na sua comunidade”, o que lhe propiciava “conhecer mais pessoas e fazer mais amizades”. Outra atividade que ele afirmou gostar era andar de bicicleta. Outro apaixonado por futebol é Emanuel. O pai dele nos relatou que:

“No sábado é ‘sagrado’. Ele se arruma todo, põe a camisa, o calção de jogador, calça o meião e as chuteiras e fica praticamente o sábado e o domingo no campo de futebol da comunidade, só vai em casa almoçar e volta para o campo.” (pai do Emanuel)

Descontraído, o pai disse que não sabe se ele joga bem não, segundo ele:

“Eles dizem [que jogam bem], mas que ele faz festa, isso sim! E todos aqui gostam muito dele! Ele ajuda a fazer a festa. E ele não torce só para um time não! Só de camisas diferentes ele perdeu a conta, tem muitas mesmo! Agora, quando seu time perde, de manhã ele sai quietinho, vai para a APAE rural. Aí eu sei que o seu time perdeu.” (pai do Emanuel)

Outros dois que são fanáticos por futebol são Roberto, de Visconde do Rio Branco, “são-paulino doente”, como disse a mãe; e Luís, de Ubá, torcedor fanático do Flamengo, tendo todas as camisas do seu time. Nos finais de semana, a mãe de Roberto e a irmã de Luís disseram que nada os tira da frente da televisão (quando se colocam para assistir aos jogos do time favorito). Dona Iracema, mãe de Roberto, conta que o filho “é bem social, entende o que os outros falam, mas é como se fosse uma criança. Gosta de cumprimentar os outros, de fazer brincadeiras e de contar histórias engraçadas”. Essa sociabilidade relacionada ao

futebol, ao rádio e à televisão foi relatada também por Dona Silvana, responsável por Luís e Regina, conforme depoimento abaixo:

“Ele ouve rádio, assiste televisão, conversa com um, com outro, vai lá toma um café, mexe com todo mundo. Quanto a festas eles adoram; ela gosta mais de sair para passear no fim de semana; ele gosta mais de jogo, se tiver passando jogo, ele não sai de casa. Adora jogo, é flamenguista doente, tem bandeira do Flamengo espalhada aqui para todo lado. Colocar eles num ônibus e viajar não dão trabalho nenhum, ficam tranquilos. Luís se preocupa muito com as sobrinhas, quando vem chuva ele fala que a Tatiane vai pegar chuva.” (Dona Silvana)

A expressão da religiosidade foi percebida também, entre as pessoas com deficiência que moravam no meio rural e em cidade pequena, como atividades de lazer. Essa sociabilidade pela religião é analisada por Campos (2011) e, segundo ele, as crianças do meio rural aprendiam desde cedo os primeiros contatos com a religião passada pelos seus familiares e pelas pessoas da comunidade, que também transmitiam os ensinamentos e orações litúrgicas e tradicionais para as crianças no catecismo da capela. Dona Vilma, irmã de Cristiane, disse que ela ia à missa todos os finais de semana e depois ficava na igreja mais tempo rezando. Indagando à Rosângela porque ela gostava da missa, ela nos respondeu: “Eu vou porque gosto, porque minha mãe me levava e também para rezar para a irmã Vilma, já que ela não vai à missa, então eu rezo pra ela”. As falas de Dona Edna, mãe de Carla e de Dona Sandra Aparecida, irmã de Francisco são também reveladoras dessa sociabilidade pela religião:

“Carla participa das coisas na comunidade. O pessoal vai na reza e leva ela. Porque aí tem que ser com toda atenção. Tem que saber com quem ela vai.” (Dona Edna, mãe de Carla)

“No final do ano, Francisco vai a igreja sozinho. Lá na igreja dele faz um encontro todos os anos, é longe daqui esse encontro onde acampam, ele acampa sozinho, participa mesmo da igreja. O pastor leva ele, ele participa de tudo que pode”. (Dona Sandra Aparecida, irmã de Francisco)

Dona Elsa, mãe de Márcio, conta o filho é católico e que todo o domingo vai à igreja assistir à missa das nove da manhã e gosta de ouvir as músicas da igreja. Segundo a mãe,

“Onde a gente mora todos gostam muito dele, porque ele mexe com todo mundo. Lá eles falam que ele vai ser vereador e ele está gostando da ideia, todo mundo grita ele, é amigo dele. Quando tem festa na cidade ou na casa de amigos, se deixar, Márcio fica a noite toda. Gosta muito de ouvir música e dos programas de televisão, mas principalmente música de forró.” (Dona Elsa)

Já Cristiane afirmou gostar muito de rádio, conhecendo todos os locutores e programas de rádio da região, que possui três rádios. A mãe de Gilberto conta sobre a sociabilidade do filho no lugar onde moram é bastante tranquila, uma vez que “todos gostam muito dele e não têm rejeição, porque entendem o problema dele, e às vezes até ajudam a tomar conta dele”. Atualmente isso, inclusive, não se faz mais necessário uma vez que ele está mais independente, mas, quando era menor, os vizinhos ajudavam muito quando dona Vera tinha que sair.

Dona Zilda, mãe de Gabriel, relatou ser o filho um rapaz bastante sociável, fazendo amizade com facilidade no bairro e na APAE. Disse o pai: “Quando tem festa, ele gosta tanto que fica até desorientado, andando de um lado a outro para cumprimentar as pessoas”. Quanto a Douglas, sua mãe conta que ele se socializou bastante, quando tinha festa ele queria comer tudo, hoje não. Ele tem muitos amigos, tanto na APAE quanto na cidade.

Nossa pesquisa buscou perceber também em relação às pessoas com deficiência vinculadas às APAEs estudadas, as formas de sociabilidade que estabelecem no meio onde vivem, especificamente em relação à vizinhança. Ao longo da pesquisa percebemos evidências de uma sociabilidade entre os vizinhos que se estabelece pela troca e pelo compartilhamento nos contextos rurais estudados. Esse aspecto ficou presente no registro das falas dos entrevistados e no sentimento de gratidão expressado, tal como se manifesta na fala de uma de nossas entrevistadas:

“Não tem nem palavra, eles sempre me ajudaram muito com ele e os outros filhos. Táí, você tá vendo a vizinhança aqui, todo dia a gente se vê, se precisar de alguma coisa, uma ajuda a outra”. (Dona Rosa, mãe de Vinícius)

Tais indícios se revelaram desde o início de nosso percurso. Um deles deu-se durante uma de nossas idas à zona rural, quando fomos entrevistar a família do Vinícius, que morava no meio rural de Visconde do Rio Branco. O entrevistado morava em meio a poucas casas, distanciadas entre si. Ao chegar, o pesquisador chamou por alguém e quem o atendeu foi uma vizinha que, na ocasião, fazia

companhia a Vinícius, enquanto a sua mãe ia à cidade. Ao longo da entrevista, mais duas vizinhas chegaram à casa e permaneceram o tempo que durou a entrevista. Tais dados evidenciaram – além de uma dinâmica particular que rege os modos de vida dos rurais – uma sociabilidade regida por hábitos de uma maior proximidade e intimidade entre os residentes do campo.

Uma entrevistada afirmou que “pelo simples fato de morarem afastados da cidade, um precisava do outro. Às vezes nem precisa, mas pode precisar um dia”. No meio rural, os vizinhos, por compartilharem o cotidiano um do outro, sabem das dificuldades que cada um vive. A ajuda está, às vezes, num simples ato, por exemplo, de avisar quando a criança, com deficiência ou não, ultrapassa os limites da residência. Dona Marli, de Guidoal, conta que “aqui, por ser pequeno, quando ele sai de casa, logo alguém vem me avisar ou trazer ele pra mim, a vizinhança aqui é muito boa”. Dona Eni, de Guidoal, diz que “o filho sai de bicicleta e desaparece. E, como ele gosta de pescar, nadar... (...). E quando passa alguém conhecido e vê o filho longe, às vezes até ligam para mim e eu vou lá e busco ele”.

Esta forma de prestar solidariedade entre a vizinhança no meio rural e nas cidades pequenas demonstra que as redes de sociabilidades ainda estão presentes nessas sociedades rurais, estando resistindo ao tempo pelas mudanças sociais provocadas pela urbanização das cidades, ao manifestar-se, em manter os costumes e os valores culturais que emergem das experiências vividas e que continuam presentes entre as pessoas desses lugares. Em relação à menção das experiências vividas, para Thompson (1981), “a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (Thompson, 1981, p. 16). Nesses termos, percebeu-se por meio das leituras sobre os estudos deste autor, que ele valoriza as tradições, os costumes e modos de vida dos sujeitos sociais.

Corroborando com esses enunciados, Holbwachs (2004) citado por Campos (2011), acredita que e nas cidades menores, um pouco afastadas das grandes correntes, que a vida é ainda regulada e ritmada como o era há um ou dois séculos. Ali as tradições são mais estáveis. Segundo ele, enquanto o grupo social evolui, a cidade, em seu aspecto exterior, muda mais lentamente. Assim, os

hábitos locais resistem às forcas que tendem a transformá-los e essa resistência permite perceber melhor até onde a memória coletiva tem um ponto de apoio. (HOLBWACHS, 2004 citado por CAMPOS, 2011, p. 491)

Nessa pesquisa, a solidariedade se revelou de diversas maneiras, podem-se perceber os laços de amizade e as redes de sociabilidade local, nas descrições que faz a mãe de Miguel, de 19 anos, deficiente intelectual, que mora em uma comunidade rural de Ubá: a vizinhança conhece o filho e, quando os outros meninos tentam fazê-lo de bobo, eles não deixam e avisam para ela. Segundo ela: “aqui é bom de morar. Os vizinhos ajudam a gente a criar os filhos”. Dona Tereza moradora do meio rural de Ervália conta que saiu da comunidade onde morava com o filho deficiente porque o marido “veio trabalhar em outro sítio”. Por causa disso, está sentindo a falta dos vizinhos irem à casa dela, de conversar como era no lugar onde morava antes. Segundo ela: “Aqui está ruim, ninguém conhece ninguém, quase não se vê as pessoas, não estou gostando daqui não, mas o que eu posso fazer...”. Já dona Solange, que mora em uma propriedade no meio rural de Ervália, conta que “aqui a vizinhança é boa demais, ó assim, como cada um tem o seu serviço, um não toma o tempo do outro, mas se precisar de alguma ajuda eles ajudam sim, sempre pergunta pela Meire e pelos outros”.

Nos relatos dos entrevistados a percepção da integração da pessoa com deficiência na sociedade rural se dá, fundamentalmente como em qualquer sociedade, pela participação efetiva dessa pessoa no contexto de um grupo social. Assim, soma-se a esse conceito o de que toda pessoa, com deficiência ou não, necessita de aceitação pelo seu grupo de referência, o que propicia vivenciar a dignificante sensação de pertencimento. Nesse sentido, pertencer efetivamente a uma comunidade se traduz em poder compartilhar ações cooperativas, emoções, conquistas, dúvidas, dificuldades e insegurança.

Ficou evidente em nossa pesquisa a importância da família como sendo a base da sociedade, não necessariamente levando-se em conta a forma de sua composição, pois esse estudo revelou diversas formas de composição familiar advindas, certamente, por desajustamentos familiares: como educandos com deficiência que foram adotados tanto por parentes próximos, quanto por pessoas da própria comunidade; filhos que na ausência dos pais por motivo de falecimento ou de separação dos mesmos, passaram a responsabilizar-se pelo irmão (inclusive

adotivos); avós responsáveis pelos deficientes, em fim, a relevância está em se perceber em que é na família que o indivíduo se desenvolve e que os laços pessoais se fortalecem.

Segundo Valle (2004, p. 60), somos sujeitos passíveis de nos convertermos em depositários e ou depositantes dos anseios e conflitos do grupo ao qual pertencemos, certamente a família é o grupo social primário. O processo inclusivo ocorrerá naturalmente desde que o ambiente familiar seja de aceitação e respeito à diversidade.

CAPÍTULO 6 - A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DAS APAEs RURAIS

Nesse capítulo trataremos da inserção no mercado de trabalho dos educandos com deficiência que passaram pelo processo educativo-profissionalizante oferecidos pelas APAEs Rurais pesquisadas. Porém, antes de adentrarmos nessa questão e em seus desdobramentos, cumpri conveniente esclarecer brevemente os termos “mercado de trabalho” e “mundo do trabalho” por vezes mencionados na estrutura dessa pesquisa.

Conforme se percebe, as transformações na sociedade e principalmente no mundo do trabalho e nas atividades produtivas, ocorridas a partir da década de 70, na cidade mais rapidamente e globalmente do que no campo, deixou de ter um caráter autônomo e foi se especializando e se tornando interdependente dentro da crescente divisão social do trabalho. Por sua vez, essas transformações racionais nas atividades produtivas tem se refletido na sociedade e na vida de cada pessoa, inclusive no meio rural tem se processado o alastramento dessa racionalidade produtiva contrapondo ao que, ainda, impera nas sociedades mais tradicionais não uma visão para o mercado de trabalho como visto na cidade, mas a percepção do mundo do trabalho, fato que é caracterizado pelas múltiplas funções que o trabalhador rural se vê na obrigação de exercer no cotidiano de suas atividades no campo.

Assim, de acordo com o exposto, essas transformações no mundo globalizado estão vinculadas aos avanços tecnológicos e são determinadas pela era da informação e de novas tecnologias. Como resultado, o desenvolvimento tecnológico, trouxe melhorias em praticamente todos os setores sociais, contrariamente, também um processo semelhante ao que Thompson (1989) relata em “La formación de La clase obrera en Inglaterra” no período pré-industrial, de qualificação e desqualificação, de desmonte, de deslocamento e de surgimento de novas profissões nas sociedades capitalistas industriais. Contudo, promoveram e ainda promovem a exclusão social, geralmente encontrada às margens dos países periféricos, ou dos lugares onde tais transformações ocorrem engendradas pelo

mundo globalizado, na representação da exigência competitiva que passou a fazer parte do setor produtivo.

Dessa forma, a semântica que tem sido ditada advinda dos meios produtivos, segundo Antunes (2001, p.44), é de trabalhadores “sem qualificação que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural” resultando na precariedade das suas condições sociais decorrentes dos contratos conformados como parte integrante desse cenário atual do mundo do trabalho.

Ressalta-se que houve momentos em que a sociedade experimentou as vantagens adquiridas com o Estado de Bem-Estar social, apoiada nos ideais Keynesianos sob a intervenção do Estado e de uma economia regulada, vindo a influenciar fortemente na conquista da propriedade social coletiva. No Brasil o maior destaque confere a previdência social e a saúde. No plano individual, sobretudo, para a classe trabalhadora em que o salário tinha mais poder de compra que o de hoje, também se fazia carreira na empresa, repercutindo a partir da década de 50, pelo qual Castel (1998, p.466) se refere “*um novo discurso sobre ‘os homens dos tempos que virão’, espécie de puros assalariados que conquistaram suas credenciais de burguesia*”, sendo determinantes para que as condições de assalariado fossem mais favorecidas, passando a fazer jus da posse de bens materiais e patrimonial intermediada pelo acesso ao crédito. Essa condição favorável na composição dos salários dos trabalhadores funcionou bem para “*puxar*” as dinâmicas econômicas e melhorar o atendimento coletivo. Assim, as implicações que envolvem o patrimônio e o trabalho ficaram hoje, muito mais complexas do que foram no começo da industrialização.

Contudo, estas vantagens foram perdidas a partir da década de 70, o que levou Castel (1998, p.499), a se questionar sobre o que aconteceu a partir daí, foi “*acidente de percurso ou mudança completa do regime das transformações sociais?*”. A retomada da perspectiva liberal sob a forma do neoliberal a economia tendeu seguir orientada pela crise do capitalismo. Este, ao ser dominado pelo capital financeiro, passou a incutir um padrão de acumulação, ao ideal de Estado mínimo vindo culminar em privatizações e na racionalização dos direitos dos trabalhadores; e que assim, passou a fazer parte do cenário econômico a ideia do livre mercado, o de transformar o setor produtivo com tecnologias avançadas

visando conter custos e aumentar os lucros, além de imprimir na sociedade a necessidade do consumo exagerado.

Nesse sentido, contribuindo para elucidar as dificuldades que a sociedade passou a vivenciar a partir dessa época, acontecendo ao mesmo tempo com as transformações do mundo do trabalho e do setor produtivo, Menegat (2003), fala da crise urbana que se instalou, identificando-a como a crise do “nosso tempo”, marcadas pelas transformações que ocorreram nas “representações do espaço e do tempo” causadas pelo processo de urbanização intenso da sociedade ocidental. Sendo assim, remete sua procedência à “inflexão do capitalismo”. Menegat (2003) ressalta que a crise urbana se juntou a crise econômica mundial, a reestruturação racional da política de Bem-Estar e ao conjunto de medidas culturais e religiosas que passaram a afetar o ocidente a partir dos países centrais rumando para os periféricos.

Se pensarmos o que representou a condição do assalariado nos anos 1960, Castel (1998, p.22) relata que ele foi a “matriz da base da ‘sociedade salarial’ moderna”, marcada pelo fato de que a maioria dos indivíduos sociais garantiam seus direitos, bastando estarem inseridos nessa condição. É preciso compreender todo o processo que se transformou através dos tempos, de uma condição indigna, fragmentada, miserável, partindo por reconstruir o caminho que o assalariado percorreu no decurso de sua história, mas acima de tudo instituída no contexto de uma “questão social” que sempre a acompanhou. É lamentável nesta contemporaneidade estarmos assistindo ao seu enfraquecimento sendo evidenciado nas várias formas que levam à condição de precariedade do trabalho, e dessa sociedade salarial.

Contudo, na atualidade, observa-se no acesso ao trabalho a permanência, como na Idade Média do século XIV, do “desemprego paradoxal”, que agora decorre em função do desencontro entre a demanda dos empregos e a desqualificação dos que pleiteiam uma vaga no mercado de trabalho. Sendo ainda que a pressão sobre o desemprego hoje gira em torno da modernização complexa do setor produtivo, de seus desdobramentos e mediante um contexto de mundo globalizado.

Nessa perspectiva, gerar mais empregos formais e garantir as condições sociais e previdenciárias para os trabalhadores nessa contemporaneidade constitui-

se em estabelecer importantes desafios em políticas públicas do trabalho. Deve-se, no entanto, atentar para as políticas de equidade no trabalho visando à inserção social dos segmentos normalmente excluídos do processo produtivos, quando se trata em comparar o desempenho desfavorável de gênero e de etnia – mulheres e negros - no mercado de trabalho. Igualmente, em relação à restrição ao trabalho para as pessoas com deficiência, mesmo com um conjunto de leis que amparam esse segmento da população (VASCONCELOS, 2010).

Vasconcelos (2010) acrescenta ainda que se torna indispensável incrementar políticas públicas já implementadas que contemplem as diferenças entre o trabalho urbano e rural, assegurando as condições favoráveis de vida e de produtividade da população rural, essencialmente aos agricultores familiares.

Embora para os rurais, como lembra Rambaud, a cidade não apareça como uma forma original de agrupamento humano, definida pela heterogeneidade social ligada ao volume de povoamento e à divisão do trabalho, destaca-se na atualidade, no âmbito da atividade produtiva nos setores urbanos, a percepção em relação ao tempo do não trabalho, ou seja, o tempo reservado ao descanso e ao lazer. De acordo com Pilatti (2007), com os avanços tecnológicos, não houve o aumento desse tempo de lazer, contrariando as expectativas de Freyre (1973) citado por Pilatti, de que, com a automatização, o tempo de trabalho seria reduzido e o trabalhador se tornaria insignificante no processo produtivo; porém, o que se percebe é que esse período de descanso diminuiu para os trabalhadores. De acordo com Pilatti (2007):

“As exigências impostas aos trabalhadores do conhecimento ultrapassaram as fronteiras do local de trabalho. A qualificação exigida do trabalhador aumentou. A automação, além de não criar mais tempo disponível para os trabalhadores, diminui postos de trabalho” (PILLATI, 2007, p.47).

Nesse tempo presente, a diversidade é uma distinção manifestada dessa sociedade baseada nos processos tecnológicos, produtivo e informacional. Entretanto, as organizações empresariais renunciaram qualificar um contingente de trabalhadores iguais, mas procuraram investir em pessoas bem qualificadas se

tornando um processo exigente que faz parte do modelo competitivo desse mundo globalizado e que ainda prossegue a sua ampliação.

Com a necessidade de aumentar a produção, diminuir o tempo e a imposição da redução dos custos e elevando a exigência na qualidade, as organizações empresariais têm requerido por qualificação demasiadamente sofisticada dos trabalhadores no mundo do trabalho. No entanto, do ponto de vista de Pillatti, tais exigências são incongruentes a partir do que a qualidade de vida do trabalhador está sendo atingida dentro e fora do ambiente de trabalho, entrelaçando esses tempos.

Segundo Languer (2004), os efeitos da revolução informacional quanto ao poder absoluto do sistema financeiro para a condição do trabalho são profundas e dramáticas. Este autor define que as sociedades estão cada vez mais se afundando em um destino incerto e inseguro, notavelmente para uma enorme parcela da população. Esse autor se refere a uma “sociedade de riscos”, expressão do sociólogo alemão Ulrich Beck, mas enfatiza o autor que o trabalho não se esquivava dele. “Caracteriza-se acima de tudo por um desenvolvimento social no qual a expectativa do inesperado, a expectativa dos riscos possíveis domina cada vez mais a cena da nossa vida: riscos individuais e riscos coletivos” (LANGUER, 2004 p.1).

Como afirma esse autor, também a *revolução microeletrônica* implementou novas possibilidades para o ser humano exercer, mas também afetou a essência do trabalho. Nesse sentido, o desemprego manifesta-se como um grande problema social neste início de século, e todas as sociedades estão vivenciando com esse dilema, altas taxas de desemprego e subemprego. Para Gorz, a imagem que retrata com mais fidelidade os seres humanos neste início de novo século não é mais a figura do trabalhador, mas sim a imagem do precário. Estamos fadados a sermos “todos precários” (LANGUER, 2004 p.1).

Na perspectiva desta pesquisa, que busca retratar a inclusão social das pessoas com deficiência e as suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho, a noção de inclusão se fundamenta em reconhecer a diversidade na vida em sociedade, assegurando o acesso de todos às oportunidades, não estando estas subordinadas às suas particularidades.

Para Sasaki (2006), a inclusão social é parte essencial de um processo bilateral, sendo assim, na busca de equacionar os problemas existentes, as pessoas excluídas e marginalizadas, juntamente com a sociedade, têm tomado decisões para tornar realidade à igualdade de oportunidades para todos. Segundo Sasaki (2006), a necessidade de inclusão das pessoas com deficiência se manifesta nos seus diversos setores, inclusive no mundo do trabalho. O autor ressalta que, na fase da inclusão se deseja que os empresários, as instituições profissionalizantes e as pessoas com deficiência se enfrentem na jornada pela qualidade, produtividade e competitividade.

A profissionalização no Brasil, destinada à pessoa com deficiência, é ofertada em grande parte por entidades especializadas e por associações de pessoas com deficiência. Segundo Ministério do Trabalho (MTE, 2011), um ponto positivo em relação à inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho é que vem crescendo este número. Em 2010, 17,4 mil novos empregos formais foram ocupados por pessoas com deficiência, o que representa, com esse aumento, 306 mil trabalhadores com deficiência em atividade no Brasil. Deste total de trabalhadores, observa-se a distribuição das pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho pelo tipo de deficiência conforme o quadro 5 abaixo.

Pessoas com deficiência - mercado de trabalho - 2011	
de deficiência	%
Deficiência física	54,47
Deficiência auditiva	22,49
Deficiência visual	5,79
Deficiência intelectual	5,10
Deficiência múltipla	1,29
Deficientes reabilitados	10,90

Quadro 5 – Distribuição das Pessoas com deficiência no mercado de trabalho em 2011

Fonte: Ministério do Trabalho (MTE, 2011)

Em relação ao gênero, os homens predominam em todas as modalidades de deficiência, representando uma participação em média, de 65,42%. Quanto à representação masculina dos trabalhadores com deficiência física, ela é de

64,34%; a deficiência auditiva é de 65,99%; a deficiência visual é de 64,45%; a deficiência intelectual é de 71,97%; e as deficiências múltiplas representam 66,68%.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho (MTE, 2011), a média dos rendimentos das pessoas com deficiência foi de R\$ 1.922,90 – valor que se coloca acima da média dos rendimentos totais do emprego formal de (R\$ 1.742,00). Segundo este órgão,

“O diferencial apresentado entre os rendimentos recebidos pelas pessoas com deficiência e o rendimento médio nacional pode ser atribuído à remuneração média percebida pelos trabalhadores reabilitados (R\$ 2.107,27), pelos trabalhadores com deficiência física (R\$ 2.025,96) e pelos portadores de deficiência auditiva (R\$ 1.925,67), cujos rendimentos situam-se acima da remuneração média desse contingente de trabalhadores. Já os assalariados portadores de deficiência mental são aqueles que apresentam rendimentos menores (R\$ 772,20).” (MTE, 2011 p.1)

Em relação à necessidade de inclusão social das pessoas com deficiência, Haber (2012, p.1) argumenta que “é indiscutível a importância das contratações de profissionais com deficiência para a economia do Brasil. Além da geração de emprego, a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho contribui para trazer dignidade a essas pessoas”. Segundo este autor, em relação às pessoas incluídas no mercado de trabalho, não se deve levar em conta apenas a questão do recebimento do salário, mas a possibilidade de elas se reabilitarem social e psicologicamente. De acordo com Haber (2012),

“É sabido que o exercício profissional traz consigo a interação com outras pessoas, o sentimento de cidadão produtivo, a possibilidade de fazer amigos, de encontrar um amor, de pertencer a um grupo social. Até o status adquirido junto à própria família muda para melhor. Sem contar que a presença de pessoas com deficiência no mercado de trabalho contribui para humanizar mais a empresa e enriquecer o ambiente corporativo com visões e experiências diversificadas” (HABER, 2012, p.1).

Há de se considerar que as pessoas com deficiência inseridas no mundo do trabalho se constituem em uma nova classe de consumidores que se encontrava excluída dos parâmetros econômicos existentes. Essas pessoas, possuindo renda,

passam a consumir de alguma forma para atender às suas necessidades que vão desde gêneros fundamentais relacionados à sua saúde e à sua qualidade de vida, até os desejos comuns de toda pessoa, como adquirir um celular ou um computador. Segundo Haber (2012), com poder de compra, as pessoas com deficiência “passam a circular mais, e isto enseja maior convivência com pessoas sem deficiência, o que desperta a atenção para oportunidades de se criar mais produtos, serviços e ambientes que atendam às necessidades específicas dessa parcela da população” (HABER, 2012, p.1).

Haber (2012) fala que a inclusão de profissionais com deficiência nos setores de trabalho oportuniza as empresas a estabelecerem mais situações que favoreçam os negócios. Este autor descreve que a pessoa com deficiência, como está mais habituada a enfrentar obstáculos em seu cotidiano, pelas condições de acessibilidade e a histórica falta de sensibilização social, adequa-se melhor às situações relacionadas ao mundo do trabalho. Conforme o autor, a pessoa com deficiência lida melhor com situações críticas, trazendo uma experiência diferente, a partir da qual contribui com os procedimentos da empresa e ainda nas decisões a serem tomadas.

No entanto, em relação à escolaridade e qualificação da pessoa com deficiência, os dados do Ministério do Trabalho (2011) revelam uma situação de preocupação: dos 306 mil trabalhadores com deficiência, com ensino médio completo, são 121 mil pessoas; com ensino fundamental completo, 41 mil pessoas; e com ensino superior completo, 37 mil pessoas. Desta conta, sobraram 107 mil pessoas com deficiência não identificada a sua escolaridade o que subentende, sem escolaridade. As empresas, em geral sustentam que a falta de acesso das pessoas com deficiência à educação, especialmente no ensino profissional, diminui a mão de obra qualificada tecnicamente para ocuparem as vagas.

Porém, Haber (2012) afirma que a qualificação da pessoa com deficiência tem-se dado da mesma forma em relação à da população sem deficiência no Brasil e, assim, considera errôneo fazer generalização sobre a qualificação das pessoas com deficiência. Segundo Haber (2012),

“Por questões de exclusão histórica, a maioria das pessoas com deficiência é pouco qualificada, mas, essa baixa qualificação também

incide na população em geral. Mas, isto não significa que não existam pessoas com deficiência qualificadas. Por exemplo: no banco de currículos da i.social mais de 80% dos 30.000 profissionais cadastrados possuem ao menos ensino médio completo, chegando até a mestrado e doutorado.” (HABER, 2012, p.1).

Diante do crescimento na atualidade em favor da inclusão social das pessoas com deficiência, em todos os setores sociais e no mundo do trabalho, nossa pesquisa apontou que ainda existem obstáculos culturais sobre essa questão. As relações entre as pessoas ainda estão sedimentadas em estereótipos e preconceitos. Segundo Haber (2012), os postos de trabalho que têm surgido e oferecido para as pessoas com deficiência têm sido mais operacionais e nem tanto atrativo para essas pessoas. E nos cargos mais estratégicos das empresas, os empresários consideram que os profissionais com deficiência são menos produtivos, mesmo estando capacitados.

Outro fator apontado é que as pessoas com deficiência precisam de acessibilidades, o que torna mais dispendioso para as empresas contratar uma pessoa com deficiência, porém, na opinião do autor, não se confirma essa ocorrência como verdade. “Enquanto não transformarmos a mentalidade antiga de que as pessoas com deficiência são menos qualificadas, menos produtivas e que exigem muitos investimentos, não daremos um salto de qualidade no processo de inclusão” (HABER, 2012, p.2).

Haber recomenda treinamento fundamentalmente para os gestores e empresários, pois estes, a quem pertencem os postos de trabalho, se não estiverem preparados para compreender a diversidade, farão com que a pessoa com deficiência permaneça excluída e preterida do mercado de trabalho. Segundo Haber (2012), “é por isso que sempre afirmamos que o processo de inclusão deve ser abraçado por todos os funcionários de uma empresa e todos os cidadão do Brasil”.

Em nossa pesquisa, ao tratarmos de socialização e realização de atividades para essas pessoas, buscando perceber sua inclusão social, torna-se imprescindível abordarmos o tema “escola”, pela sua importância como sendo o primeiro espaço fora do grupo familiar onde as interações entre os indivíduos acontecem. Segundo Valle (2004), o conhecimento acadêmico apropriado leva a pessoa a aperfeiçoamentos que são fundamentais nas posições que elas assumem como

destaque no interior da sociedade. E nesse contexto acadêmico do ambiente da escola, o professor se destaca no papel de adaptar o aluno no aspecto social da escola e no processo de aprendizagem escolar, no qual lhe atribuem os sentimentos de segurança, aceitação e confiança.

Convém ressaltar que a educação para o trabalho tem sido bastante discutida ultimamente, partindo do pressuposto de que o trabalho é o principal meio de integração social da pessoa com deficiência e fundamental para minimizar a estigmatização que essas pessoas sofrem. A educação de jovens e adultos tem como meta capacitar pessoas com deficiência para atuarem profissionalmente no mercado de trabalho competitivo. Por intermédio do trabalho, o indivíduo com deficiência pode demonstrar suas competências, construindo uma vida mais independente e autônoma e elevar sua autoestima e o nível de ajustamento social, o que tem favorecido ainda no conhecimento dos direitos seus e possibilitando que exerça plenamente a cidadania.

Assim, a educação para o trabalho é considerada uma área prioritária pelos especialistas e pelas próprias pessoas com deficiência, pois exercer uma atividade fora de casa para elas é ser reconhecida sem levar em conta a condição típica da deficiência; e poder vivenciar junto com as demais pessoas o processo produtivo na luta cotidiana pela sobrevivência. Para Jannuzzi (1994), a ausência de oportunidade de trabalho aumenta a exclusão e intensifica a dependência em relação a outras pessoas, enfraquecendo sua própria identidade.

Nessa perspectiva, em nossa pesquisa buscamos retratar o quadro geral de inserção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência que estavam cursando (ou que tivessem concluído) o processo de formação para o trabalho e profissionalização através dos cursos oferecidos pelas APAEs Rurais. Nesse sentido, fizeram parte da pesquisa as pessoas com deficiência que estavam trabalhando ou estagiando em alguma empresa, os deficientes contratados. Além deles, buscamos perceber o significado dessa contratação para as empresas contratantes bem como a percepção dos funcionários não deficientes sobre essa inclusão social. As empresas escolhidas foram aquelas que, no período compreendido de realização da pesquisa, haviam contratado uma pessoa com deficiência como permanente ou como estagiário. Os educandos deficientes contratados pelas empresas foram inquiridos acerca do que mudou em suas vidas

a partir do momento em que começaram a trabalhar e a adquirirem o próprio rendimento e as mudanças dessa inserção no seu cotidiano.

A pesquisa se restringiu ao período de 2010 a 2012 e apontou que, nesse período, em torno de 25% (39 no total) dos alunos com deficiência se inseriram formalmente nas empresas. Desse total, 14 em Viçosa, 15 em Visconde do Rio Branco e 10 em Ubá. Ainda, estagiando, os dados registraram um total de seis, sendo dois em cada município pesquisado.

Conforme informações obtidas, as pessoas com deficiências contratadas continuam sendo acompanhadas pelas APAEs Rurais com os serviços que oferecem de apoio pedagógico e psicológico. A instituição também orientava as empresas em relação à melhor forma de as pessoas com deficiência mostrarem suas potencialidades, capacidades e habilidades nos setores de trabalho.

De modo geral, ao visitar as empresas que contratavam os educandos com deficiência que passavam pelo processo de formação, percebeu-se que, para o educando inserido na empresa através do estágio, as chances de sua profissionalização e permanência no trabalho eram maiores em decorrência de ele vivenciar a realidade do cotidiano e as relações intrínsecas do trabalho junto com os demais trabalhadores. Tal inserção significa ter atribuições e seguir normas para todos. Nesse contexto, essa modalidade de contratação se apresenta como inclusiva e as empresas atendem os requisitos da diversidade.

Nesse sentido, é oportuno destacar algumas entrevistas desenvolvidas junto aos representantes dessas empresas relacionados aos aspectos sobre a inserção das pessoas com deficiência em seu quadro de colaboradores. A empresa do ramo de plano de saúde conta que:

“A empresa tem uma parceria com a APAE, disponibilizando estágio para pessoas com deficiência, com objetivo de treinar o estagiário em condições equivalentes aos demais colaboradores com jornada diária de quatro horas de trabalho durante seis meses. O estagiário auxilia na execução de tarefas em diversos setores da empresa, relacionando-se com todos de maneira harmônica, aprimorando com isso suas noções de assiduidade, comprometimento, responsabilidade e relacionamento. Os funcionários da empresa respeitam e contribuem para o desenvolvimento e capacitação da pessoa com deficiência.”
(Representante da Empresa)

Na descrição da empresa, ressalta-se a convivência harmoniosa entre todos os funcionários. Por iguais razões, nas duas entrevistas realizadas na empresa do ramo gráfico e editora, citada abaixo com as pessoas com deficiência que estão estagiando e outra com a supervisora deles, percebeu-se pela expressão da liberdade com que esse tema foi abordado nas falas desses atores, que, se existem diferenças nas relações entre eles por conta do preconceito e da discriminação, essas diferenças não foram percebidas ou disfarçadas sob falsas aparências. Na descrição que a supervisora de serviços fez sobre esses dois trabalhadores com deficiência, ela ressaltou que a empresa teve ganhos incríveis, partindo do reconhecimento de que eles contribuíram para humanizar mais a empresa:

“Oportunidade de convivência e ensinamentos. São muito ativos e esforçados. Atendem prontamente à solicitação das tarefas. Todos os demais funcionários acolheram e se tornaram bons amigos, solidários e de certa forma carinhosos.” (Empresa do ramo gráfico e editora – Trabalhadores Glória e Moisés)

Para ilustrar o sentido da centralidade do trabalho para todas as pessoas, Souza (1995) descreve que, ao se efetivar fora de casa, ele cumpre o papel de recompensa financeira, estrutura o tempo diário com a ocupação, além de favorecer a relação e o *status* social. Na realidade, o trabalho é uma atividade em si, podendo ser trabalho físico ou intelectual. Para o entendimento sobre o emprego, este se deve à venda da força de trabalho em troca do recebimento de salário pelo serviço prestado, além de incidirem sobre quem trabalha os efeitos considerados positivos, como os benefícios psicológicos.

Ressalta-se que o trabalho contribui para o crescimento e desenvolvimento global da pessoa com deficiência, mas considera-se que, para sua inserção na sociedade, é necessário que ela tenha oportunidade de se qualificar para se tornar trabalhadora, pois é pelo trabalho que o indivíduo vai ter maiores e melhores possibilidades participativas mediante as trocas sociais.

Nesse sentido, é oportuno destacar algumas entrevistas desenvolvidas junto aos representantes dessas empresas em relação aos aspectos da inserção das pessoas com deficiência no trabalho formal, ou seja, com carteira assinada.

“Atualmente, estamos com 12 colaboradores portadores de necessidades especiais fazendo parte da nossa equipe de trabalho em

diversos setores da Empresa, exercendo funções de auxiliares de técnico de enfermagem, auxiliar de limpeza, auxiliar de lavanderia, copeiro, cuidador de idosos, guardador de veículos, telefonista e auxiliar administrativo. A empresa passou a olhar o deficiente de igual para igual, é essa a nossa filosofia porque não temos salários diferenciados e porque a pessoa é deficiente ou não. O que conta é o desempenho da pessoa. Os funcionários de modo geral se sensibilizam em relação às diferenças e hoje vemos uma aceitação muito boa. Estamos abertos a trabalhar com todos que preencherem os requisitos para o ambiente da empresa.” (Representante da Empresa do Ramo Hospitalar)

Diante do mesmo contexto elucidado acima, ainda que na mesma instituição, mas em setor diferente, destacamos a descrição que a Coordenadora de Limpeza, faz sobre o desempenho do colaborador com deficiência intelectual:

“É um excelente funcionário, tem expediente, rendimento muito bom, é pontual demais, caprichoso, limpa corredor, corrimão, leva material para o depósito, limpa o 6º andar, usa o EPI direitinho. Quanto à convivência social, todos gostam dele e têm muito carinho por ele.” (Representante da Empresa)

Em nossa pesquisa, na busca em termos de leitura sobre essa temática, percebeu-se que a palavra poucas vezes é dada à pessoa com deficiência, sendo mais frequente evidenciar a sua anormalidade, fato que tem impedido de reconhecer outros valores e comportamentos que superam suas dificuldades. Não quer isso dizer, entretanto, que não existam ambientes onde se enfatizam o lado positivo da convivência, do respeito à diversidade e do reconhecimento de suas potencialidades incluídas pelo trabalho.

“As vivências mudaram, na medida em que as situações se sucediam. A atenção a essas pessoas era diferenciada, e muitas vezes exigiam diálogos mais pacientes. É fato que as intervenções passavam a ser estratégicas e recorrentes, mas o diálogo interno foi melhorando. Em especial no caso de Mário, percebemos que temos sempre nos manter atentos a suas movimentações e **muitas vezes interferir junto aos colegas**. Muitas pessoas **ainda o tratam com desrespeito, trapaceando-o**. Mas **a maioria o considera e o inclui ao grupo de amigos**. Para lidar com a diferença no comportamento do deficiente, os gerentes da M.S. demonstraram que precisariam avaliar os trabalhos dos meninos. Notaram que havia necessidade de **pontuar rotina e manter a confiança** no que eles estavam desenvolvendo. Falavam sobre isso, principalmente nos **momentos de desentendimentos**. Perceberam que eles eram capazes, ou até mais,

que pessoas sem qualquer deficiência. Muitos funcionários não têm paciência com as queixas, mas depois que iniciamos mediações, esses desgastes diminuíram. Mas quanto à força de trabalho, há grande respeito e acompanhamento junto a eles.” (Representante da Empresa do ramo de Móveis) (Grifos nossos)

“Desde o início, recebemos em nosso quadro de funcionários pessoas com deficiência, respeitando as suas diversidades. **Com o tempo**, eles foram nos surpreendendo com sua vontade de superação da deficiência, realizando uma excelente produção dentro da empresa, **com boa adaptação e bom relacionamento com os demais funcionários**. Muitos impressionam com sua pontualidade, assiduidade, responsabilidade, carinho e respeito. É muito bom participar desse processo de inclusão no mercado de trabalho, sendo uma responsabilidade de todos da empresa.” (Representante da Empresa do ramo de Móveis) (Grifos nossos)

De acordo com as descrições sobre a equidade e o desempenho das pessoas com deficiência nas funções em seus setores de trabalho, torna-se relevante reconhecer que num mundo cada vez mais competitivo a eficiência é um fator essencial na contratação de pessoas no mercado de trabalho, especialmente em se tratando desse segmento da população. Dessa forma, mesmo reconhecendo a obrigatoriedade de as empresas cumprirem os termos da Lei de Cotas, tem crescido a preocupação pela inclusão social. É importante esclarecer que essa preocupação se dá pelos benefícios entre as partes – empresa e pessoa com deficiência –, sendo inegável a contribuição dessa força de trabalho para o setor produtivo, o que muitas empresas pesquisadas já perceberam e contratam essas pessoas. Inclusive, um representante de uma empresa do ramo de alimentos relatou na entrevista, que precisariam de mais pessoas com deficiência e que não os encontra, esclarecendo que estas pessoas se adaptaram satisfatoriamente ao processo produtivo da empresa, ainda que, tivesse que cumprir as cotas.

Embora, não querendo ser repetitivo, já foi comentado no capítulo anterior, na página 107, que apenas uma parcela de pessoas com deficiência estão inseridas no mercado de trabalho; assim, devido aos fatores elencados, somente os mais capacitados, ágeis que atendam satisfatoriamente ao processo produtivo é que se tornam trabalhadores contratados formalmente nas empresas.

Portanto, evidenciou-se, nos discursos de nossa pesquisa, a aceitação da diversidade entre os demais trabalhadores das empresas, mesmo dentro de uma estrutura competitiva. Em sendo assim, há fortes indícios de levar-se em conta

nessas empresas também os princípios da responsabilidade social. O relato abaixo esclarece a presente discussão.

“Mudou o clima no ambiente de trabalho, sendo que os especiais não podem nunca ser considerados incapazes. **Eles não são limitados, muito pelo contrário, a capacidade deles é enorme. Quando delegamos a eles responsabilidades com carinho, afeto e respeito, eles correspondem de forma surpreendente. Cada um tem suas habilidades e dificuldades, mas com paciência e persistência todos podem se desenvolver.** São algumas das características que se destacam em nossos colaboradores especiais: compromisso, disposição e gentileza.” (Representante da Empresa do ramo de Móveis) (Grifos nossos)

As empresas pesquisadas procuram nas APAEs Rurais educandos qualificados tanto para enfrentarem os desafios da vida e da convivência, quanto para ocuparem os postos de trabalho em função das habilidades, competências, atitudes e hábitos adequados (relacionar-se em grupo, cooperação, responsabilidade, pontualidade, criatividade em novas experiências, organização do ambiente de trabalho, entre outros atributos), adquiridos no processo de sua formação. Estes fatores têm sido preponderantes na colocação no mercado de trabalho. Segundo o representante da empresa de Alimentos, a qualidade desses atributos é reforçada ao mencionar o desempenho das pessoas com deficiência contratadas pela empresa, em parceria com a instituição formadora pesquisada.

“Todos que trabalham aqui são bem tranquilos, exemplares, não tem explicação, não faltam; na produção, por exemplo, se estiverem doentes, tem que mandá-los para o ambulatório. Nós demos sorte por eles terem nos procurado. Gostam de trabalhar e valorizam o serviço. [...] Antonio é uma pessoa que todo mundo gosta muito dele, trabalha mesmo e tem muita responsabilidade com tudo, inclusive com o horário, nunca chega atrasado. [...]... ajuda os demais companheiros de trabalho e praticamente conhece todo o setor.” (Representante da Empresa do ramo de alimentos)

Como se observa nas entrevistas dos representantes das empresas, as pessoas com deficiência não têm tratamento diferenciado com superproteção, comumente encontrada no ambiente familiar por se encontrarem nessa condição. Nas empresas, elas são submetidas às mesmas exigências inerentes ao processo

produtivo, igualmente ao aplicado aos demais trabalhadores. Assim, ficou evidente que as pessoas com deficiência é que devem se adequar às atividades que lhe são propostas pelo setor produtivo, e não o contrário. Outra observação que se constata nas falas é que, dentro de uma corporação empresarial, todos têm limitações. Essa limitação certamente está presente a partir da não aceitação por alguns que trapaceiam essas pessoas; e do despreparo presente no interior social, por ser a inclusão um processo recente, em processo ainda em construção por todos, portanto, não se restringindo as limitações apenas às evidentes nas pessoas com deficiência.

Nas entrevistas, as pessoas com deficiência que trabalham também foram ouvidas, e em relação a esse segmento, interpelamos: *O que mudou em sua vida a partir do momento que começou a trabalhar? Como está sendo o seu dia a dia?* Buscamos com esse questionamento, compreender as mudanças advindas pelo trabalho em termos de renda, benefícios sociais, percepção em relação a elementos relacionados a inclusão social a partir da autoestima, conquista de respeito e dignidade, construídos a partir do poder de compra.

É relevante assinalar, sobretudo, em relação à colocação seletiva da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, a dificuldade enfrentada por elas. O índice de desemprego, principalmente nos grandes centros urbanos, provocado por uma conjuntura econômica mundializada e desajustada, tem deixado apreensivas todas as pessoas, inclusive as mais escolarizadas, em relação a conseguir e permanecer no posto de trabalho.

Em se tratando das pessoas com deficiência intelectual, é mais problemático esse quadro, pois historicamente lhes é imputado o estigma de incapazes, inclusive de gerenciar sua própria vida. Em razão disso, buscam contrapor esse estereótipo ao referirem a si mesmas, dizendo que trabalham direito e que as pessoas e os seus chefes gostam delas. Segundo Valle (2004), elas buscam ser trabalhadores modelo, tendo a necessidade de demonstrar com frequência que são capazes e responsáveis na execução das tarefas e no cumprimento do horário. Isto se deve ao fato de estas pessoas terem a consciência da dificuldade para conseguir trabalho. Em nossa pesquisa, essa fala esteve presente nas entrevistas, bem como observou-se a frequência em enfatizar o seu agradecimento às pessoas e instituições.

A importância da colocação seletiva desse público no mercado de trabalho está na construção de sua cidadania, pois segundo Tomasini (1993), “os deficientes mentais formam um grupo social com sérias limitações, com poucos graus de cidadania, de fato” (TOMASINI; 1993, p. 129). O discurso das pessoas com deficiência que conquistaram o direito de trabalhar se revela de extrema importância em nossa pesquisa ao se perceberem as múltiplas possibilidades de interação com outras pessoas, pertencendo a um grupo social, e se sentirem cidadãos pelo fato de possuírem meios financeiros para consumir como qualquer pessoa que trabalha. Segundo Joselaine, de 28 anos, deficiente intelectual, depois que começou a trabalhar,

“[...] comecei a comprar as coisas, tenho uma filha né, estou pensando em comprar uma casa. Minha vida mudou muito, comprei móveis para a casa, compro as coisas, agora tenho vale-alimentação, faço a despesa da casa que é muito alta, aí... antes não tinha nada. Tem 8 anos nas minhas contas que eu tô aqui. Com o dinheiro que recebo aqui na empresa faço as despesas da menina. [...]Preconceito eu nunca vi, aqui é muito bom de trabalhar. Aqui tem festa de Natal, aniversário dos funcionários todos os meses. Gosto de levar a filha para passear; ir em aniversários; ver os avós; nas festinhas de família.”

Quanto à pergunta direcionada aos trabalhadores com deficiência, visando perceber as mudanças ocorridas em suas vidas em função de trabalharem, as respostas foram recorrentes em todas as entrevistas com relação ao poder de compra. A recompensa financeira foi considerada por eles em termos de ganhos tanto do sentido econômico-social, quanto da admiração de serem participativas ao demonstrarem suas habilidades e competências no processo produtivo.

Quanto às mudanças que o trabalho tem proporcionado aos trabalhadores com deficiência, foi significativa para Joselaine usar o dinheiro, fruto do seu trabalho, atendendo às necessidades de sua filha. Para Ronaldo, 33 anos, deficiente intelectual e múltipla, trabalhar representou muita mudança. Como lembra Haber (2012), eles passam a ser potencialmente novos consumidores. Ronaldo conta que, depois que começou a trabalhar, não precisa mais pedir dinheiro ao pai nem à mãe. Segundo ele,

“Hoje compro minhas coisas, minhas mesmo, e eu moro com a Joselaine, a gente divide as despesas da casa, eu ajudo ela e ela me ajuda. Aqui eles falam né, que gostam de mim, já tem muitos anos que trabalho aqui e conheço todo mundo. Aqui ninguém tem preconceito,

tratam todo mundo bem desde os colegas até os encarregados são pessoas boas. Gosto muito de um pagode, de ouvir música, levo a Joselaine comigo e a gente dança. Tenho muitos amigos, onde eu moro todo mundo me trata bem e eu também trato todo mundo bem. Até aquele que usa droga me cumprimenta, passa perto de mim me cumprimenta. Às vezes nem sei quem é, me cumprimentou eu também cumprimento. Eu gosto muito da APAE, lá, antes eu não andava direito, não conversava e lá me ajudaram em tudo, minha mãe conta. Eu estou trabalhando graças à APAE. Lá eu fiz muitos cursos e aprendi muitas coisas é por isso que hoje eu trabalho nessa empresa.” (Ronaldo)

Dentre as preferências desses trabalhadores, constatou-se a compra de roupas e aparelhos eletrônicos de som e celular. Houve quem dissesse ter comprado computador e investido em curso nessa área. Outra fala presente nas entrevistas em relação ao salário que recebem diz respeito a ajudar a família a pagar as contas (água, energia elétrica e prestações em lojas), no entanto foi mais frequente ajudar a família na compra de gêneros alimentícios.

Para Vanilson, 20 anos, deficiente intelectual, a recompensa econômica do trabalho se reverteu em benefícios psicológicos, pela satisfação em comprar as coisas a que antes não tinha acesso, e divertir-se a seu modo, frequentando ambientes que não conhecia, além do compromisso de contribuir financeiramente com sua família. Vanilson conta:

“O que mudou na minha vida é poder ajudar meu pai, pagar a conta dele. Tenho o prazer de ganhar meu próprio salário, meu salário de trabalho e poder comprar as coisas que eu gosto; é poder sair com alguém, me divertir; e também que eu tô, que eu não gosto de ficar à toa, quer ver, eu gosto de fazer muitas coisas trabalhar igual aqui, em casa também faço serviço também e fora também faço algum serviço. Antes era do estudo para casa e trabalhava em casa mesmo, trabalhava de servente na rua, e só. O salário melhorou muito; o salário está ajudando demais da conta. Eu gosto demais daqui... eu sempre quis trabalhar numa empresa aí eles me deram uma oportunidade para mim, aí eu falei com meu pai assim, eu vou trabalhar em uma empresa grande, me ligaram pra mim aí eu vim cá, aí... quando eles me pedem pra fazer alguma coisa que seja correto, eu vou e faço, quanto eu peço alguma coisa eles fazem pra mim. Aqui não tem implicância nenhuma e nem preconceito. Na APAE eu tava fazendo computação. Se não fosse a APAE eu nem sabia como ia ser. Gosto de festa e gosto de gastar na festa com o meu dinheiro. Tem dois anos que trabalho aqui, eu já comprei celular, máquina de tirar foto, comprei uma colônia, comprei uma cômoda para o meu quarto, roupa para minha mãe, uma lanterna para meu pai e deixei o cartão de compras com eles.”

Em seu discurso, o entrevistado fala da satisfação em trabalhar e do fato de não gostar de ficar sem ter o que fazer. Nossa pesquisa apontou nos relatos dos entrevistados - tanto dos educandos que estão se preparando para o trabalho exercendo atividades nas dependências das APAEs Rurais, quanto dos que já estão trabalhando nas empresas - a preocupação em relação à ocupação-desocupação. Para os entrevistados, estarem ocupados em uma atividade produtiva e aprenderem uma profissão é gratificante, por se revelar em aspecto positivo em detrimento de ficar em casa ou andando pelas ruas, como muitos disseram, sem ter o que fazer, e, além disso, tendo que depender da ajuda financeira dos outros.

Em relação à inserção dessa pessoa no mundo do trabalho, segundo Valle (2004), sua permanência vai depender mais da tarefa a ser realizada do que da gravidade da deficiência que a pessoa apresenta. Entra em ação nessa questão a excelência na preparação para o trabalho, pois esse é o momento que vai definir a aptidão que cada pessoa possui em relação às tarefas a serem realizadas, o que possibilitará à pessoa com deficiência alcançar a profissionalização.

Nossa pesquisa apontou que o processo de profissionalização tem possibilitado a inserção de algumas pessoas com deficiência no mercado de trabalho e conseqüentemente a conquista de melhor salário e mais direitos, como planos de saúde, entre outros. O relato de Reinaldo, 24 anos, deficiente intelectual, constata essa preocupação:

“Antes deu vir para cá, eu já tinha, eu já tinha outro serviço, só que lá eu... não era, tinha carteira assinada, como é aqui; eu não tinha plano de saúde, não tinha nada, agora aqui eu já tenho tudo. Aí tipo assim, com o dinheiro daqui eu já comprei muita coisa. Aqui é muito bom, o pessoal daqui eu gosto muito, do Marquinho, do Gilson, da Eliane. O problema aqui é só a brincadeira, né, no meu modo de pensar, eu brinco também, só que é assim, só que agora estou cortando as brincadeiras, estou cortando as brincadeiras porque se eu brincar e a pessoa brincar comigo eu não vou aceitar, vou ficar bolado, então, é melhor eu cortar as brincadeiras por causa disso. Com o dinheiro que ganho, eu ajudo em casa, mas tem vez, tipo assim, o cartão da cesta eu deixo para eles, meu pai e minha mãe, se caso precisar deu pagar alguma coisa aí eu ajudo, igual eu falei com meu pai, tipo assim, eu não posso dar é muito porque eu fico sem também, sem comprar minhas coisas, igual eu falei com meu pai é que eu vou casar também, em janeiro, aí eu vou juntar minhas coisinhas, juntando meu dinheirinho pra eu comprar minhas coisas. Minha noiva trabalha aqui

também, ela vai vir aqui conversar com você também. Minha vida social é boa demais, gosto de festa e de baile; tem um programa para fazer todo sábado que é um pagode que eu vou pra lá. Mas durante a semana saio daqui e vou direto pra casa. Eu gosto muito da APAE, do pessoal, de todos, dos colegas que tive lá, ainda tenho. Lá fiz curso de garçom, auxiliar de pedreiro, computação. Lá foi muito bom pra mim, consegui emprego aqui graças a eles.”

Ao relatar com orgulho o fato de trabalhar com carteira assinada, Luís Eduardo, 28 anos, deficiente intelectual, reforça a satisfação proporcionada pelos direitos adquiridos com o trabalho formal. Para ele, a vida também mudou muito:

“Antes de trabalhar com carteira assinada, eu trabalhava de servente de pedreiro, fazia limpeza de quintal, batia grama, capinava, serviços de casa ainda faço, sou casado, tenho uma filhinha. Aprendi bastante coisa na APAE que me ajudou entrar aqui; com meu dinheiro faço as minhas comprinhas”.

O gerente de recursos humanos da empresa do ramo de alimentos que estava presente, disse que Luís Eduardo é um grande esportista: joga bola no time da empresa, é corredor da APAE e do município e tem muitas medalhas. O pesquisador perguntou se era verdade sobre as medalhas e ele respondeu sem modéstia que perdeu as contas de quantas medalhas tem.

Diante do fato de que as pessoas com deficiência que trabalham estão participando do processo produtivo, percebeu-se ainda que elas estão fazendo parte do processo social, visto que o trabalho possibilita a promoção da integração econômica se manifestando em múltiplas relações e dimensões sociais. A participação dessas pessoas nos ambientes comuns se deu de forma constante nos relatos das entrevistas. Em sendo assim, destacaram-se as festas realizadas nas empresas para os aniversariantes e as confraternizações do Natal e Fim de Ano, sendo consideradas importantes para se consolidar o processo de interação e de inclusão entre todos os trabalhadores. Enfatiza-se que esses momentos são propícios para fazer amigos.

Além do poder de compra presente em praticamente todas as entrevistas, elas passaram a se deslocar mais, participando de muitos outros ambientes sociais, a conviver cada vez mais com a sociedade. É oportuno destacar que estas pessoas,

inseridas no mundo do trabalho, passaram a ter renda, o que contribuiu para o desenvolvimento da economia da sua cidade e do país, além dessas oportunidades adquiridas proporcionarem a elas a dignidade e cidadania.

Nas entrevistas, a alegria de ir a festas, bailes e pagodes foi relatada por muitos entrevistados, como Reinaldo, Ronaldo, Luís Eduardo e outros. É nas festas que eles encontram seus amigos e ainda ampliam os convívios sociais. Quanto à participação em esportes, como corrida e futebol, Luís Eduardo se destaca como recordista em medalhas.

Assim, o acesso ao mundo do trabalho por essas pessoas, ao estimular a efetiva participação em todos os ambientes sociais, tem influenciado na elevação da autoestima, e conforme Haber (2012), ajudado a elas a “encontrar um amor”. Em nossa pesquisa, constatou-se que entre os que trabalhavam havia casados, noivos e namorados. Eles relataram que os relacionamentos afetivos começaram depois que foram trabalhar. Isso demonstra o papel significativo que o trabalho exerce também no sentido de criar laços afetivos.

Vale destacar outra forma de participação, que é o papel central que a educação cumpre na vida de qualquer pessoa, pelo fato de possibilitar o acesso ao mundo do trabalho, o que é considerável e também fundamental para a inclusão social da pessoa com deficiência. Foi através da formação acadêmica em Pedagogia que Mariângela, 27 anos, deficiente visual, conseguiu seu emprego em uma empresa do ramo de alimentos. Mariângela conta:

“Estou na empresa há dois anos e gosto da empresa e do serviço. Agora eu tenho renda, era só minha mãe que trabalhava, como eu vim trabalhar agora são duas pessoas trabalhando, o salário que recebo ajudo a pagar as despesas de casa. Aconteceu muito rápido, logo que formei fiz o curso de Auxiliar de Produção ao mesmo tempo. [...] então, vim pra cá, com o dinheiro que ganho aqui vou investir. Tenho namorado, tenho uma pessoa há dez meses; ele trabalha aqui também.”

Fernanda, 22 anos, tem deficiência intelectual e auditiva moderada e a fala um pouco prejudicada. A dificuldade de ouvir prejudicou sua adaptação no início, mas com o acompanhamento pedagógico da APAE junto à empresa, seguida da recomendação de ela ser acompanhada por pessoas preparadas em

ajudá-la no trabalho, e o prosseguimento do tratamento fonoaudiológico, facilitou-se sua inserção no trabalho. Segundo Fernanda,

“Tá ótimo, muito bom; aqui é ótimo; está muito feliz, mudou muito minha vida depois que comecei a trabalhar, agora tenho o meu dinheiro, ajudo em casa, compro as minhas coisas direitinho. O meu sonho é comprar meu aparelho de ouvido, mas ele é muito caro, ainda não dá para comprar. Tenho dificuldade em ouvir, esse é um grande problema. Gosto muito daqui e do trabalho, no início foi difícil por causa do aparelho”.

Fernanda só enfatizou que não quer namorar porque “homem cobiça, fuma e ela não gosta”. Disse que homem não tem juízo.

Por conseguinte, cumpre verificar a elevação da autoestima como fator presente nos discursos das pessoas, que estão na maioria das vezes relacionados à ideia de mudança pessoal. Em decorrência do que o trabalho tem proporcionado a essas pessoas com deficiência, em termos de ganhos socioeconômicos e psicossociais, as transformações pessoais se apresentam como positivas e inevitáveis. Elizeu, 19 anos, deficiente intelectual, que trabalha em uma empresa do ramo de móveis, dá sentido a essas mudanças ao declarar:

“Antes eu não ganhava dinheiro, era alterado. Comecei a trabalhar e mudou minha vida completamente. Com meu dinheiro comecei a reformar minha casa, comprei som, sofá, armário de cozinha e muitas coisas. Melhorou para melhor, eu ajudo na despesa da casa, principalmente na ajuda de medicamentos para meus pais que precisam muito. Eu amadureci e mudei meu comportamento.”

Na descrição acima, resumidamente o entrevistado ressalta a importância que o trabalho exerce em sua vida na forma de realização pessoal. Ele manifesta sua satisfação em ser participativo estando inserido no processo produtivo. Outro fator presente se refere ao reconhecimento do seu valor e dignidade. O trabalho, ao aproximar pessoas, contribui para o crescimento pessoal, amadurecimento e mudança de comportamento para melhor. Segundo Valle (2004),

“Ao perceber que sua vida, sua história e seu futuro têm sentido para alguém, o indivíduo sente-se reconhecido e passa a desenvolver ainda mais suas potencialidades latentes, agregando cada vez mais confiança, responsabilidade e iniciativa.” (VALLE, 2004, p.54)

De acordo com os relatos, percebeu-se ainda que trabalhar, para essas pessoas, principalmente aquelas com deficiência intelectual, significa a realização de um sonho, que não acreditavam ser possível realizar. O trabalho para Olga, 52 anos, deficiente intelectual, também exerceu o relevante papel de integração social a partir do convívio que passou a ter com os colegas de serviço, traduzindo-se em realização pessoal e felicidade. Olga está trabalhando em um supermercado e conta que a vida dela mudou muito:

“Porque eu quase não conversava com os outros, no convívio aqui eu me sinto melhor e melhorou bastante, tenho o meu salário, sinto mais feliz, sinto mais realizada, tô na APAE ainda, converso com a psicóloga; aqui o pessoal são legais, tratam a gente bem, aqui eles são compreensivos...”. (Grifos nossos)

Da mesma forma, Flávio, de 22 anos, deficiente intelectual, que trabalha em uma empresa do ramo de Limpeza, conta que mudou muita coisa em sua vida pelo fato de estar trabalhando, porque agora tem o próprio dinheiro e não depende mais dos pais. Flávio relatou a satisfação em ter atividades diárias para exercer, preenchendo o seu tempo: “O meu dia a dia é de casa para o serviço, do serviço para casa”.

Em se tratando da contratação da pessoa com deficiência, segundo Sasaki (2006), deve-se atentar para que ela atenda as necessidades da empresa de acordo com suas aptidões. Adequando o ambiente de trabalho à capacidade do trabalhador, os resultados do trabalho serão mais significativos. Somando-se a esse fator, ser imprescindível oferecer à pessoa com deficiência qualidade na sua educação profissional ao invés de oferecer a essa pessoa, simplesmente treinamento. De acordo com Demo (1997),

“O caráter educativo do processo profissionalizante precisa predominar sobre todos os outros aspectos, porque não se trata apenas de inserir-se no mercado, mas de envolver o todo no contexto da cidadania; saber pensar e aprender a pensar denotam não só habilidades propedêuticas de estilo formal e inovador, mas sobretudo, a qualidade política de quem, ao mesmo tempo, maneja bem o conhecimento e o humaniza.” (DEMO, 1997, p. 12)

Demo (1997) ressalta, que o processo educativo no âmbito profissional possa servir aos interesses do mercado ou ainda, estar dissociado dele, mas

salienta que o trabalhador é mais favorecido se a formação profissional empenhar-se pela qualidade no processo educativo. Segundo o autor, o trabalhador vai “poder retirar daí tanto a capacidade de inserir-se no mercado quanto, sobretudo, de poder confortar-se com ele.” (DEMO, 1997, p.13)

As descrições dos autores citados acima, foram pontuais para as observações realizadas na trajetória de nossa pesquisa, ao visitar a uma empresa do ramo de alimentos, foi-nos apresentado Adilson, de 43 anos, deficiente intelectual associado à Síndrome de Down. Entrevistando-o e observando seu desempenho, afirmamos que ele encontrou um ambiente adequado para desenvolver suas potencialidades. Adilson distribui as correspondências, dentre outros encargos, não se esquecendo de pedir o ciente; e lembra aos colegas de trabalho detalhes por vezes esquecidos. Por ser comprometido e zeloso com suas tarefas, sempre é elogiado na empresa.

As informações obtidas como dados para a pesquisa, permitiu ao pesquisador conhecer também o percurso educacional desse educando, desde a extinta escola em que frequentava antes de ingressar na APAE Rural, tornando-se um trabalhador, e ao que parece, este trabalhador com deficiência não está apenas inserido no processo produtivo do mundo do trabalho, mas envolvido no contexto de cidadania, demonstrando que o caráter educativo profissionalizante predominou sobre os métodos que somente treinam as pessoas para atender às necessidades do mercado.

Adilson apresenta problema na fala e faz fonoaudiologia na APAE. O gerente ajudou a interpretar o que ele dizia: “Com o dinheiro que recebe do seu salário da empresa, ajudou a família a comprar uma casa e a sair do aluguel”. O gerente conta que ele se sente orgulhoso com esse feito. O gerente conta sobre Adilsim, como é chamado:

“A gente às vezes está chateado, só vê essa pessoa bater na sua porta, pedir licença, bom dia, dá um abraço em todo mundo. Quando ele não está aqui, o pessoal pergunta “cadê o Adilson, o que aconteceu, o Adilson está passando mal? Querem saber onde está ele.” (Gerente)

Estar trabalhando é importante para qualquer pessoa e faz parte da essência da condição humana. Segundo Castel (1998), é pelo trabalho que o indivíduo se insere no contexto social e passa a fazer parte da “sociedade

assalariada” e através desta sociedade, que busca os seus direitos. O salário materializado como um direito inseriu os indivíduos na sociedade de consumo, característica do mundo desenvolvido.

Para compreendermos os desdobramentos do processo de trabalho, Castel (1998), traça o percurso do trabalho numa perspectiva histórica, na Revolução Industrial ser trabalhador assalariado era ser um derrotado, tanto pela remuneração que se constituía próxima de uma renda mínima quanto pelas condições indignas e extenuantes de trabalho. O assalariado por diversas razões, não tinha as condições e os meios de produzir a sua sobrevivência, a opção que tinha era a de submeter-se ao salário indigno e ser subordinado às condições impostas por um patrão. Sendo assim, a transição do feudalismo para o capitalismo constitui-se em um processo de ruptura de tradições e de instituições sociais em que os valores morais foram-se gradativamente desprezados em virtude das relações financeiras instituídas pelo salário. Porém, nessa contemporaneidade a condição de assalariado, no entanto, passa a ter outro significado para as pessoas.

Na concepção de Castel (1998), o trabalho é o centro da “sociedade salarial”, pelo qual o indivíduo conquista seus direitos e identidade psicossocial. Apesar de todas as modificações que estão ocorrendo com o trabalho, ainda se apresenta como a base da sociedade contemporânea. Entretanto, lamentavelmente essa relação que o trabalho proporciona aos que estão “inscritos” nele, para a maioria dos trabalhadores não é mais possível, e mesmos para estes “inscritos” formalmente, eles enfrentam os desafios de uma intensa precariedade sendo o mais notório a sua flexibilização e as ameaças de um imenso exército industrial de reserva de reserva. (CASTEL, 1998)

Em nossa pesquisa, na descrição dos entrevistados, constatou-se mais uma vez o papel significativo que o trabalho proporciona às pessoas com deficiência em termos de sua autonomia, independência e na condução de sua qualidade de vida. O fato de as pessoas com deficiência intelectual serem julgadas como incapazes de cuidar de si mesmas, de suas habilidades e competências não serem reconhecidas, como ressalta Glatz (1989), e o modo infantil como elas são tratadas reforça o estereótipo de pessoa dependente. Porém, para essa modalidade de deficiência conseguir trabalho é preciso que se rompa o estigma social de não se perceber o potencial dessas pessoas e apenas enxergar o que elas não conseguem fazer e a

considerarem como improdutivas. Ainda assim, é preciso romper o “mito familiar que o vê como uma eterna criança, dependente, necessitando sempre de cuidados especiais e sem condições de desenvolver um trabalho que represente realizações, satisfação do desejo e independência para gerir sua vida” (VALLE, 2004, p.57).

Ser independente é possuir os recursos financeiros necessários para se manter por conta própria. Simone, 24 anos, deficiente intelectual, que trabalha em uma empresa do ramo gráfico, conta sobre suas conquistas:

“Comecei a ser independente, a resolver pendências do dia a dia, aprendi trajetos de ônibus, conheci lugares, pagar contas em casas lotéricas. Aumentou o número de amigos, gosto de trabalhar em equipe. Gosto de trabalhar aqui porque é uma empresa muito qualificada e os funcionários são legais, mas como todo trabalho, recebo algumas queixas de pessoas que se esquecem de minhas limitações. De um modo geral, o meu dia a dia é cheio de afazeres; mas é assim que é bom, porque antes ficava em casa, sem ter o que fazer.”

Em relação aos trabalhadores sem deficiência, colegas de trabalho dos deficientes pesquisados, embora não fizessem parte desse estudo na forma de entrevistas, nos relatos dos trabalhadores com deficiência e dos representantes das empresas, foi possível perceber que os trabalhadores sem deficiência mudaram suas condutas em relação aos colegas de trabalho com deficiência, passando a respeitá-los e ajudá-los em suas necessidades no setor de trabalho. Esta aceitação aconteceu na medida em que muitas situações de constrangimento precisavam de intervenção dos superiores e gerência. Em uma empresa do ramo mobiliário, conforme o relato do representante, “... a atenção a essas pessoas era diferenciada e muitas vezes exigiam diálogos mais paciente e intervenções junto aos colegas, mas esses diálogos foram melhorando com o tempo”.

Nas entrevistas, os trabalhadores com deficiência não relataram o sentimento de preconceitos e discriminação por parte dos colegas de trabalho, dos encarregados e da gerência do setor onde trabalhavam. Os entrevistados, em sua maioria, contaram que saíam com outras pessoas sem deficiência para bailes e pagodes e para jogar futebol. Contudo, a pesquisa apontou que nem sempre a aceitação da pessoa com deficiência nas empresas por parte dos colegas transcorreu em clima de tranquilidade.

As informações obtidas foram de que as empresas passaram a ser sistematicamente acompanhadas pelos profissionais das APAEs Rurais, quando necessitam de orientação para melhor adequar o trabalhador deficiente contratado, em determinado setor de trabalho. Assim como esse trabalhador, quando precisa de apoio psicológico, recebe-o da instituição. Assim, na busca de se perceber se os funcionários sem deficiência são preparados para receber um colega com deficiência, a informação foi a de que constantemente são realizadas palestras para conscientizar os trabalhadores não deficientes, principalmente nas empresas maiores que contratam os educandos das APAEs.

As famílias também foram ouvidas. Em entrevista com uma mãe sobre a possibilidade de sua filha trabalhar, pois se encontra apta, a resposta foi a seguinte: “A minha filha só trabalha em uma empresa se eu for junto”.

Nas entrevistas, o pesquisador percebeu que muitos familiares, principalmente as mães que lidam mais diretamente com os filhos com deficiência, não aceitam bem a ideia de eles trabalharem. Um motivo, conforme Silva; Bezerra; Duarte (2010), é a atitude protecionista e o outro é o receio de perder o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A atitude protecionista constatada nessa pesquisa se deve aos relatos de muitas mães mediante as dificuldades enfrentadas com os filhos desde o nascimento com deficiência, devido a traumas em decorrência dos partos mal sucedidos ou de graves problemas de saúde da criança, chegando a relatos de realização de cirurgias delicadas. Essas mães tratam a deficiência dos filhos como um problema de doença, para justificar a superproteção tratando-as como “coitadinhas”, inclusive dificultando a convivência social dessa pessoa de uma forma mais ampla.

Quanto ao benefício, a pessoa com deficiência, ao ser inserida no emprego formal, deixa de receber este benefício e por isso, temem junto a seus familiares em perdê-lo. Dessa forma, as pessoas com deficiência se inserem no mercado de trabalho somente pela via do estágio, como aprendizes ou permanecendo no trabalho informal. Nesse sentido, para tentar solucionar esse problema entrou em vigor com a publicação da Lei 12.470/11 no Diário Oficial da União a Medida Promissória (MP) 529/2011, que garante a pessoa com deficiência contratada como aprendiz acumule o salário e Benefício por até dois anos. Se o beneficiado for contratado formalmente na empresa, o BPC será apenas suspenso sem ser

cancelado como tem sido. No caso se a pessoa com deficiência deixar o emprego, ela poderá voltar a receber o benefício sem necessidade de fazer outra perícia.

Esta Lei 12.470/11 visa solucionar o problema das empresas em relação às cotas para pessoas com deficiência, que muitas vezes deixam de ser preenchidas porque os candidatos têm o receio de perder o benefício. Ressalta-se ainda a justificativa de criação desta lei que, muitas empresas pagam multas pelo descumprimento da Lei de Cotas de funcionários com deficiência, contudo, estudos apontam que a própria pessoa que não busca essas vagas por receio de perder o benefício, caso saia do emprego. Portanto, esta lei pretende estimular a colocação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

No âmbito da região estudada, conforme as entrevistas com os profissionais das APAEs Rurais, revelou também, que as pessoas com deficiência e seus familiares que recebem o BPC temem a essa nova medida dessa lei, receiam que a volta ao benefício pode haver obstáculos.

No primeiro relato abaixo, a mãe da aluna com deficiência intelectual não queria de forma alguma a filha trabalhando. Tinha medo de que ela se perdesse no trajeto e que não conseguisse atingir seus objetivos, mas foi convencida e atualmente a filha está muito bem, trabalhando satisfeita e pensando em se casar, conforme seu relato:

“Aqui é melhor né, aqui a gente trabalha melhor, eles tratam a gente bem aqui, mas não pode esquecer de fazer as coisas, senão eles falam, se esquecer de fazer as coisas; tem que fazer tudo, tem que limpar, raspar lá dentro, lavar a máquina; [...] eu compro roupa agora, ajudo pagar a conta de luz, pago água, até compra pra dentro de casa eu faço, minha vida melhorou bem aqui. Aqui tem plano de saúde. [...] estou noiva, ele trabalha aqui também, nós pretende casar, vou dar um almoço para os convidados. Tem muitos amigos aqui, nós conversamos; participa de festas quando tem aqui, sempre eles fazem um bolo pra nós; trabalho aqui há 2 anos.” (Vânia, de 23 anos, deficiente intelectual)

Em outra entrevista, a mãe relata que o filho abriu mão de receber o benefício e atualmente também está satisfeita, conforme mostra o seu relato:

“O meu filho estudou na APAE desde novo. Lá recebeu todo o atendimento que precisava. **Acho ele muito corajoso, porque abriu mão do benefício para trabalhar e ganhar seu próprio salário.** Com o seu dinheiro pagou todo o tratamento de saúde de seu pai que veio a falecer. Hoje mantém as despesas da casa, tendo comprado móveis, eletrodomésticos e uma moto. Sou muito orgulhosa dele,

porque ele é trabalhador, responsável e amigo de todos.”(Giovane, 26 anos, deficiente intelectual) (Grifo nosso)

Nas entrevistas com os familiares de pessoas com deficiência empregadas, com carteira assinada e recebendo todos os direitos iguais aos demais trabalhadores, a pesquisa revelou que houve mudança de atitude por parte da família em relação ao deficiente, que passou a ser mais respeitado e visto como uma pessoa independente e capaz. Segundo o irmão de Danilo, de 27 anos, deficiente intelectual,

“Mudou tudo, a mãe ficou mais tranquila, porque sempre pensava que quando ela morresse quem iria assumir o filho? Agora ele está mais independente em todos os sentidos, era tímido, agora está muito falante, vaidoso e feliz. Adora o trabalho e a convivência com os colegas. A família inteira ficou com receio dele não se adaptar ao trabalho e sofrer por estar longe da APAE, mas para nossa surpresa ele superou todas as nossas expectativas. **Nos tempos atuais, nós temos a certeza de que ele não pode ficar sem trabalho, pois, além da parte financeira que antes ele não tinha nenhuma renda, tanto do fator emocional ter que trabalhar ter o compromisso para ele fez um bem a autoestima.** Para nós da família o mais importante é que ele seja feliz e como ele está muito satisfeito, todos estamos também. À APAE e principalmente aos profissionais que acreditaram no potencial dele, a nossa eterna gratidão e muito obrigado!” (Grifo nosso)

A percepção da família a respeito das mudanças que o trabalho traz para seus filhos deficientes em termos dos benefícios é de suma relevância, pois, conforme Haber (2012) ressalta, até o *status* proporcionado por sua família melhora. A família, sendo a base da sociedade, é o principal lugar de pertencimento do indivíduo, e é através dela que ele se desenvolve e os laços pessoais se fundamentam.

Por conta disso é que os sistemas de superproteção da pessoa com deficiência são criados e estão fortemente enraizados na estrutura familiar. Valle (2004) explica que o nascimento de uma pessoa diferente manifesta um conjunto de comportamentos reativos, os quais se objetivam na adaptação da nova situação desconfortável gerada. Conforme essa autora, por causa dessa situação que

atormenta os familiares, eles passam a desenvolver mecanismos de defesa como a de não reconhecer a deficiência, autocomiseração, projeção e culpa.

Observando as dificuldades do filho e percebendo a sua necessidade contínua de cuidados, os próprios pais, inseridos em uma cultura na qual a pessoa que apresenta deficiência é considerada incapaz, improdutiva e dependente, não têm condições, até mesmo psicológicas, de acreditar nas capacidades e competências do filho. Porém, com a inserção da pessoa no mercado de trabalho, tendo condições financeiras próprias e sendo independente, sua posição frente à sua família passa a ser vista de forma diferenciada, sendo percebidos em primeiro plano seus aspectos positivos.

A descrição da mãe de Elizeu, de 26 anos, deficiente intelectual, reforça esse enunciado ao dizer que:

“Meu filho desde pequeno sempre teve muitos problemas de comportamento, não gostava de seguir as regras da escola. Foi ficando mais velho, resolvemos que ele fosse trabalhar. Hoje em dia é outra pessoa, nem parece aquele menino de antes, é responsável, pontual, organizado e preocupado em não faltar o serviço. **Com o seu dinheiro ajudou a comprar uma casa e móveis novos.** Ele é um bom menino e que **nós precisamos muito do emprego dele** e que pretendemos dar tudo para ele quando nós puder, que ele já conseguiu comprar um som, nas horas de folga ele ouve, o desejo dele é juntar dinheiro para comprar mais alguma coisa que ele gosta. Ele compra roupa, calçado, ele melhorou muito depois que ele começou a trabalhar.” (Grifos nossos)

Nessa descrição, observou-se que a família enfatizou a independência do filho por ele ser capaz de se manter, ter qualidade de vida, além de proporcionar conforto em sua residência, que passou a ser própria e com bens materiais. Identificou-se a diferença que o salário do filho faz para esta família e, portanto, também a sua importância como pessoa. Para Valle (2004), “algumas famílias só conseguem ver a pessoa com deficiência mental como um indivíduo independente quando ele consegue inserir-se no mundo do trabalho, sendo capaz de sustentar-se, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida do seu lar” (VALLE, 2004, p.60).

Da mesma forma, o enunciado anterior vale também para compreender o sentimento de satisfação da mãe de Kleiton, 23 anos, deficiente intelectual, que está fazendo estágio em uma empresa do ramo de plano de saúde, ao contar as

experiências novas percebidas em seu filho a partir do seu trabalho. Ela conta que o filho:

“[...] sempre exigiu muitos cuidados, necessitando frequentar a APAE desde novo. Nunca gostou de me obedecer, prefere ficar na rua passeando. Hoje em dia tem mudado graças a este estágio e com a sua ajuda de custo está comprando suas coisas, como videogame, bicicleta e celular. Sou muito feliz com ele porque ele está melhorando.”

A família contribui para o desenvolvimento da criança no sentido de ela aprender a lidar com a sua diferença. Nesse sentido, se o ambiente familiar permite a aceitação e o respeito à diversidade, os caminhos se abrem para que se constituam em processos inclusivos. As pessoas mais integradas socialmente, segundo Glatz (1996), são aquelas tratadas por suas famílias de forma natural. Para a criança, sendo o adulto em perspectiva, o apoio da família torna-se crucial, pois é no seu seio familiar que o indivíduo vai encontrar o suporte que precisa para enfrentar os desafios da vida e do mundo do trabalho.

Na descrição abaixo, buscou-se perceber o sentido desse enunciado, indicando que a família incentiva o filho na trajetória que ele está seguindo. Segundo a mãe de Maicon, 21 anos, que também está fazendo estágio em uma empresa do ramo de plano de saúde, a vida do filho:

“[...] mudou, porque ele está mais vaidoso com seu dinheiro, compra agora roupas, perfumes. Ele mesmo gosta de escolher. Já faz serviço de banco e até aprendeu a tirar Xerox. Gosta de seu uniforme sempre limpo e bem passado, não aceita faltar e nem chegar atrasado ao estágio”.

Na análise dos relatos, vemos que os entrevistados demonstraram seus sentimentos em relação à inclusão social das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Para as empresas, com a chegada de uma pessoa diferente no ambiente de trabalho, verificaram-se algumas situações constrangedoras com os demais funcionários, contudo, essas situações se constituíram em momentos de reflexão que desencadeou na criação de uma cultura de respeito à diversidade, visto que os trabalhadores com deficiência humanizaram mais o ambiente de trabalho. Para as famílias, a participação no trabalho representou muito em termos de satisfação e orgulho pela conquista da autonomia e independência,

especialmente financeira, ao reforçar o orçamento familiar. Para a pessoa, o fato de trabalhar, ter uma ocupação e mostrar suas capacidades, além do que a independência financeira lhes proporcionou, foi manifestado como orgulho pela elevação da autoestima e melhora da sua imagem no contexto social.

Todos os participante dessa pesquisa destacaram a importância das instituições formadoras, as APAEs e APAEs Rurais pelo empenho dos profissionais destas instituições em promover as ações possíveis dentro das condições e possibilidades que dispõem, para que as pessoas com deficiência junto de suas famílias estejam participando de todos os processos sociais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se voltarmos à origem da questão que culminou nesta investigação – a de que numa sociedade ruralizada impera não o mercado de trabalho e sim o mundo do trabalho, caracterizado pelas múltiplas atividades que o trabalhador rural se vê na obrigação de fazer –, não necessariamente levando-se em conta a busca pela precisão, tornar-se-ia possível também para a pessoa com deficiência contribuir com essa sociedade, realizando atividades de forma produtiva se comparado à sociedade mais urbanizada e diversificada economicamente. Ainda assim, em função de os valores culturais presentes no campo serem diferentes daqueles que vigoram na cidade, essas possibilidades indicavam ser também diferenciadas para essas pessoas.

Conforme chama a atenção Carneiro (2007), sobre o fato de que a *nova ruralidade* tem modificado as condições de acesso ao trabalho no campo brasileiro em função da evolução das ocupações não-agrícolas, a diversidade de empreendimento na região deste estudo tem levado também a economia a se diversificar, o que certifica uma considerável movimentação econômica no campo em termos locais e municipais.

No campo específico deste estudo, que compreende os três municípios identificados, foi detectado forte desenvolvimento em seu espaço rural. Mesmo na cidade de Ubá, com característica mais industrial, e nas cidades vizinhas, como Guidoal, Rodeiro e Visconde do Rio Branco, não foram poucas as empresas do

ramo de móveis e agroindústrias de alimento, entre outras, espalhadas pelo espaço rural dessas cidades, sem contar as inúmeras terraplanagens vistas no meio rural, o que se entende por construção de novas instalações.

Levando em consideração, ainda, a matéria prima empregada nas indústrias de alimentos, foi possível perceber no caminho percorrido durante as entrevistas realizadas no meio rural nas residências das pessoas com deficiência, a dimensão dessa estrutura agroindustrial da região pela enorme quantidade de granjas de engorda de frango e de plantação de frutas. Na cidade de Ervália, encontramos uma economia agroindustrial muito representativa em relação à produção de café.

Essa diversidade produtiva e econômica no campo é de interesse para esta pesquisa na medida em que o emprego rural, como se percebeu, não incide apenas em atividades agrícolas, mas também em novas práticas industriais ligadas ao setor agrícola, como as agroindústrias da região. Portanto, ficou evidente nesta pesquisa a ocorrência de oportunidades de trabalho no campo incidindo também entre atores sociais como as pessoas com deficiência.

As novas práticas de prestação de serviço trazidas pelas atividades não agrícolas passam a exigir dos rurais um aprendizado profissional para o atendimento das demandas dos cidadãos. Nessa direção, as APAEs Rurais desses municípios fornecem aos educandos com deficiência os complementos educacionais em diversas áreas do conhecimento, e principalmente, conhecimentos ligados às atividades agrícolas, além da possibilidade de participarem da formação profissional dividida em etapas, iniciando pela preparação para o trabalho, depois a qualificação, e fechando esse ciclo com a sua colocação no mercado de trabalho formal. Essas instituições têm se apresentado como um referencial para a busca de atendimentos e capacitação profissional pelas famílias das pessoas com deficiência; e também no âmbito empresarial, é frequente a procura nessas instituições por profissionais qualificados para ocuparem os postos de trabalho nas empresas dos municípios estudados.

Esse processo formativo tem permitido aos educandos com deficiência desenvolverem habilidades e competências que contribuem para superar limitações, reforçar sua autoestima e autodeterminação, fatores que têm motivado a inserção deles nas diversas modalidades do processo produtivo, conforme

apontou esta pesquisa. Observou-se ainda que, em decorrência de suas conquistas, principalmente em relação aos aspectos financeiros, a imagem dessas pessoas junto a seus familiares e suas comunidades melhorou, e elas passaram a ser reconhecidas e respeitadas.

Contudo, esta pesquisa apontou a ocorrência da baixa escolaridade dos educandos com deficiência nas instituições pesquisadas, o que está relacionado ao fato de eles não terem passado pelo processo educacional inclusivo em escolas regulares, em função de sua deficiência. Diante da constatação dessa pendência, consideramos que a baixa escolaridade esteja influenciando negativamente, no período atual, a colocação seletiva e competitiva do educando no mundo do trabalho formal, no sentido da posição que lhe é permitido ocupar nas empresas.

Alguns profissionais dessas instituições formadoras relataram que a adesão das empresas pela causa da inclusão poderia ser maior, se não fossem tantas as exigências para a contratação, às vezes para exercerem cargos simplesmente operacionais, com tarefas simplórias. Nesses termos, as empresas não contratam fundamentadas na justificativa da falta de escolaridade e de qualificação. Observa-se uma ênfase na defesa da tese de que é a formação qualificada a forma de possibilitar que as pessoas com deficiência estejam aptas a serem contratadas em função de sua competência.

Embora esta pesquisa não tenha se aprofundado nessa questão com dados mais concretos, há de se considerar pelas entrevistas que as atividades produtivas exercidas nas empresas empregadoras eram nas áreas da produção, da limpeza, da embalagem de produtos, entre outras, com tarefas simples e rotineiras, estando compatíveis na percepção do pesquisador, com a formação educativa e profissional pelo qual os educandos receberam das instituições formadoras pesquisadas, ainda levando-se em conta o tipo de deficiência e a escolaridade desses trabalhadores. Nesse sentido, Demo (1997), ressalta sobre o risco de a formação educativa profissional subordinar-se aos interesses do mercado, contudo se esse processo estiver centrado na qualidade da formação educativa, as possibilidades de inserção desses educandos com deficiência no mercado de trabalho, certamente seriam diferenciadas das condições atuais.

Dentro da perspectiva de uma sociedade constituída com oportunidades desiguais, ressaltam-se vários obstáculos que continuam a afetar as possibilidades

de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade de forma mais ampla, como: as barreiras arquitetônicas e os meios de transporte; o acesso à saúde; a falta de informação e de preparo das pessoas; a falta de qualificação das pessoas com deficiência; e até o despreparo de professores para lidarem com as especificidades desse segmento.

Assim, ressaltamos que a inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino é um passo importante na construção social a ser alcançada no meio educacional ao conjugar o desafio da igualdade e da diferença. Entretanto, como estamos envolvidos no processo de inclusão social, sabemos que, pelo caminho educacional, essa discussão encontra-se ainda em aberto. Não negamos alguns avanços, mas sua concretização não acontece amplamente de modo que atenda a todos: a inclusão educacional ainda está acontecendo mais no discurso do que na prática.

Embora, como sabemos, existam casos de deficiências severas em que realmente se torna difícil a inclusão do indivíduo no processo produtivo competitivo, a alternativa para a inclusão social e participativa desses alunos são as atividades terapêuticas/pedagógicas nas oficinas abrigadas, que têm oportunizado aos educandos nessa condição a chance de exercerem atividades e adquirirem aprendizagem.

Para os alunos que apresentam vantagens cognitivas no decorrer de sua formação, são oferecidos cursos direcionados à profissionalização, visando sua inserção no mercado de trabalho formal e estágio para os aprendizes através das empresas parceiras da instituição. Foi verificado na análise que a experiência profissional está relacionada com o tipo de deficiência, pois o aluno que é autônomo em suas decisões tem maiores chances de ser colocado no mercado de trabalho formal.

Analisando os aspectos da inserção, do ponto de vista das empresas, em geral, seus representantes relataram que, no início do processo de inserção no trabalho, vivenciaram situações constrangedoras nas relações da pessoa com deficiência com os demais funcionários. Em uma empresa do ramo mobiliário, a gerência relatou que teve que intervir para contornar a situação, mas ele considerou até normal essa não aceitação, pois naquela época, quase 15 anos atrás, incluir era uma novidade, como é ainda hoje para muitas pessoas da sociedade e

das empresas. Esse dirigente comentou que, apesar das situações constrangedoras, a inclusão foi importante para a construção da cultura ao respeito à diversidade. Quanto ao desempenho dos funcionários com deficiência, no aspecto geral das entrevistas com os representantes das empresas, eles demonstravam que eram capazes e surpreendiam com sua vontade de superar a deficiência, sendo produtivos e impressionando com sua pontualidade, assiduidade, responsabilidade, carinho e respeito.

Nesta pesquisa foi possível perceber o fato de que a inserção no mercado de trabalho da pessoa com deficiência ainda é vista com certo receio, por ser um processo recente, ainda em construção, embora algumas empresas tenham demonstrado o rompimento desse receio, relatando-nos que têm mais vagas, faltando pessoas capacitadas para preenchê-las. Um representante de uma empresa do ramo de alimentos relatou na entrevista que precisariam de mais pessoas com deficiência e que não as encontra, esclarecendo que essas pessoas contratadas se adaptaram satisfatoriamente ao processo produtivo da empresa, além do interesse em cumprir as cotas. Ou seja, as empresas não têm receio de contratar as pessoas com deficiência que atendam às necessidades produtivas da empresa. O representante de uma empresa do ramo de alimentos comentou que a própria empresa está oferecendo a formação para os educandos se qualificarem, inclusive com pagamento de bolsa de estudo; e que no final do curso a intenção da empresa é contratar essas pessoas.

Percebeu-se que, no início do processo de inserção no mercado de trabalho na região pesquisada, as pessoas da sociedade e as empresas não eram preparadas e conscientizadas da necessidade de inclusão social, dos benefícios que trazem para as empresa, para a economia do país e, principalmente, para a dignidade da pessoa com deficiência. Observa-se, no entanto, que a constatação do despreparo e da conscientização social é um fato em todo Brasil, e há estudos mais aprofundados sobre essa questão. Nesse sentido, o pesquisador considera que o processo de conscientização vinha ocorrendo de uma forma mais lenta nos ambientes sociais e nas empresas; e era mais restrito aos grandes centros industriais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, a partir de 2000, com reforços das Leis e Convenções Internacionais de que o Brasil é signatário, a

questão da inclusão passou a ser mais veiculada em todos os meios de comunicação.

A procura nas instituições pesquisadas pelas empresas da região por profissionais que estejam passando pelo processo de formação ou o tenha concluído deve-se, principalmente, à obrigatoriedade da Lei de Cotas, que algumas empresas precisam cumprir de acordo o número de funcionários que elas possuem. Mesmo assim, esta pesquisa apontou empresas que não precisam cumprir esta Lei, como as pequenas empresas, mas que têm contratado a pessoa com deficiência pela sua formação, pelo empenho próprio dessas pessoas e pela compreensão dos dirigentes em relação à causa da inclusão social.

Por outro lado, esta pesquisa obteve informação de um fato recorrente em todo o Brasil e presente nos municípios estudados, que se torna empecilho para a contratação no mercado de trabalho formal: trata-se do recebimento do benefício (BPC) pelas pessoas com deficiência e seus familiares, que temem abrir mão dele, mantendo, dessa forma, uma relação de dependência assistencial do Estado. Em proveito dessa situação, muitas empresas obrigadas a contratar não cumprem a Lei de Cotas sob a alegação de que não encontram pessoas com deficiência dispostas a sair da condição de recebimento do benefício para exercerem o trabalho formal. Para tentar solucionar essa situação, entrou em vigor a Medida Promissória (MP) 529/2011, visando garantir que a pessoa com deficiência acumule o salário e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) por até dois anos; e, em caso de a pessoa deixar o emprego, ela pode resgatar o benefício sem a necessidade de nova perícia médica. Esta lei, visa estimular a contratação da pessoa no mercado de trabalho formal.

No campo de ação desta pesquisa, que se completa com as entrevistas realizadas com os familiares dos alunos com deficiência que moram no meio rural, as informações obtidas foram relevantes, pois contribuíram para amparar este estudo, em que se buscava perceber as redes de sociabilidades e de inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Este estudo revelou que, nas instituições formadoras pesquisadas, os educandos adquiriam com o processo de aprendizagem habilidades e competências que contribuía nas tarefas simples e nos afazeres junto a seus familiares e em suas comunidades.

Por vezes, podemos perceber a simplicidade das tarefas exercidas pelas pessoas com deficiência em casa, na propriedade da família e na comunidade, conforme relatado no presente trabalho, o que para muitas pessoas nem é tão importante, mas, para as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, o significado de se sentir útil e participar do cotidiano da comunidade é relevante para se sentirem incluídas.

A inclusão social dessas pessoas pela sua participação comunitária favorece a elas receberem apoio social para se manterem em caso de necessidade e apoio psicossocial por meio das redes primárias formadas pela família, vizinhos e amigos. Esses apoios sociais se manifestam na abrangência de cuidados com a pessoa com deficiência, alcançados através das práticas de sociabilidade, não sendo encontrados no mercado, nem no Estado, nem podendo ser substituídos por eles.

Na pesquisa de campo, muitas mães disseram nas entrevistas que os vizinhos e amigos perguntam também pelo(a) filho(a) deficiente. Sendo assim, mesmo que a pessoa com deficiência não fizesse nenhuma atividade na comunidade de origem, em função da sua deficiência, ela era percebida pelos fortes laços de amizade entre as pessoas da comunidade com os seus familiares. Constata-se, a partir desses relatos, que a pessoa com deficiência estava de alguma forma integrada em sua comunidade de origem. Isto se traduz, como veremos adiante, em qualidade de vida para essa pessoa.

Para as famílias entrevistadas, morar no meio rural ou em comunidades rurais era melhor para cuidar da pessoa com deficiência do que morar na cidade, como disse uma mãe: *“na cidade meu filho teria que ficar trancado”*. Certamente essa pessoa não teria tanta liberdade que tem estando num território onde todos a conhecem e participam da sua história de vida, o que se traduz em vantagens para a qualidade de vida dessa pessoa, fazendo com que ela possa circular mais livremente.

Uma mãe conta que na comunidade onde mora *“é bom porque todos conhecem seu filho e entendem ele”*. Outra mãe conta que a filha se deu muito bem na comunidade onde mora por causa da atenção que a comunidade deu a ela, assim, acredita a mãe que esse tratamento fez bem à filha e contribuiu para que ela

se desenvolvesse melhor e a mãe ficava menos preocupada com o seu desenvolvimento.

Em relação a morar no meio rural ou em comunidades afastadas e cuidar da pessoa com deficiência, os familiares disseram que a tranquilidade desses lugares, se comparada aos lugares mais urbanizados onde a família morou, propiciou que o(a) filho(a) se tornasse também tranquilo. Muitas mães responderam que até a forma de as pessoas lidarem com as situações do cotidiano é diferente, por elas serem mais tranquilas, o que favorece a compreensão e a aceitação das pessoas com deficiência nesses espaços.

Nas entrevistas, percebeu-se que a pessoa com deficiência no meio rural tem maior amplitude de participação social do que na cidade. A pessoa com deficiência no meio rural, segundo os relatos, tem mais espaço para se movimentar, tem mais atividades para fazer e uma vida mais solta.

Na percepção dos pais dos deficientes, até em relação à questão do preconceito, no meio rural ele foi percebido de uma forma diferente em relação à cidade. Quando diante de um mal estar ou uma agitação por conta de uma medicação trocada não há indiferença por parte das pessoas da comunidade rural, elas são percebidas como ajudando a cuidar, enquanto as pessoas da cidade são retratadas como se afastando e ficando a olhar de longe, parecendo gostar do “espetáculo”. Na cidade as pessoas são vistas como não vendo com naturalidade as diferenças.

A pesquisa de campo no meio rural foi importante para se perceberem outros aspectos sociais em relação às pessoas com deficiência e ainda com relação às que cuidam da pessoa com deficiência, no que diz respeito à precariedade dos serviços básicos de saúde e de transporte prestados a essa população. Embora o objetivo deste estudo não esteja voltado a revelar sobre essas questões, mesmo porque são recorrentes, no contexto atual torna-se relevante ressaltá-las até mesmo para que se tenha um registro desses acontecimentos, por estarem sendo frequentemente lembrados pelos familiares dessas pessoas em determinadas comunidades visitadas.

O acesso à saúde, por exemplo, traduz-se em preocupação até mesmo no sentido de prevenção de doenças que podem levar a diversas modalidades de deficiências, graves sequelas e incapacidades que acometem as pessoas. Nas

entrevistas, uma mãe revelou que as sequelas deixadas nos filhos poderiam ter sido evitadas se ela e o marido tivessem acesso à saúde e tivessem detectado o problema de tireoide antes, como disse o médico. Outra mãe conta que, se tivesse tomado a vacina contra rubéola antes da gravidez, acredita que evitaria as sequelas que o filho apresenta. Segundo Enumo; Trindade (2002), exemplo de serviço de prevenção de muitas doenças graves é o pré e perinatal, especialmente para as pessoas que residem nas áreas rurais. O atendimento pré e perinatal pode evitar entre 40% e 50% dos casos de deficiência mental e paralisia cerebral, segundo os dados de uma pesquisa realizada há 29 anos, no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, coordenada pelo Dr. Oswaldo Frota-Pessoa, em 1983 (ENUMO; TRINDADE, 2002).

Se o objetivo deste estudo, em sua essência, resume-se a perceber a qualidade de vida das pessoas com deficiência no interior das sociedades, especialmente das sociedades rurais, torna-se relevante ressaltar que, quando são assegurados seus Direitos e o Estado se faz presente, provendo a esse segmento da população acessibilidade tanto arquitetônica quanto de transporte, saúde, educação realmente inclusiva e de qualidade, além da relevância da solidariedade entre as pessoas, especialmente com as pessoas com deficiência, elas passam a não representar um fardo pesado para as famílias. Assim, o fardo tem sido mais em relação às consequências causadas pela ausência de políticas públicas que não atendem as necessidades específicas desse segmento, principalmente as que vivem no meio rural.

Em relação às instituições formadoras, todos os envolvidos nesta pesquisa - os familiares dos educandos; os educandos com deficiência; os profissionais das instituições pesquisadas, os representantes das empresas contratantes - destacaram o relevante papel das APAEs e APAEs Rurais pesquisadas no processo de inclusão social e no mundo do trabalho das pessoas com deficiência envolvidas no processo de formação educativo profissional. Os representantes das empresas ressaltaram ainda que as APAEs pesquisadas têm como compromisso preparar seus educandos com deficiência para enfrentarem os desafios da vida em família e se empenham muito para a inclusão social dessas pessoas na sociedade e sua inserção no mundo do trabalho, construindo ambientes de desenvolvimento e convivência, considerados essenciais para o exercício da cidadania.

Entretanto, a pesquisa apontou que o processo de inclusão de forma ampla ainda não está concretizado, ao revelar que a maioria dos educandos com deficiência não estão fazendo parte do processo inclusivo. Existem ainda muitas barreiras a serem vencidas, como a inclusão educacional de todas as crianças na escola regular - a mais pontual -, pois, a partir dessa inclusão, abrir-se-ão as fronteiras para os demais tipos de acessibilidade. A educação profissional, com a devida atenção centrada na qualidade educativa, é outra forma de acessibilidade das pessoas com deficiência que irá permitir ocuparem os melhores postos de trabalho do processo produtivo, do que os percebidos no âmbito desta pesquisa.

Embora o processo educativo profissionalizante venha atingindo bons resultados, possibilitando que os alunos exerçam atividades terapêuticas, preparação para o trabalho e se concretizando na inserção de uma parcela pequena desses educandos no mercado de trabalho, observou-se a necessidade de implantar essas modalidades de oficina de formação para o trabalho, nas APAEs de Viçosa e Visconde do Rio Branco, e de incrementar ainda mais as de Ubá. Acredita-se que os educandos chegariam mais qualificados ao mercado profissional e ocupariam melhores colocações no mundo do trabalho.

Assim, as dificuldades encontradas no processo de educação profissional de pessoas com deficiência e as barreiras encontradas que impedem a inserção dessa força de trabalho precisam ser simultaneamente tratadas, pois retratam problemas de causa e efeito. Ainda existem empresários desinformados e carregados de preconceitos em relação à capacidade de trabalho dessas pessoas; existem também pessoas desqualificadas profissionalmente, assim como existem pessoas qualificadas, mas que não conseguem colocação adequada à sua qualificação. Ainda há barreiras arquitetônicas, de comunicação e de atitudes, ou seja, formas diversas de ausência de acessibilidade na sociedade e nas empresas que rejeitam as pessoas com deficiência.

Nesse sentido, esta pesquisa acontece em um momento importante em que a sociedade tem despertado, por diversos meios, para a necessidade da inclusão das pessoas com deficiência em todos os ambientes sociais. Percebendo a existência no meio rural de uma lacuna deixada pelo processo inclusivo, esta pesquisa teve como finalidade perceber essas pessoas na simplicidade de seus gestos e ações nas instituições pesquisadas, nas comunidades onde vivem e nas

empresas onde trabalham. Buscamos contribuir com a inclusão das pessoas com deficiência ao revelar a importância de outros espaços de conquistas para essas pessoas, os espaços rurais, pouco explorados em termos de pesquisa no contexto da inclusão.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. **Censo 2010** revela novos dados sobre a deficiência no Brasil. 22 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.guiainclusivo.com.br/2011/11/censo-2010-revela-novos-dados-sobre-deficiencia-brasil/>>. Acesso em: 02 jul. 2012.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Trabalho e emprego: instrumento de construção da identidade pessoal e social**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. 3. ed. Brasília: CORDE, 2003.
- BIANCHETTI, L.; CORREIA, J. A. **Exclusão no trabalho e na educação; aspectos mitológicos, históricos e conceituais**. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira; integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo, EDUC, 1993.
- CAMPOS, J. Tadeu de. **Educação do caipira; sua origem e formação**, *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 489-506, abr.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 ago. 2012.
- CAMPOS, R.H. de F. (Org.) **Helena Antipoff**: Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.
- CARMO, S. M. do. **Um breve panorama do que já foi feito pela educação especial no Brasil e no mundo**. Cidadania.or/2004. Disponível em: <<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=9569>>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade; novas identidades em construção**. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>>. Acesso em: 04 dez. 2010.
- CARVALHO, Alfredo Roberto. **Inclusão social e as pessoas com deficiência; uma análise na perspectiva crítica**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação PPGE, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. Cascavel: UNIOESTE, 2009.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social; uma crônica do salário**. [Trad. Iraci D. Poleti] Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CORDE. **Inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho.** Brasília: Ministério Público do Trabalho, 1997.

DEMO, P. **Educação profissional: desafio da competência para trabalhar.** In FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Educação profissional: o debate da(s) competência (s), 1997.

ENUMO, S R F; TRINDADE, Z. A. **Ações de prevenção da deficiência mental, dirigidas a gestantes e recém-nascidos, no âmbito da saúde pública da grande Vitória-ES.** *Psicol. USP* v.13 n.1 São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000100006> Acesso em 12 ago. 2012.

ESTEVES, S. **Diversidade nas organizações: uma visão atualizada.** Brasília, DF: Ed.Projeto OIT/Mtb/CERT/DIV. OIT, 1999.

FIGUEIRA, E. **Aspectos e mecanismos sociais que envolvem as pessoas com deficiência.** Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1837>>. Acesso em: 09 maio 2012.

FONSECA, R. T. M. da. **Desembargador Federal do Trabalho.** Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=819&c=31>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Técnica de Pesquisa em Economia.** São Paulo: Atlas, 2ª ed. 1991.

GLAT, Rosana. **O papel da família na integração do portador de deficiência,** *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2 (4), 111-119, 1996. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v02n04/v02n04a10.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais; paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** 2. ed. Campinas,SP: IE/Unicamp, 999.

GUERRA, Martha de Oliveira; CASTRO, Nancy Campi de. **Como fazer projeto de pesquisa.** 4. ed. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

HABER, J. **A inclusão de profissionais com deficiência no mercado de trabalho: um panorama positivo para uma mudança necessária.** Disponível em: < <http://blog.isocial.com.br/a-inclusao-de-profissionais-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-um-panorama-positivo-para-uma-mudanca-necessaria/>>. Acesso em: 12 set. 2012

HAIR, J.F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 471p.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Notas Técnicas, Resultados Preliminares da Amostra, IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm>. Acesso em: 12 ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados socioeconômicos da cidade de Ubá**, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfilwindow.php?nomemun=ub%C3%A1&codmun=316990>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

JUNNUZZI, G. S. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas; Autores Associados, 2004.

JANUZZI, G. S. M. **Escola e trabalho do considerado deficiente**. Seminário sobre Educação Especial Profissionalização e Deficiência, 2. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 1994.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**; conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. Tradução de Helena Mendes Rotundo. São Paulo: EPU: EDUSP, 1979, 378p.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e trabalho**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

LANGUER, A. A **“Brazilianização” do mundo do trabalho**. Disponível em: <http://vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/conceito_trabalho2.html>. Acesso em: 27 ago. 2004.

LARSON, RON. FARBER, BETSY. **Estatística aplicada**. Tradução Luciane Ferreira Pauleti Vianna. 4. ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2010.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**; história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, I. F. **Efeitos socioespaciais da agroindústria Pif Paf Alimentos no município de Viçosa MG**: fixos, fluxos e trabalho. Monografia e Seminário - Curso de Geografia. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES: Viçosa – MG, 2007.

MERELO, M. L. **Diversidade e cultura; uma escola sem exclusões**. Málaga, Espanha: Universidade de Málaga, 2002. Disponível em: <<http://saci.org.br/imagens/textos/arqs/diversidade%20pdf.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2012.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 6ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 80p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Secretaria Geral**. Centro Nacional de Educação Especial. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Educação especial: cadastro geral dos estabelecimentos do ensino especial. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975. 2 v. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2007/02/a8.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2011.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Decreto N.º 3.956, de 08 de outubro de 2001** (Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência) Convenção da Guatemala. Brasília: [s. Ed.], 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. ed. Brasília: MTE, SIT, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusão_pessoas_defi12_07.pdf>. Acesso em: 09 maio 12.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Contratação de pessoa com deficiência**. NOTA TÉCNICA Nº 252/RR/DEFIT/SIT/TEM. Brasília: [s. Ed.] 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Número de pessoas com deficiência cresce no mercado de trabalho em 2010**. Brasília: Dados da Rais 2010. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/numero-de-pessoas-com-deficiencia-cresce-no-mercado-de-trabalho-em-2010.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

MULLER, R. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/tempo-trabalho-capitalismo-industrial-e-o-fazer-se-da-classe-operaria/63375/>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

NAVARRO Z. **Desenvolvimento rural no Brasil**; os limites do passado e os caminhos do futuro, **Estud. av.** v. 15, n. 43, São Paulo, set/dez. 2001.

NETTO, A. A. O. **Metodologia da pesquisa científica**: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. Florianópolis, SC: Visualbooks, 2005.

OLIVEIRA, A. R.; COSTA, V. M. H. de Miranda. **Desenvolvimento territorial**: sociabilidade, solidariedade e capital social. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Alecio%20Rodrigues%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em 11 de mar. 2012.

OLIVEIRA, I. A. **Saberes imaginários e representações na educação especial**: a problemática ética da diferença e da exclusão social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, M. H. Alcântara de et. al. **Educação profissional e trabalho para pessoas com deficiências intelectual e múltipla plano orientador para gestores e profissionais**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/65524463/Educacao-Profissional-Pessoas-Com-Deficiencia>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**, 2006. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/pdf/Cartilha%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.

PANIAGO, M. C. T. **Viçosa: mudanças socioculturais**; evolução histórica e tendências. Viçosa: UFV, 1990, 300p.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **Contradições de uma “cidade científica”**: processo de urbanização e especialização territorial em Viçosa (MG). **Caminhos de Geografia**, v. 18, n. 16, p. 197–206, out. 2005. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/volume16/artigo18_voll16.pdf>. Acesso em: 23 set. 2012.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**; da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz, USP, 1984.

PILATTI, L. A. **Qualidade de vida no trabalho**: perspectivas na sociedade do conhecimento. In: VILARTA, R. et al. **Qualidade de vida e novas tecnologias**. Campinas: Ipes Editorial. 2007

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1985.

QUEIROZ, M. I. P. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

RAMBAUD, Plácido. **Société rurale et urbanisation**. Paris: Seuil, 1969.

SANTOS, R. Brito dos. **De volta à cena**; um estudo com idosos que trabalham. Dissertação de Mestrado: Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Fortaleza: UFC, 2005.

SANTOS, R. J.; KINN, M. G. **Festas: tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais**, *Revista Espaço e Cultura*, UERJ, n. 26, p. 58-71, jul./dez. 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada**; a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

SILVA, L. M. C.; BEZERRA, S. S.; DUARTE, M. H. **Colocação seletiva de pessoas com deficiência intelectual em organizações e trabalho**; reflexões, possibilidades e desafios. Publicação da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais Belo Horizonte: Projeto Apaes Moderna, 2010. v. 1.

SILVA, R. L. B. Rodrigues da. **Sobre o camponês do sertão**; produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás-GO. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia, PPGG, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2003.

SILVEIRA BUENO, J. G. **Educação especial brasileira**; integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

SOARES, F. **Uma reflexão sobre o processo de inclusão no mercado de trabalho: a perspectiva da pessoa com deficiência**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, PPGG, UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Viçosa, MG: UFV, 2006.

SOUZA, M. M. B. **Preparação e colocação de jovens e adultos portadores de deficiência mental no mercado competitivo**; instrução no ambiente real de trabalho. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

TEODOSIO, A. S. S. **Inclusão da pessoa portadora de deficiência no trabalho**: desafios para gestão socialmente responsável. Belo Horizonte, 1999. Disponível em:

http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/sem3/armino_santos_sousa_teodosio.pdf Acesso em 21 set.2012.

THOMPSON, E. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 231 p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**; estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMAZINI, M. E. A. **Trabalho e deficiência:** uma questão a ser repensada. Palestra ministrada no II seminário Paranaense de Educação Especial. Educação, trabalho e cidadania. Curitiba de 5 a 8 de novembro de 1996. Disponível em: http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista3numero1pdf/r3_comentario02.pdf. Acesso em 15 set. 2012.

VALLE, M. H. F. **Vivências de pessoas com deficiência mental inseridas no mercado de trabalho.** Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

VASCONCELOS, N. **Mundo do Trabalho e Crise.** Análise & Dados. Salvador, Ba: v. 20, n. 1, p.89-108, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://mundo-do-trabalho.blogspot.com.br/>
<<http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/05/os-estudos-de-bourdieu-passeron-bowles.html>> Acesso em 16 nov. 2012.

VIEIRA, C.S. **Alunos cegos egressos do instituto Benjamin Constant (IBC) no período de 1985 a 1990 e sua inserção comunitária.** Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em saúde da criança e da mulher. Ministério da Saúde – Fundação Osvaldo Cruz: Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural brasileiro:** acesso a bens e serviços e integração campo-cidade, Estudos Sociedade e Agricultura, abril 2009, v. 17, n. 1, p. 60-85. Rio de Janeiro, 1999.

XAVIER, E. Censo 2010. Disponível em: http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/saude/noticia/2011/11/17/deficiencia-visual-severa-atinge-35_porcento-da-populacao-310150.php. Acesso em: 16 jun.2012.

9 ANEXOS

ANEXO A

1ª REEPH/12
1.5.1.18
21
1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS-CEPH

Campus Universitário - Divisão de Saúde - Viçosa, MG - 36570-000 - Telefone: (31) 3899-3783

Of. Ref. Nº 021/2012/CEPH

Viçosa, 2 de abril de 2012

Prezada Professora:

Cientificamos V. Sª. de que o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, em sua 1ª Reunião de 2012, realizada nesta data, analisou e aprovou, sob o aspecto ético, o projeto intitulado *Formas de inserção do deficiente no mundo do trabalho em sociedades rurais da Zona da Mata Mineira*.


Atenciosamente,


Professora Patrícia Aurélio Del Nero

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos-CEPH
Presidente

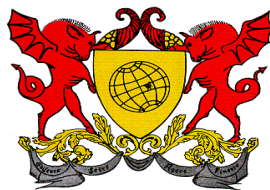
Confere com o Original

17 / 04 / 2012

Ass.:  / UFV 10753 22

À Professora
Ana Louise de Carvalho Fiúza
Departamento de Economia Rural - DER

ANEXO B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

Viçosa, 15 de fevereiro de 2012.

Prezado Senhora,

O Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, através do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural solicita de Vossa Senhoria a colaboração para coleta de dados junto a essa instituição para pesquisa de mestrado sendo desenvolvida pelo estudante José Luiz Cuco – 69649 carteira de identidade M-3713992 e CPF – 550629896-04 – Professor do Instituto Federal de Educação – Campus Juiz de Fora. Esse levantamento de dados faz parte de estudo acadêmico que pretende analisar a oportunidade de trabalho para a pessoa com deficiência no campo ante o processo de mudanças desse meio, que tem atraído pessoas e empreendimentos nas últimas décadas, em atividades não-agrícolas como: hotel fazenda, restaurante, turismo, equitação, empresas do agronegócio, entre etc.

As informações confiadas serão tratadas com todo sigilo, conforme o código de ética da Universidade Federal de Viçosa MG.

- Dados cadastrais das pessoas com deficiência matriculadas na APAE Rural deste municípios inseridas no mercado de trabalho.
- Tipo de deficiência;
- Tipo de renda que essa pessoa possui/ou se trabalho;
- Tipo de ajuda que recebe de programas sociais;
- Fotos e entrevistas fornecidas pelos funcionários;
- Outros.

Agradecemos a colaboração, subscrevemos.

Atenciosamente,

Ana Louise de Carvalho Fiúza
Coordenadora do programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural

À
Sr^a. Maria do Carmo Tito Teixeira
Diretora da APAE de Viçosa - MG

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto: **Formas de inserção da pessoa com deficiente no Mundo do Trabalho em Sociedades Rurais da Zona da Mata Mineira.**

Universidade Federal de Viçosa - Departamento de Economia Rural

Mestrando: José Luiz Cuco

Tel. 32 8852: 6182

jlcuco@gmail.com

Analisar a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho que frequentam as APAEs Rurais (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de município com diferentes características socioeconômicas. Estudos nas últimas décadas têm apontado que as pessoas com deficiência podem exercer uma vida normal em todos os espaços sociais, trabalharem e serem independentes. Este estudo tem o propósito de desvendar o potencial dessas pessoas nos locais escolhidos para a sua inserção no mundo do trabalho.

Eu, _____, li e ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual participarei. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Tendo compreendido sobre os objetivos, concordo em participar dessa pesquisa com os dados que forneci ao pesquisador, inclusive com as fotos. Ainda dou meu consentimento para participação do meu filho(a) nessa pesquisa.

Voluntário

(Entrevistado) _____

Ana Louise de Carvalho Fiúza

2 -Idade: () Até 15 anos () 2- de 16 a 20 anos () de 21 a 25 anos () mais de 26 anos

Data de Nascimento:_____

3- Naturalidade:_____ (UF)___ 4 - Reside:_____ () na cidade () meio rural

5 - Auto - classificação de cor/ raça: () branco () pardo () negro () amarelo () indígena () Outra:_____ 6 -Religião:_____ 7 – Est. Civil: () solteiro () Casado

8-Escolaridade:	
(a) analfabeto	(f) ensino médio incompleto
(b) EJA	(e) ensino médio completo
(c) especial	(f) ensino superior incompleto
(d) ensino fundamental incompleto	(g) ensino superior incompleto
(e) ensino fundamental completo	(h) ensino superior completo

9 - Membros do grupo familiar atual

Parentesco	Idade	Escolaridade	Ocupação	Renda
1				
2				
3				
4				
5				

10 - Escolaridade do pai:	11 - Escolaridade da mãe:
(a) analfabeto	(a) analfabeto
(b) ensino fundamental incompleto	(b) ensino fundamental incompleto
(c) ensino fundamental completo	(c) ensino fundamental completo
(d) ensino médio incompleto	(d) ensino médio incompleto
(e) ensino médio completo	(e) ensino médio completo
(f) ensino superior incompleto	(f) ensino superior incompleto
(g) ensino superior incompleto	(g) ensino superior incompleto
(h) ensino superior completo	(h) ensino superior completo

12-Profissão do pai:_____ 13-Profissão da mãe:_____

14- A família recebe bolsa família? () 1- Sim () 2- Não

- 15- A família recebe aposentadoria? () 1- Sim () 2- Não
16- A família recebe pensão? () 1- Sim () 2- Não
17- A família recebe benefício LOAS? () 1- Sim () 2- Não

18 - Qual a renda mensal da família:

- () até um salário mínimo
() até 2 salários mínimos
() até 3 salários mínimos
() até 4 salários mínimos
() acima de 4 salários mínimos

PARTE II- PERFIL DO DEFICIENTE

19- Condição da deficiência: () temporária () permanente

20-Tipo de deficiência: () deficiência intelectual () múltipla () paraplegia ()
tetraplegia () paralisia cerebral () hemiplegia () agenesia ou atrofia ()
amputação de membros inferiores () amputação de membros superiores ()
seqüela de poliomielite () outra:_____

21- Sua renda é: () própria; () do responsável?

22- Atualmente é: () estudante da APAE () já saiu da APAE?

23- Quanto tempo está na APAE?_____

24- Quantos dias da semana você frequenta a APAE? () todos () 3 dias () 2 dias

25- Quais os Cursos e/ou treinamentos já realizou ou realiza na APAE?

a - Curso Horticultura;

b - Curso Jardinagem

c - Curso Garçon

d - Curso Inclusão Digital

e - Curso Auxiliar de Cozinha

f - Curso Culinária

g - Curso Artesanato

h - Curso Auxiliar de Limpeza

i - Curso Marcenaria

j - Curso Ajudante de Pedreiro

l - Curso Embalagem de Mercadoria

m – Curso de sorvete e picolé

Outros:_____

26- Qual o meio de transporte utiliza ou utilizava para vir para APAE?

() Transporte municipal; () da APAE; () passe livre; () apoio

27- Vem para a APAE: () sozinho; () com acompanhante?

PARTE III- PERGUNTAS RELACIONADAS À SOCIABILIDADE E AO MUNDO DO TRABALHO:

28- Participa de atividades fora de casa? De que?

() a – Associação de moradores ou comunitária

() b– Cooperativa agrícola

() c – Sindicato

() d – Pastoral / Igreja/ Culto

() e – Grupo de jovens

() f – Futebol/voley

() g- Atividades da APAE: Festas de aniversário, culturais; exposição; carnaval;

Outras:_____

29 – Que atividades costuma fazer em casa? () domesticas () limpeza do quintal; outra:

30 – Que atividades costuma fazer na propriedade onde vive?

31- Que atividades costuma fazer na comunidade onde vive?

32- É pago pelas das atividades que realiza () em casa; () na propriedade? () na comunidade; () na APAE?

PARTE IV- PERGUNTAS RELACIONADAS AO MERCADO DE TRABALHO E AO CONSUMO

33- Trabalha ou já trabalhou com carteira assinada? () Sim () Não

34- Onde? _____Ramo de atividade:_____

Função:_____

35- A atividade com que trabalha ou trabalhou está relacionada à qualificação recebida na APAE Rural? () sim; () não; Se sim qual?

36- A renda recebida é empregada em que?

- () 1- Ajuda a pagar as contas da família.
- () 2- Ajuda a comprar coisas para a casa (móveis e eletrodomésticos).
- () 3- Ajuda a comprar roupas, pagar estudo etc.
- () 4- Ajuda apenas a pagar os próprios remédios
- () 5- Outro: _____

37 – O que mudou em sua vida a partir do momento que começou a trabalhar?
Como está sendo o seu dia-a dia?

PARTE V- PERGUNTAS RELACIONADAS AOS PROFISSIONAIS DAS APAEs RURAIS DE VIÇOSA, VISCONDE DO RIO BRANCO E UBÁ

38 - Qual a forma de colocação seletiva dos alunos no mercado de trabalho tem sido realizada pelas empresas da região em relação a esta unidade da APAE?

(a) aquela em que as pessoas com deficiência são contratadas por uma empresa, mas permanecem na Apae; Realizam atividades de artesanato sem nenhuma relação com a atividade fim da empresa contratante.

(b) quando a pessoa com deficiência intelectual contratada por uma empresa, realiza a atividade produtiva da empresa nas dependências da Apae.

(c) aquele no qual as pessoas com deficiência intelectual realizam atividades produtivas na própria empresa contratante.

39- Quanto ao número de oficinas de treinamento consideram suficientes para atender a demanda do mercado de trabalho local para gerar emprego para pessoa com deficiência?

40 – Quanto à capacitação dos professores tem havido políticas públicas visando à inserção do deficiente no mercado de trabalho?

41 – Essa instituição tem planos para incrementar mais oficinas?

42- Quais os impactos para a vida dos alunos que estão colocados no mercado de trabalho tem sido observado?

PARTE VI – PERGUNTAS RELACIONADAS ÀS FAMILIAS DOS ALUNOS QUE ESTÃO TRABALHANDO

44 – O que mudou para a sua família ter seu filho (a) trabalhando?

PARTE V - PERGUNTA RELACIONADA À EMPRESA

45 – O que mudou na empresa a partir da contratação da pessoa com deficiência?
Qual a percepção dos outros funcionários?

ANEXO E

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.

Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Destaca-se nesse Decreto o capítulo V que trata da **ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS**:

Seção I

Das Condições Gerais

Art. 31. Para os fins de acessibilidade aos serviços de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, considera-se como integrantes desses serviços os veículos, terminais, estações, pontos de parada, vias principais, acessos e operação.

Art. 32. Os serviços de transporte coletivo terrestre são:

I - transporte rodoviário, classificado em urbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual;

II - transporte metroferroviário, classificado em urbano e metropolitano; e

III - transporte ferroviário, classificado em intermunicipal e interestadual.

Art. 33. As instâncias públicas responsáveis pela concessão e permissão dos serviços de transporte coletivo são:

I - governo municipal, responsável pelo transporte coletivo municipal;

II - governo estadual, responsável pelo transporte coletivo metropolitano e intermunicipal;

III - governo do Distrito Federal, responsável pelo transporte coletivo do Distrito Federal; e

IV - governo federal, responsável pelo transporte coletivo interestadual e internacional.

Art. 34. Os sistemas de transporte coletivo são considerados acessíveis quando todos os seus elementos são concebidos, organizados, implantados e adaptados segundo o conceito de desenho universal, garantindo o uso pleno com segurança e autonomia por todas as pessoas.

Parágrafo único. A infra-estrutura de transporte coletivo a ser implantada a partir da publicação deste Decreto deverá ser acessível e estar disponível para ser operada de forma a garantir o seu uso por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 35. Os responsáveis pelos terminais, estações, pontos de parada e os veículos, no âmbito de suas competências, assegurarão espaços para atendimento, assentos preferenciais e meios de acesso devidamente sinalizados para o uso das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 36. As empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos, no âmbito de suas competências, deverão garantir a implantação das providências necessárias na operação, nos terminais, nas estações, nos pontos de parada e nas vias de acesso, de forma a assegurar as condições previstas no art. 34 deste Decreto.

Parágrafo único. As empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos, no âmbito de suas competências, deverão autorizar a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" após certificar a acessibilidade do sistema de transporte.

Art. 37. Cabe às empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos assegurar a qualificação dos profissionais que trabalham nesses serviços, para que prestem atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Seção II

Da Acessibilidade no Transporte Coletivo Rodoviário

Art. 38. No prazo de até vinte e quatro meses a contar da data de edição das normas técnicas referidas no § 1º, todos os modelos e marcas de veículos de transporte coletivo rodoviário para utilização no País serão fabricados acessíveis e estarão disponíveis para integrar a frota operante, de forma a garantir o seu uso por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1º As normas técnicas para fabricação dos veículos e dos equipamentos de transporte coletivo rodoviário, de forma a torná-los acessíveis, serão elaboradas pelas instituições e entidades que compõem o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, e estarão disponíveis no prazo de até doze meses a contar da data da publicação deste Decreto.

§ 2º A substituição da frota operante atual por veículos acessíveis, a ser feita pelas empresas concessionárias e permissionárias de transporte coletivo rodoviário, dar-se-á de forma gradativa, conforme o prazo previsto nos contratos de concessão e permissão deste serviço.

§ 3º A frota de veículos de transporte coletivo rodoviário e a infra-estrutura dos serviços deste transporte deverão estar totalmente acessíveis no prazo máximo de cento e vinte meses a contar da data de publicação deste Decreto.

§ 4º Os serviços de transporte coletivo rodoviário urbano devem priorizar o embarque e desembarque dos usuários em nível em, pelo menos, um dos acessos do veículo.

Art. 39. No prazo de até vinte e quatro meses a contar da data de implementação dos programas de avaliação de conformidade descritos no § 3º, as empresas concessionárias e permissionárias dos serviços de transporte coletivo rodoviário deverão garantir a acessibilidade da frota de veículos em circulação, inclusive de seus equipamentos.

§ 1º As normas técnicas para adaptação dos veículos e dos equipamentos de transporte coletivo rodoviário em circulação, de forma a torná-los acessíveis, serão elaboradas pelas

instituições e entidades que compõem o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, e estarão disponíveis no prazo de até doze meses a contar da data da publicação deste Decreto.

§ 2º Caberá ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, quando da elaboração das normas técnicas para a adaptação dos veículos, especificar dentre esses veículos que estão em operação quais serão adaptados, em função das restrições previstas no [art. 98 da Lei nº 9.503, de 1997](#).

§ 3º As adaptações dos veículos em operação nos serviços de transporte coletivo rodoviário, bem como os procedimentos e equipamentos a serem utilizados nestas adaptações, estarão sujeitas a programas de avaliação de conformidade desenvolvidos e implementados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, a partir de orientações normativas elaboradas no âmbito da ABNT.